

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

143

143

SALVADOR • ABRIL DE 2006



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
PAULO GANEM SOUTO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
ARMANDO AVENA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA SEI
CESAR VAZ DE CARVALHO JUNIOR

CONSELHO EDITORIAL
Cesar Vaz de Carvalho Junior
Edmundo Sá Barreto Figuerôa

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto
João Paulo Caetano Santos

EQUIPE TÉCNICA
Alynson dos Santos Rocha
Carla Janira Souza do Nascimento
Fabiana Karine Pacheco dos Santos
Joseanie Aquino Mendonça
Nícia Moreira da Silva Santos
Rosangela Ferreira Conceição

NORMALIZAÇÃO
Coordenação de Documentação e Biblioteca – COBI

REVISÃO
Vera Lúcia Brito

PRODUÇÃO GRÁFICA
Fabiana Faria

DESIGNER GRÁFICO
Humberto Farias

EDITORIAÇÃO GRÁFICA
2 Designers

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões
neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência
de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia SEI. É permitida a reprodução total ou
parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International
Periodicals Directory e Qualis.

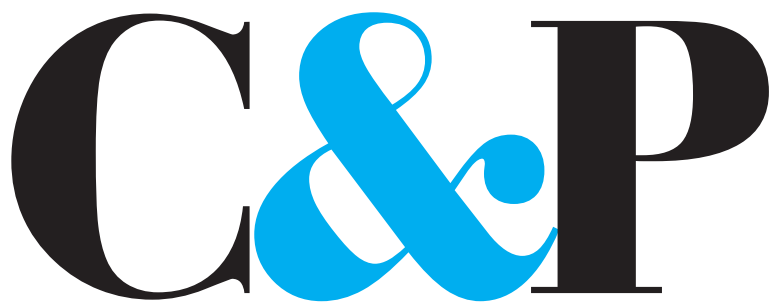
CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, V.1- (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais
da Bahia, 2006.

Mensal
ISSN 1413-1536

CDU 338(814.2)



Av. Luiz Viana Filho, 435 – 4ª Avenida – 2º And. – CAB
CEP: 41.750-300 – Salvador – Bahia
Tel.: (71)3115 4823/4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br
sei@sei.ba.gov.br



CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Sumário

Economia em Destaque

Varejo baiano mantém-se em expansão

Elissandra Alves de Britto..... 4

Conjuntura Econômica Baiana..... 8

Artigos

O Trabalhador da construção civil na Bahia

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE..... 18

Vulnerabilidade externa brasileira e conjuntura internacional

Bruno Rodrigues Pinheiro..... 26

Reacender a luta é preciso: lições que vêm da França

Livia S. Santos
Ranieri B. Muricy..... 33

Comércio eletrônico no Brasil: uma breve avaliação

Joseanie Mendonça..... 38

Investimentos na Bahia

Eixo metropolitano concentra 56% dos investimentos industriais previstos..... 42

Notícias..... 45

Legislação..... 49

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos..... 52

Indicadores Sociais..... 58

Finanças Públicas..... 66

Carta do Editor

A atividade econômica é caracterizada pela interação de um número significativo de variáveis. Ao longo do tempo, algumas variáveis ganham maior importância, outras perdem significância para essa atividade, e outras, ainda, emergem em meio ao processo dinâmico da economia.

No mês de abril, a revista Conjuntura e Planejamento apresenta uma análise do comportamento da economia baiana e brasileira, a partir de aspectos que são tradicionalmente característicos dessas economias: dívida externa e vulnerabilidade e o mercado de trabalho, e aspectos que emergem do processo dinâmico da economia global: comércio eletrônico.

No texto **Vulnerabilidade externa brasileira e conjuntura internacional**, o autor, Bruno Rodrigues Pinheiro, apresenta os principais indicadores externos da economia brasileira, dando destaque para a redução da dívida externa a partir da recompra de parte dos títulos da dívida, reduzindo assim a vulnerabilidade externa brasileira.

Joseanie Mendonça, no artigo intitulado **Comércio eletrônico no Brasil: uma breve avaliação**, analisa a expansão e consolidação do comércio eletrônico no Brasil, bem como os últimos indicadores para o ano de 2005 e as perspectivas para 2006.

No texto de Bruno Rodrigues Pinheiro, **Comércio varejista: pelo segundo ano consecutivo; expansão, mas com menor fôlego em 2005**, temos novo destaque acerca da problemática da política de juros altos e de seus impactos sobre a atividade econômica do país. Apesar de se verificar aumento nas vendas do comércio, este crescimento se dá em níveis inferiores aos do ano passado, o que reflete, em parte, a dificuldade dos consumidores em manter seu nível de consumo, mesmo diante da fartura de crédito.

Outros dois textos desta edição apresentam análises a respeito do mercado de trabalho. Em um deles, **Reacender a luta é preciso: lições que vêm da França**, Livia Santos e Ranieri Muricy fazem uma análise dos eventos ocorridos na França contra as mudanças nas leis de emprego. Já no artigo do DIEESE, **O trabalhador da construção civil na Bahia**, é feita uma análise das mudanças ocorridas no mercado de trabalho nos últimos anos com base na introdução de novas tecnologias e métodos organizacionais, e seus impactos sobre os trabalhadores da construção civil.

Assim, a revista Conjuntura e Planejamento apresenta mais uma série de artigos voltados para a análise das economias baiana e brasileira, os quais, certamente, darão ao público leitor a oportunidade de conhecer a dinâmica econômica da sociedade em que estão inseridos.

Varejo baiano mantém-se em expansão

Elissandra Alves de Britto*

O cenário previsto para os primeiros meses de 2006 apregou expansão nas vendas do varejo, diante da implantação de uma conjuntura favorável propiciada pela queda dos juros, inflação baixa, recuperação da renda e estabilidade nas taxas de ocupação dos consumidores. Após a divulgação dos dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o mês de janeiro do ano corrente, verifica-se que o quadro apresentado para o comércio varejista não frustrou as expectativas.

O comércio varejista baiano iniciou o ano com resultados positivos, apresentando em janeiro taxas positivas para o volume de vendas, pelo vigésimo sexto mês consecutivo: 5,1% sobre janeiro de 2005 e 6,5% no acumulado dos últimos 12 meses. A taxa mensal deixou os analistas de mercado otimistas quanto ao comportamento do comércio para os próximos meses, levando-se em consideração que a base comparativa foi de 12,6% e que os primeiros meses do ano geralmente são considerados os mais fracos para o varejo, em razão de o consumidor comprometer parte de sua renda com as compras de fim de ano.

Na composição da taxa mensal de janeiro de 2006 para o volume de vendas do comércio varejista, os maiores impactos positivos couberam às atividades de móveis e eletrodomésticos e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, com variação de 34,1% e 102,0%, respectivamente. O primeiro segmento teve como fator impulsionador as condições favoráveis de crédito ao consumo e os empréstimos consignados em folha, além da melhora

registrada tanto no nível de ocupação quanto no rendimento do trabalhador.

Para o segmento de móveis e eletrodomésticos a taxa apresentada, embora seja expressiva, aponta uma desaceleração do ritmo dos negócios, quando comparado a igual período do ano anterior. Esse comportamento dá indícios de que a capacidade de endividamento das famílias começa a se esgotar. Entretanto, como grande parte das transações do ramo são realizadas a prazo, o segmento acumulou crescimento de 38,7% nos últimos 12 meses.

Segundo a PMC, no caso específico de equipamentos e materiais, a variação é explicada pelos efeitos da valorização do real frente ao dólar, que vem tornando os produtos de informática e outros importados relativamente mais baratos. No acumulado dos últimos 12 meses, a atividade atingiu um patamar de variação de 78,5%.

Na comparação entre janeiro de 2006 e janeiro de 2005, o segmento de tecidos, vestuário e calçados, com um incremento de 8,3%, também apresentou resultado satisfatório. Numa iniciativa dos lojistas do ramo em reduzir os estoques que não foram vendidos em dezembro, recorreu-se ao artifício das promoções. Para o acumulado dos últimos 12 meses, o segmento apurou uma taxa de 16,9%.

* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); pesquisadora da SEI.

A atividade de hipermercado, supermercado, produtos alimentícios, bebidas e fumo, que tem o maior peso na PMC do IBGE, também exerceu significativa influência no crescimento do varejo (4,1%). A inflação sob controle, as promoções e a queda do dólar, além da ligeira queda no desemprego e a melhoria nos rendimentos dos trabalhadores contribuíram para a manutenção da taxa positiva. Quando considerado apenas o subgrupo de hipermercados e supermercados identificam-se as constantes promoções empreendidas pelas grandes redes como principal fator para o desempenho da atividade, que apresentou, no mês de janeiro, em relação a igual mês de 2005, uma expansão nos negócios na ordem de 5,6%.

Quanto ao segmento de veículos, motos e peças que não compõe o Indicador do Comércio, o crescimento foi de 5,7% ante igual mês de 2005. A expansão nas vendas apresentada pelo grupo é explicada pelo acirramento da concorrência entre as revendedoras, além da elasticidade dos prazos de pagamento.

Dos oito ramos de atividade que compõem o indicador do comércio, sete acumularam contribuições positivas, à exceção do segmento de combustíveis e lubrificantes

Segundo a PMC, no caso específico de equipamentos e materiais, a variação é explicada pelos efeitos da valorização do real frente ao dólar

que registrou, nos últimos 12 meses, acentuada queda nas vendas (-15,0%). Os destaques para esse período, levando-se em consideração o peso para o Comércio Varejista, foram os segmentos de móveis e eletrodomésticos (38,7%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (6,6%), seguido por tecidos, vestuário e calçados (16,9%), equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (78,5%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (11,7%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (12,6%), e livros, jornais, revistas e papelaria (2,36%). Obteve-se ainda variação positiva de 5,5% para o subgrupo de hipermercados e supermercados. No ramo que não contribui para a formação do indicador, como veículos, motos e peças, o incremento alcançou 7,9% (Tabela 1).

Tabela 1
Serviços - Variação no volume de vendas no varejo¹ - Bahia: Jan/2006

Classes e Gêneros	Mensal ²	No ano ³	12 meses ⁴
Comércio Varejista	5,1	5,1	6,5
Combustíveis e Lubrificantes	-14,4	-14,4	-15,0
Hipermercados, Supermercados, produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	4,1	4,1	6,6
Hipermercados e Supermercados	5,6	5,6	5,5
Tecidos, Vestuário e Calçados	8,3	8,3	16,9
Móveis e Eletrodomésticos	34,1	34,1	38,7
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	9,2	9,2	11,7
Livros, jornais, revistas e papelaria	-16,3	-16,3	2,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	102,0	102,0	78,5
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	19,7	19,7	12,6
Veículos, Motos e Peças	5,7	5,7	7,9
Material de construção	-3,5	-3,5	nd

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

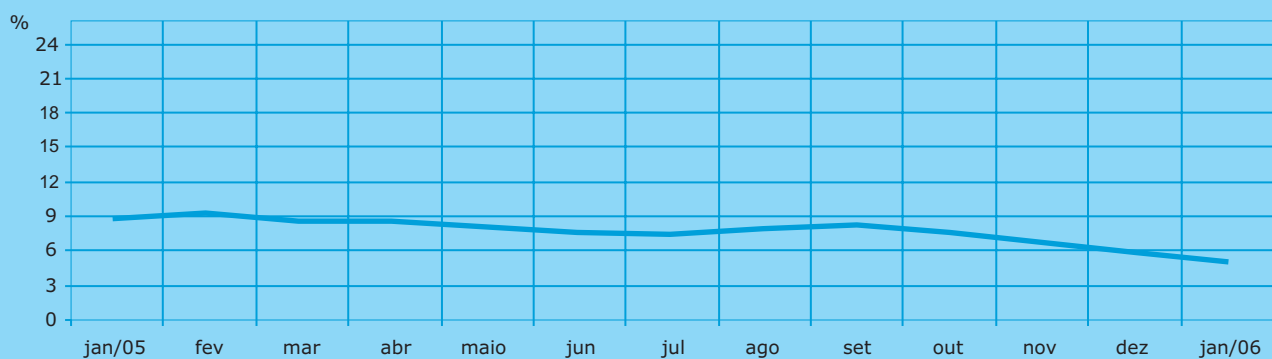
Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Gráfico 1 – Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹: Bahia, Jan/2005 - Jan/2006

Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: CAC - SEI
¹ Acumulado nos últimos 12 meses

No que diz respeito ao segmento de Combustíveis e lubrificantes, verifica-se que as elevadas variações negativas, apuradas ao longo dos últimos meses, foram decisivas para a retração exibida no período.

Analisando o comportamento do comércio, acredita-se que, apesar da suave discrepância no ritmo apresentada pelo varejo baiano ao longo dos últimos 12 meses (Gráfico 1), a tendência para o setor seja favorável. A perspectiva de quedas significativas na inflação para os próximos meses, além do reajuste do salário-mínimo já para o segundo bimestre, vem animando os analistas de mercado e representantes do setor.

Um outro fator animador é a redução da taxa Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), iniciada em setembro do ano passado. A queda dos juros, dando continuidade ao processo de flexibilização da política

monetária, aos poucos será percebida pelo consumidor. Além disso, a sinalização para uma trajetória ascendente do emprego, renda e capacidade de endividamento do consumidor constituem fatores que favorecerão o aquecimento das vendas no varejo nos próximos meses.

Referências

IBGE. *Pesquisa mensal de comércio*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 21 mar. 2006

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA Bahia – SEI. *Release - Janeiro 2006*. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>> Acesso em: 23 mar. 2006. ■

ANÚNCIOS



Conjuntura Econômica Baiana

A economia baiana iniciou o ano de 2006 mantendo o mesmo desempenho verificado em 2005. Tanto o setor externo quanto as vendas do comércio e a produção industrial apresentaram resultados significativos, determinando assim a continuidade da trajetória de crescimento.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM), do IBGE, registrou, em janeiro de 2006, variação positiva de 6,7% em relação ao mesmo mês de 2005. No período, os setores de *celulose, papel e produtos de papel* (28,9%), *Minerais não metálicos* (19,8%) e *refino de petróleo e álcool* (17,0%) registraram as maiores altas.

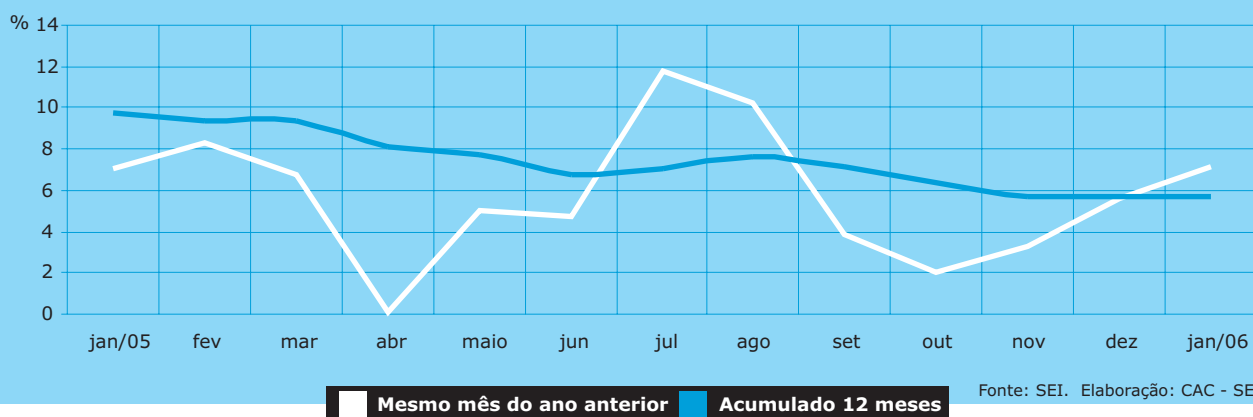
O comércio exterior manteve o desempenho positivo tanto nas exportações quanto nas importações. No primeiro bimestre do ano, as exportações registraram crescimento de 24,8% na comparação como o mesmo período do ano anterior. Já as importações apresentaram crescimento de 15,8% no mesmo período.

O comércio varejista, conforme os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), do IBGE, registrou variação positiva de 6,5% no volume das vendas em janeiro. As maiores taxas de crescimento no ano foram registradas pelos segmentos: *equipamentos e materiais para escritório e informática* (102,0%); *móveis e eletrodomésticos* (34,0%); e *outros artigos de uso pessoal* (19,7%). O segmento *veículos, motos, partes e peças* registrou crescimento de 5,7%, enquanto *materiais de construção* apresentou variação negativa de 3,5%.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou alta de 0,7% no primeiro mês de 2006. No mês, os grupos que registraram as maiores altas foram: *habitação e encargos* (1,99%); *transporte e comunicação* (1,75%); e *despesas pessoais* (1,71%).

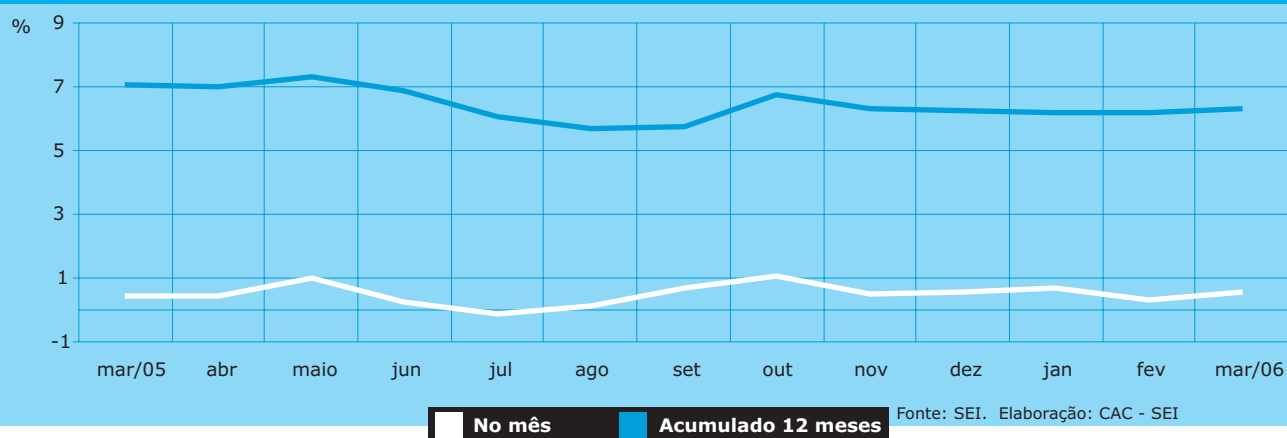
O mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEA-DE), fechou o mês de dezembro com taxa de desemprego em 23,2%, determinando uma média anual da taxa de desemprego de 24,5%. O ano de 2005 fechou com 1.307 milhão exercendo alguma atividade econômica, alta de 2,7% em relação ao início do ano.

Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



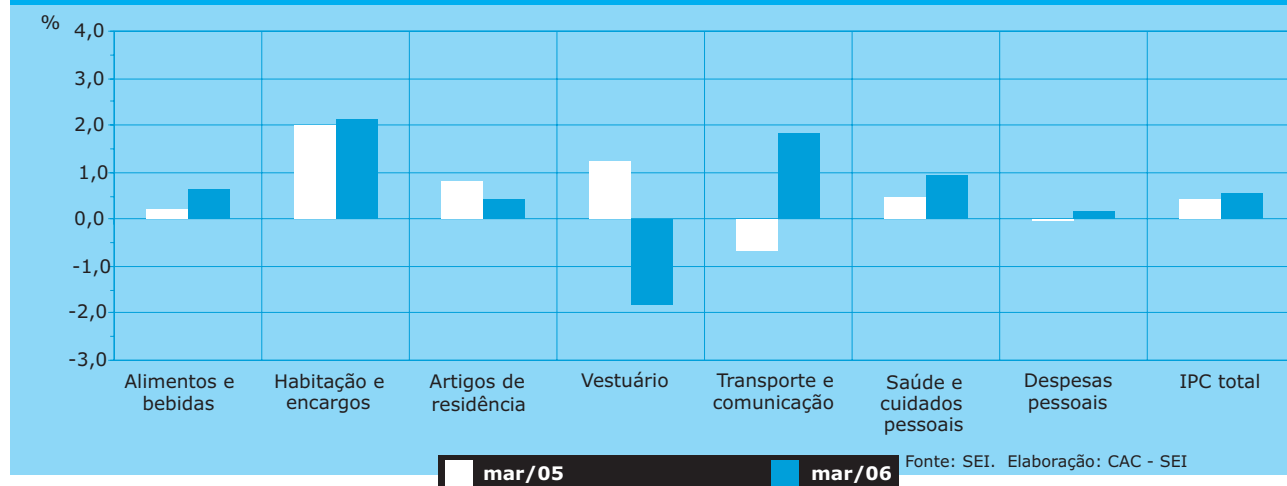
Em janeiro, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC), registrou alta de 7,2% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O crescimento na atividade é também confirmado pela alta de 3,9% na comparação entre janeiro/2006 e dezembro/2005. No acumulado dos doze meses, o índice manteve-se estável, uma vez que a taxa de janeiro (5,74%) é praticamente a mesma do mês de dezembro de 2005 (5,73%).

Taxa de variação do IPC-SEI - Salvador



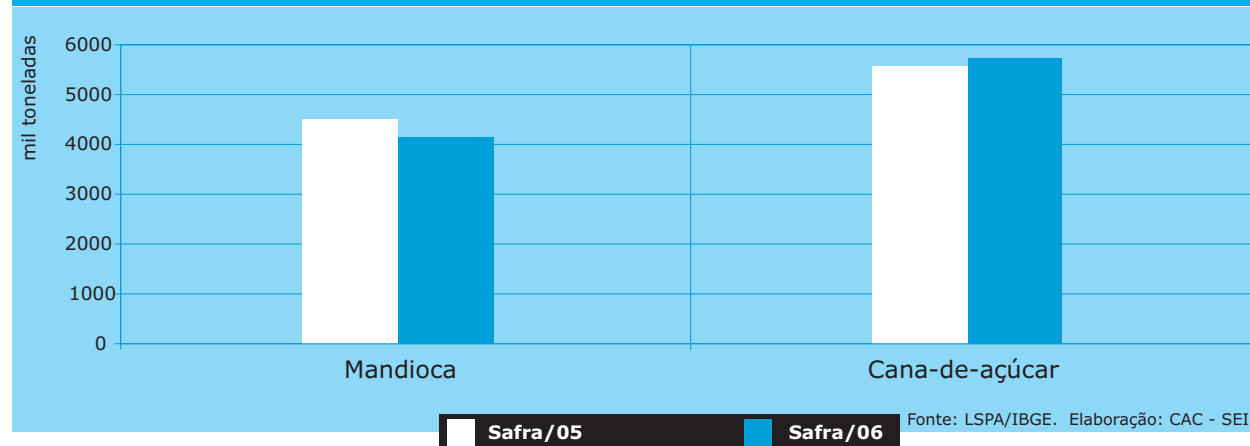
No mês de março, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela SEI, registrou taxa de 0,56%, bem acima dos 0,33% do mês de fevereiro. Com esse resultado, o índice acumula alta de 6,34% nos doze meses. Habitação e encargos (24,8%) e transporte e comunicação (13%) foram os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos doze meses. Já artigo de residência (-0,5%) continua sendo o item que menos pressiona na formação do IPC.

Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados - Salvador



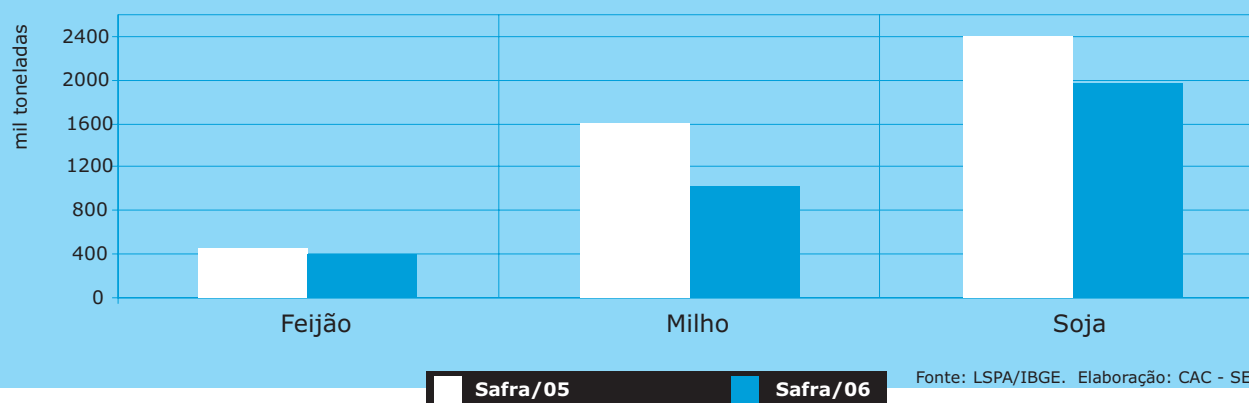
Os grupos de habitação e encargos (2,1%) e transporte e comunicação de (1,9%) apresentaram, em março, as maiores contribuições para a taxa positiva de inflação. Com relação a esses grupos, os subitens encargos e manutenção (2,6%) e transporte (2%) registraram as maiores elevações. No mesmo período, o grupo de despesas pessoais registrou uma taxa de (0,2%) e somente o grupo de vestuário obteve uma taxa negativa (1,8%).

Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia



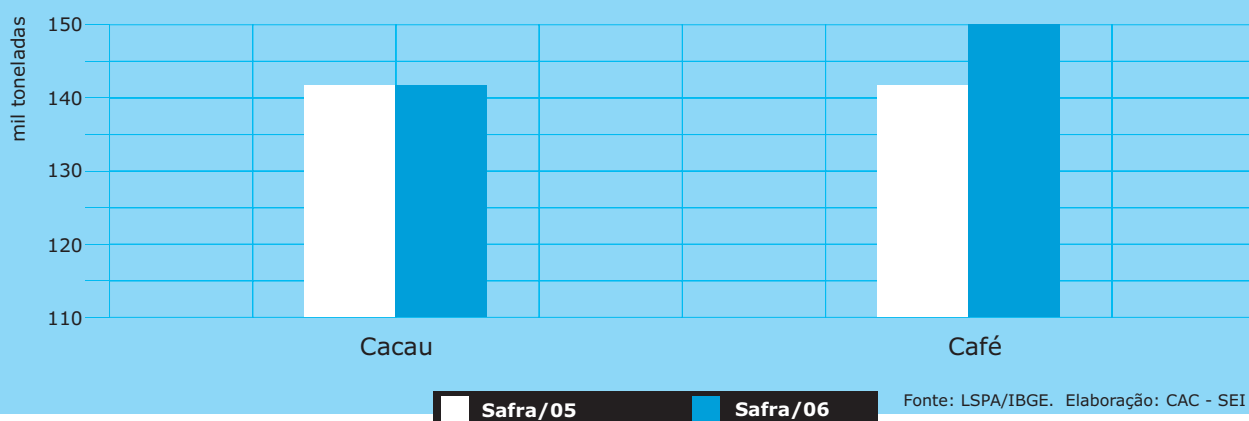
As estimativas para a safra baiana, realizadas em março de 2006 pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), apontam retração de 7,2% da produção de mandioca, reflexo do desestímulo à produção em virtude da queda dos preços dos subprodutos da raiz. Para a cana-de-açúcar, a conjuntura favorável dos preços do açúcar/álcool justifica a elevação em 2,5% da produção. Confirma-se essa informação a partir da área plantada, com incremento de 2,3% em relação à safra 2005.

Estimativa da produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia

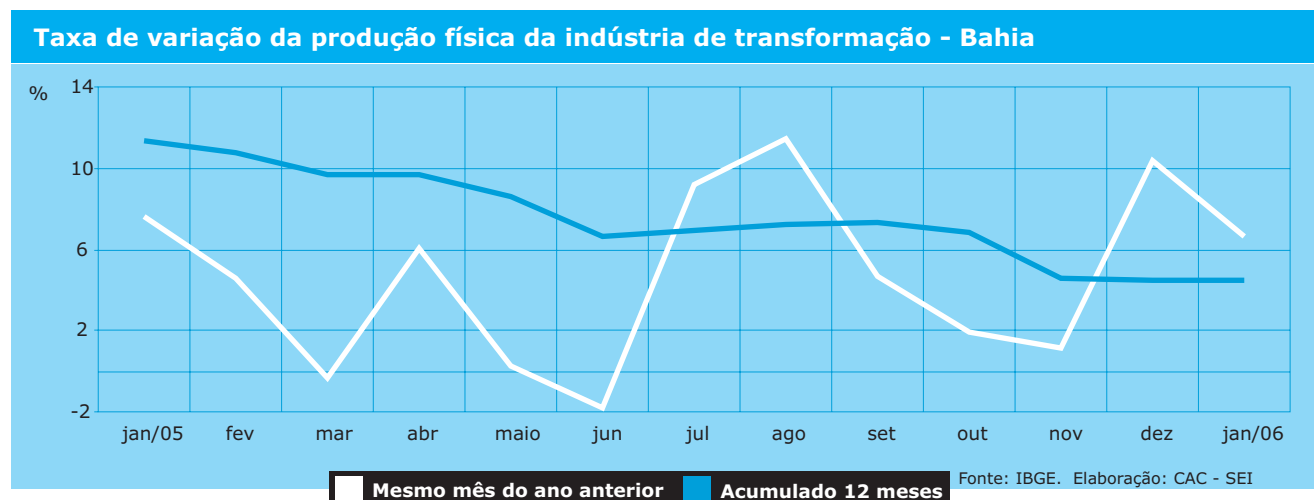


As estimativas do LSPA de março 2006 reverteram a tendência do mês anterior para o feijão. Após ajustes, considerando os reais impactos das chuvas para a 1.^a safra, observa-se a retração da produção em 12,5%. Para o milho, mantêm-se as estimativas de redução da safra em 32%. A queda do rendimento da lavoura (22%) contribui para esse resultado. Para a soja, segue a estimativa de redução da produção em 17%, resultado da conjuntura adversa de preços e da ferrugem asiática.

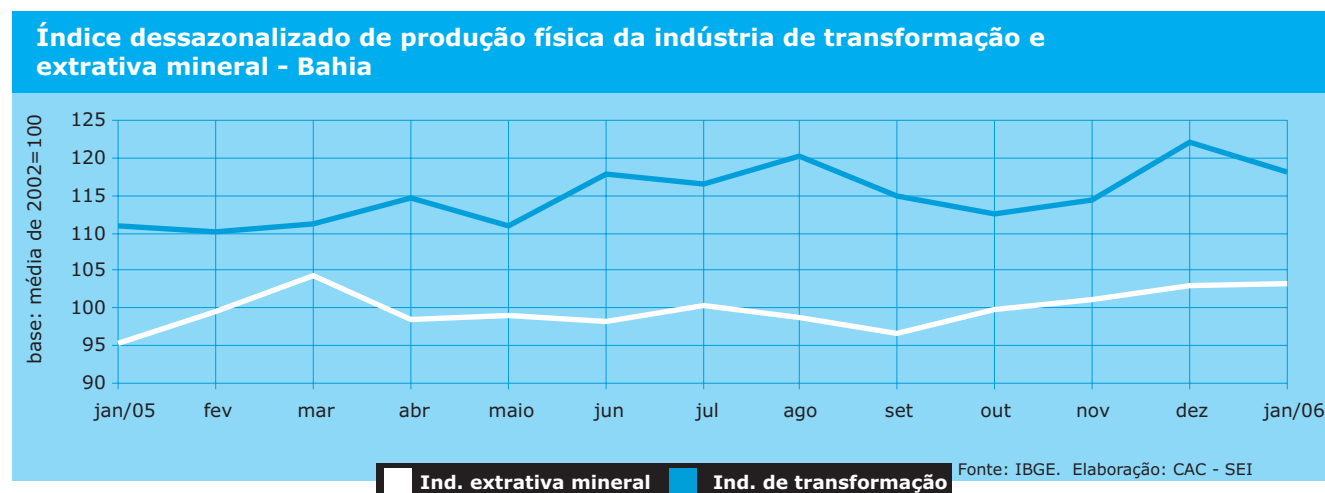
Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia



Em março de 2006, o LSPA mantém a informação de estabilidade na produção de cacau. A lavoura encontra-se ainda em entressafra. Para o café, o LSPA aponta elevação de 9,1% da produção. A expansão de 6,5% do rendimento da lavoura, combinada com o aumento da área plantada (4,3%) e da área colhida (2,5%), contribui para o resultado observado. Continuam notícias positivas sobre a conjuntura de preços do café nos mercados nacional e internacional.

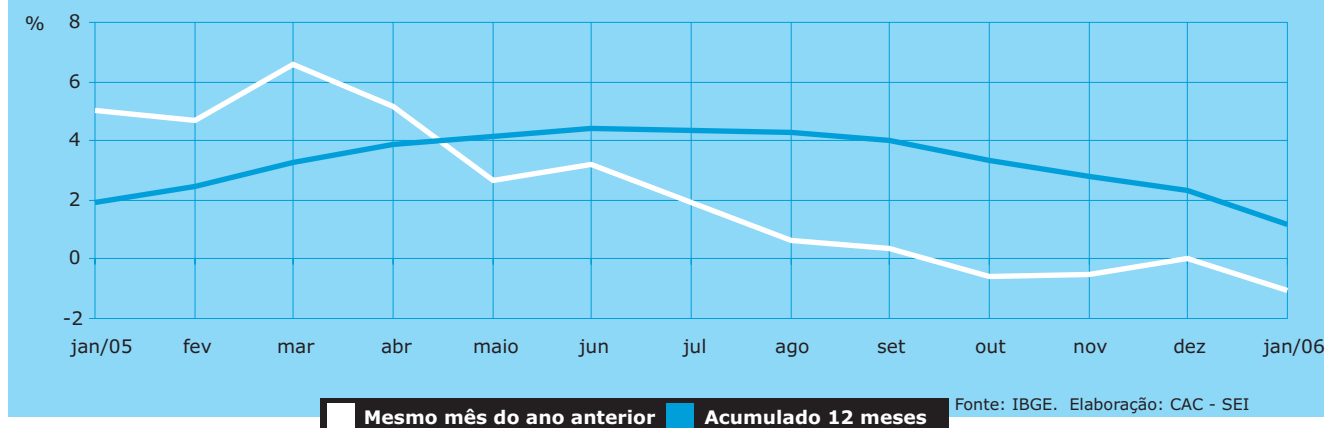


A produção da indústria de transformação da Bahia registrou, em janeiro, crescimento de 6,6% na comparação com o mesmo mês do ano anterior, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE. No acumulado dos doze meses, o índice registra crescimento de 4,5%. Os segmentos que registram as maiores expansões nos doze meses são: veículos automotores (24,7%), celulose, papel e produtos de papel (24,0%) e minerais não-metálicos (11,6%).

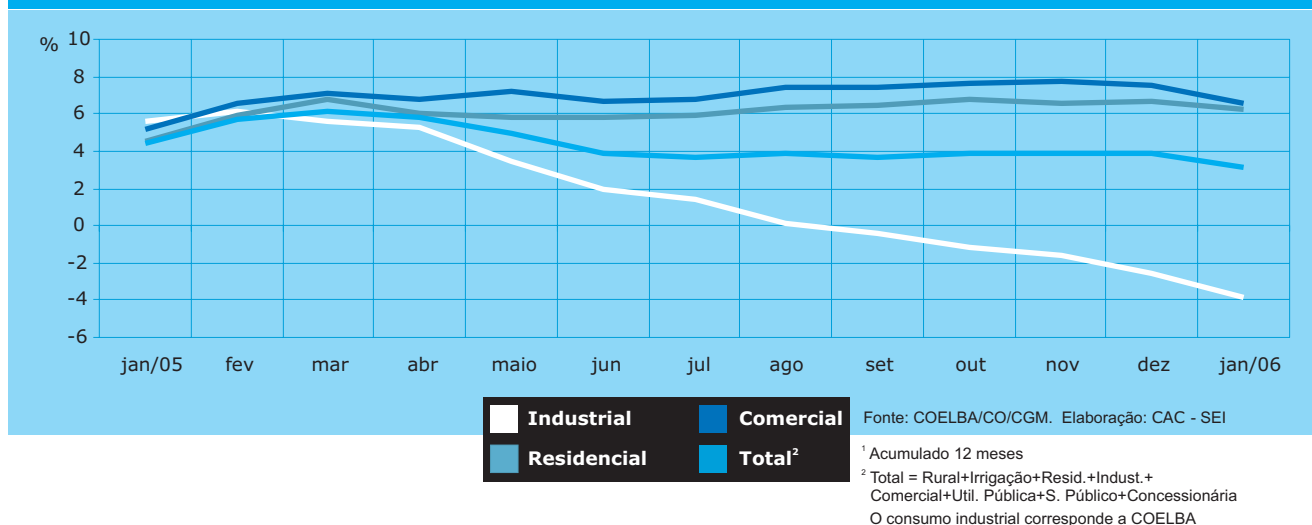


A série livre de influências sazonais da produção da indústria de transformação baiana mostra que a produção física da indústria baiana registrou queda de 3,3% na comparação entre janeiro/2006 e dezembro/2005. As maiores quedas ocorreram nos setores de alimentos e bebidas (-7,3%), metalúrgica básica (-4,9%) e produtos químicos (-2,6%). Já a indústria extrativa mineral apresentou ligeiro crescimento (0,3%).

Taxa de variação do pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia

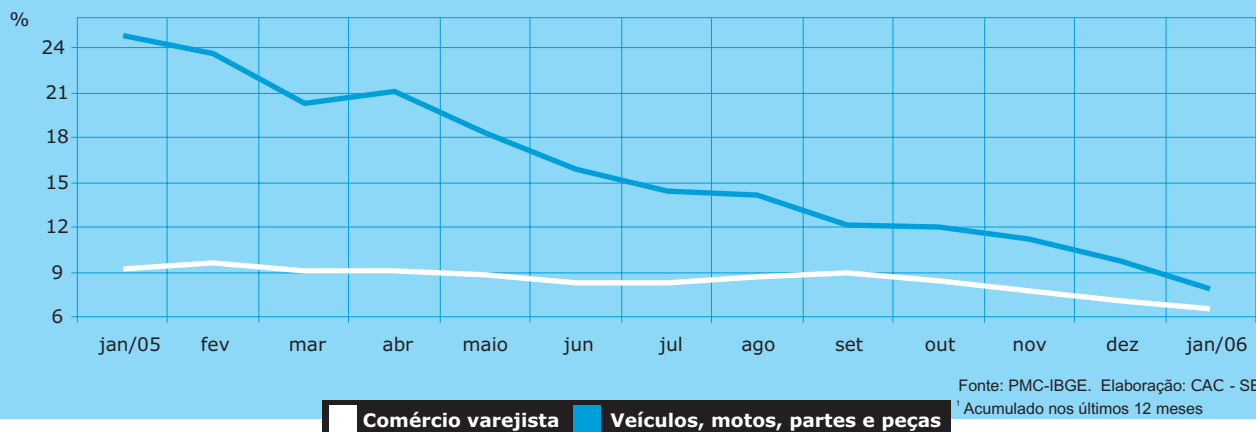


O emprego na indústria de transformação baiana registrou, em janeiro de 2006, queda de 0,3% em relação a janeiro de 2005. Apesar da queda em janeiro, no acumulado dos doze meses, o emprego na indústria baiana manteve-se em alta, ainda que apresentasse tendência de queda, de 1,9%. Os setores que registraram as maiores altas nesse período foram: máquinas e equipamentos, exclusive elétricos; eletrônicos, de precisão e de comunicações (45,0%); madeira (17,6%); coque, refino de petróleo e combustíveis nucleares (10,8%).

Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ - Bahia

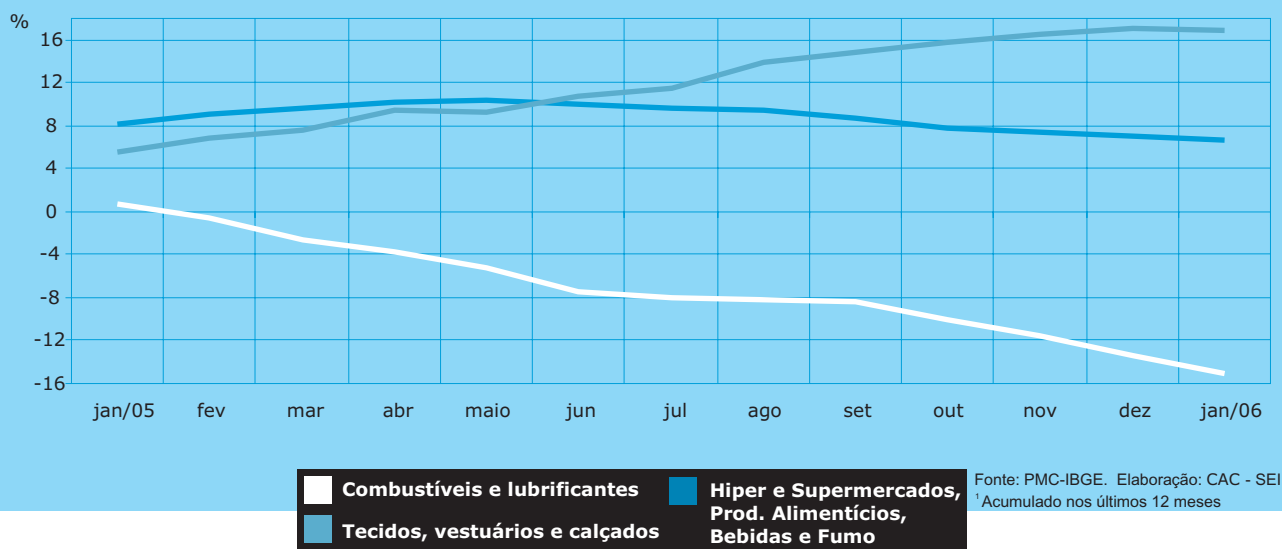
O consumo total de eletricidade, no estado da Bahia, registrou em janeiro de 2006, uma taxa de 3,2% no acumulado dos doze meses – a partir desse mês, o consumo industrial será contabilizado apenas Coelba. Dentre os principais consumidores, o consumo comercial apresenta a maior taxa de crescimento, acumulando alta de 6,6%. O consumo residencial obteve uma taxa positiva de 6,3%, já o industrial registrou resultado negativo de 3,9%.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹ - Bahia



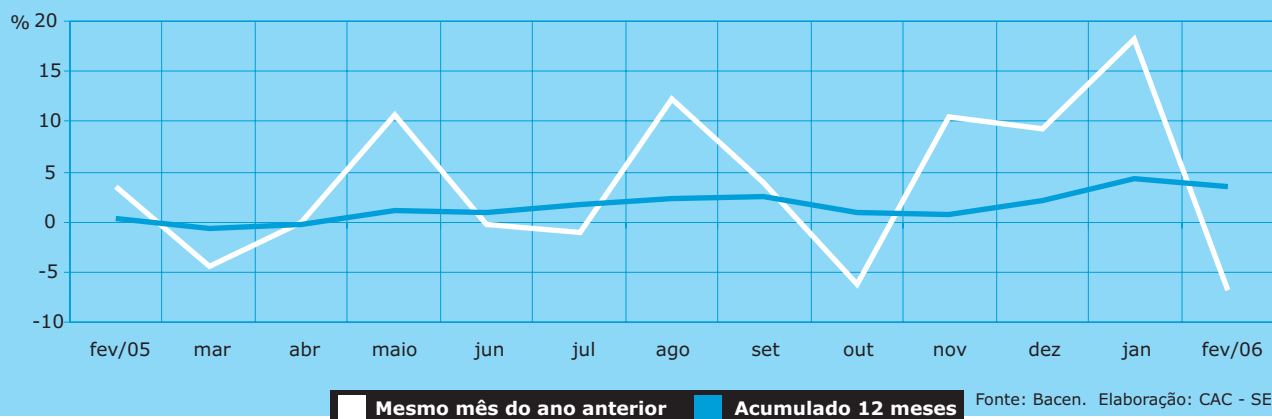
O comércio varejista na Bahia apresentou, no mês de janeiro de 2006, pelo vigésimo sexto mês consecutivo, um acréscimo de 5,1% no volume de vendas. A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE) apurou para o acumulado dos últimos doze meses uma expansão de 6,5%. O segmento de veículos, motos e peças apresentou crescimento de 5,7% ante igual mês de 2005. A expansão nas vendas, apresentada pelo grupo, é explicada pelo acirramento da concorrência entre as revendedoras, além da elasticidade dos prazos de pagamento. Nos últimos doze meses, o crescimento do volume de vendas desse segmento foi de 7,9%.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos - Bahia



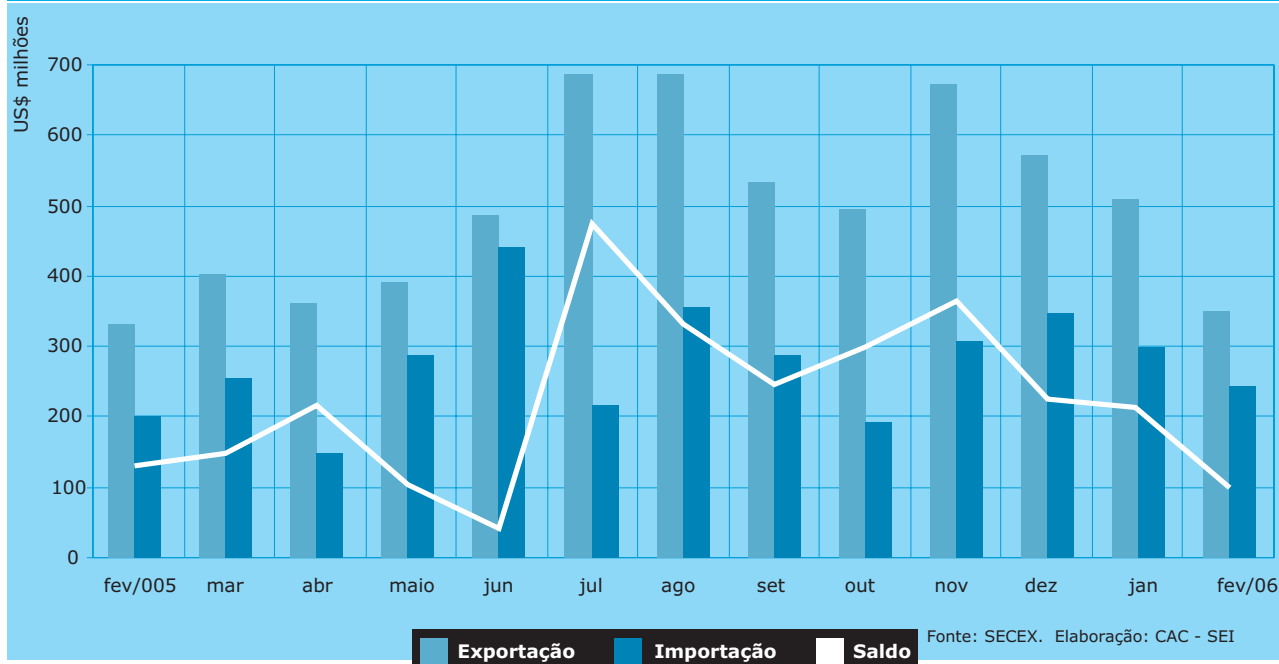
Segundo a PMC/IBGE, o segmento de móveis e eletrodomésticos apresentou, para o acumulado dos últimos doze meses até janeiro de 2006, um crescimento de 38,7% no volume de negócios. Esse desempenho continua sendo explicado pela ampliação do crédito direto ao consumidor e dos empréstimos pessoais consignados em folha verificados nos últimos meses. O mesmo comportamento positivo foi verificado para os segmentos tecidos e vestuário e hiper e supermercados, com 16,8% e 6,6%, respectivamente.

Quantidade de cheques sem fundos - Bahia



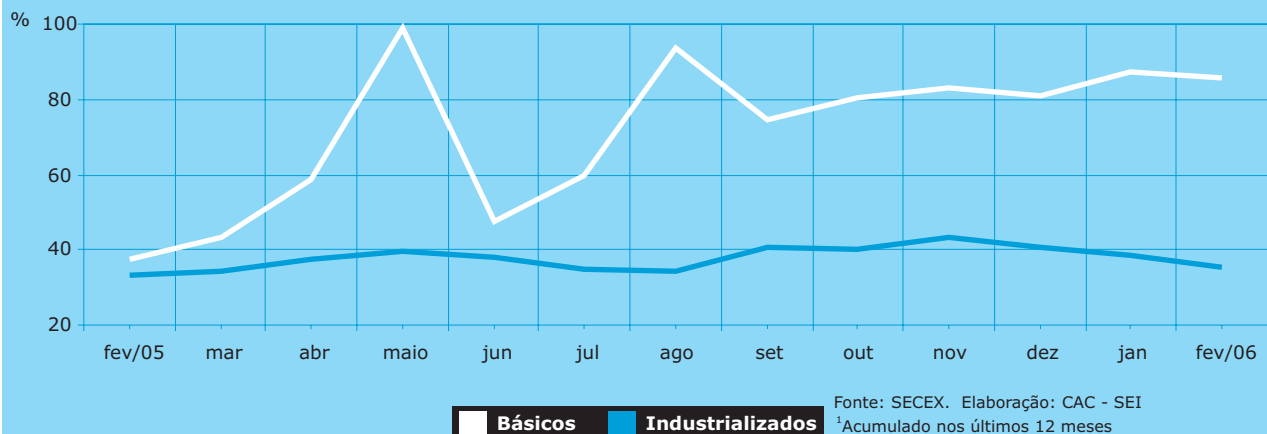
Em fevereiro de 2006, foram emitidos cerca de 316.000 cheques sem fundos na Bahia. Esse resultado é 6,9% inferior ao registrado no mesmo mês do ano anterior. Entretanto, na comparação entre fevereiro e janeiro de 2006, houve uma queda de 21,7% no total de cheques sem fundos. Apesar da baixa registrada em fevereiro e da tendência de queda no volume de cheques sem fundos emitidos, a taxa acumulada nos doze meses assinalou taxa positiva de 3,5%.

Balança comercial - Bahia



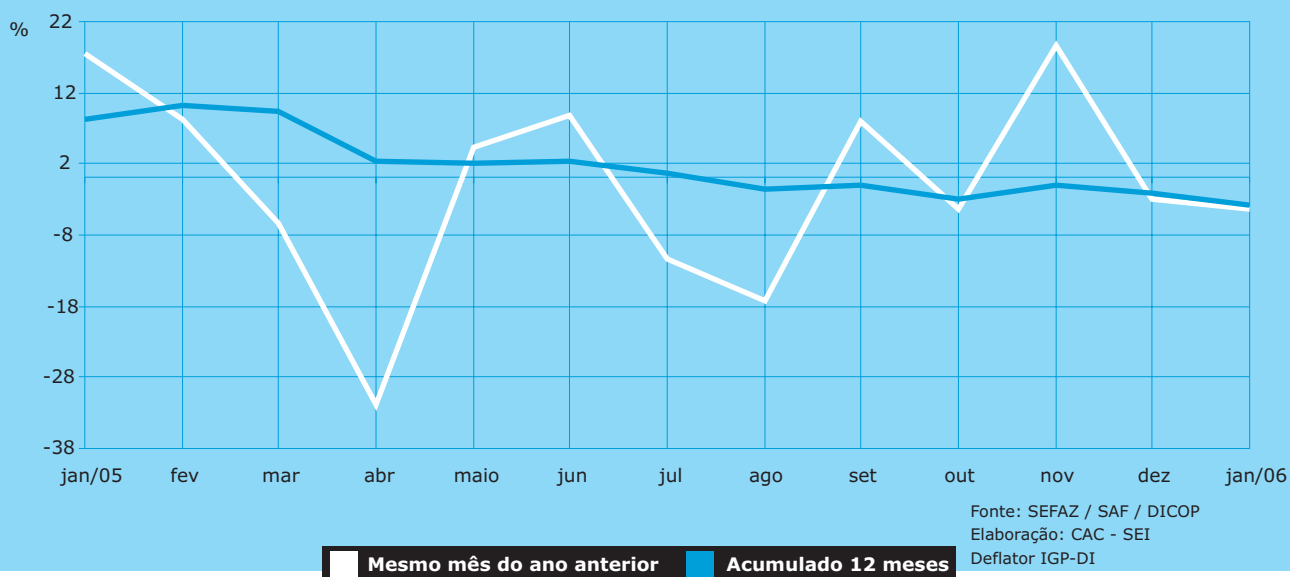
A balança comercial baiana registrou, em fevereiro de 2006, um saldo superavitário de US\$ 113,1 milhões. As vendas externas alcançaram US\$ 354,5 milhões, o que representa um crescimento de 6,5% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já as importações totalizaram US\$ 241,4 milhões, com um crescimento de 19,5% em relação a fevereiro de 2005. Esse desempenho das exportações deve-se ao forte dinamismo comercial entre os países – Estados Unidos, México, Argentina, Bahamas e Alemanha, entre outros.

Taxa de variação das exportações baianas por fator agregado¹ - Bahia

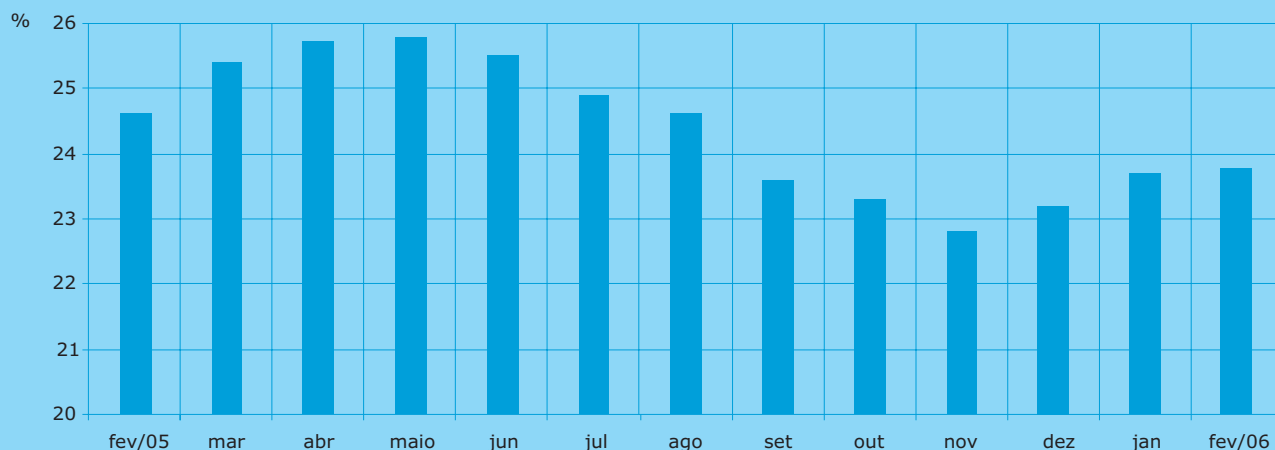


As exportações baianas por fator agregado registraram uma taxa positiva de 85,5% para a categoria de produtos básicos, nos últimos doze meses, representando, no período, uma recuperação das vendas externas de insumos básicos. Os produtos industrializados, que participam com cerca de 90% do total da pauta de exportação, registraram um crescimento de 35,5% nas vendas. Os produtos de destaque foram os automóveis, os derivados de petróleo, derivados de cobre e os químicos e petroquímicos.

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes - Bahia

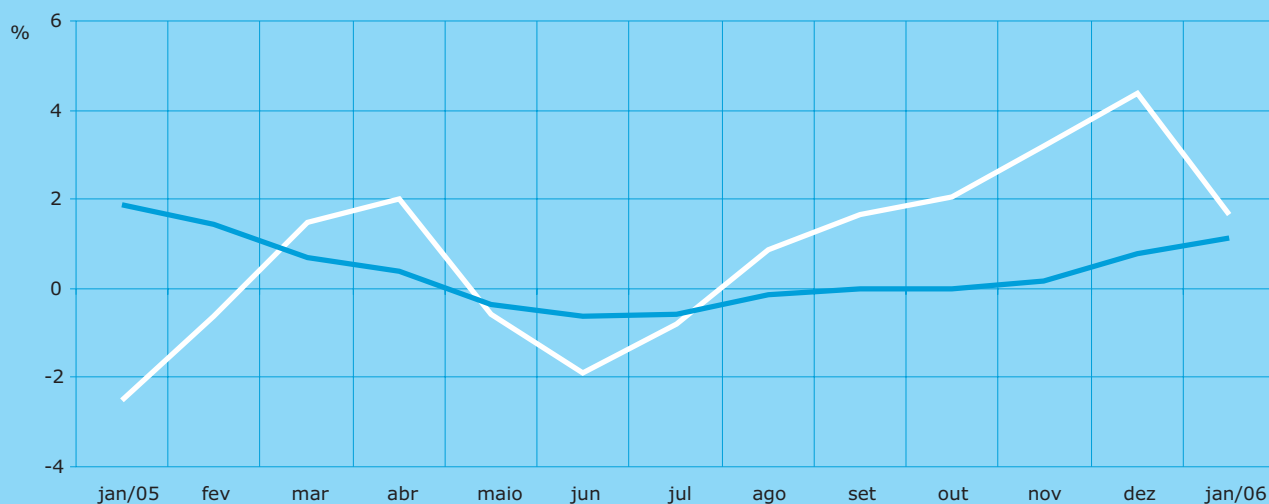


A arrecadação de ICMS no estado da Bahia registrou, no mês de janeiro de 2006, queda de 4,4% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No mês, a arrecadação foi de R\$ 617.773 milhões. Com esse resultado, a arrecadação marca uma queda de 3,75% nos últimos doze meses, enquanto em dezembro era de 2% negativa. No ano de 2006, a arrecadação total alcançou R\$ 617.773 milhões.

Taxa de desemprego total - RMS

Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: CAC - SEI

Conforme os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), a Taxa de Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (RMS) registrou queda em fevereiro de 2006, comparando-se com igual mês do ano anterior. Nesse período, a Taxa de Desemprego situou-se em 23,8% da População Economicamente Ativa (24,6% em fev/05). O contingente de desempregados foi estimado em 420 mil pessoas (fev/06), e foram criados dois mil novos postos de trabalho nesse mês, o que permitiu a compensação entre o número de ocupados e desocupados.

Taxa de variação do rendimento médio real¹ - RMS

Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE /SEADE Elaboração: CAC - SEI
¹Ocupados no trabalho principal

■ Mesmo mês do ano anterior

■ Acumulado 12 meses

O rendimento médio real dos ocupados na RMS, medido pelo índice dos rendimentos da PED, apresentou incremento de 1,65% em janeiro de 2006, comparando-se ao mesmo mês do ano anterior; no acumulado dos últimos doze meses, observou-se variação positiva de 1,11%; o rendimento real médio dos ocupados correspondeu a R\$ 741,00 em janeiro de 2006. Esse resultado pode ser resultado da desaceleração inflacionária e aumento da massa salarial devido ao aumento da ocupação no período.

O trabalhador da construção civil na Bahia

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)*

Este texto é uma sistematização das principais informações e conclusões do estudo realizado pelo DIEESE sobre o Perfil dos Trabalhadores da Construção Civil no estado da Bahia e promovido pela FETRA-CON/BA com o apoio da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. O estudo trata das mudanças tecnológicas e organizacionais ocorridas no setor na última década. A partir da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD-IBGE), traça a configuração recente da Construção Civil no Brasil, na Bahia e na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Em seguida, é feita uma análise da evolução do emprego formal no setor, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS-MTE). Por último, com base nas informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a Região Metropolitana de Salvador, investiga a inserção da população ocupada no setor da Construção Civil, segundo características individuais e do posto de trabalho, em dois períodos: 1997/1999, primeiro triênio da pesquisa; e 2002/2004.

Dados gerais da ocupação na construção civil

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) realizada pelo IBGE em 2003, o total de pessoas ocupadas no setor da construção civil no país representava 6,5% do total de ocupados, aproximadamente 5,2 milhões de trabalhadores.

Na Bahia, esta proporção era de 5,5%, cerca de 330 mil; a Região Metropolitana de Salvador (RMS)¹ res-

pondia pela metade desta ocupação, 115 mil. Esta concentração dos trabalhadores do setor na RMS vai gerar uma expressiva participação dos ocupados deste setor frente ao total de ocupados na região, 8,5% (Tabela 1). Os números citados nessa tabela englobam tanto os trabalhadores assalariados, com carteira ou sem carteira de trabalho assinada, quanto aqueles que possuíam outra posição na ocupação. Esta classificação dos trabalhadores ocupados pelo tipo de vínculo ou posição na ocupação permite verificar o grau de formalidade ou informalidade no setor.

Analisando as informações contidas na Tabela 2, verifica-se que a proporção de trabalhadores assalariados, representada pelos trabalhadores empregados no setor para o país, é de 47,1%. Apenas 20,3%, cerca de 1,5 milhões de empregados trabalham com registro na carteira de trabalho.

Para o Estado da Bahia, apesar de possuir maior grau de assalariamento (52,0%), comparativamente ao Brasil, observa-se que esta vantagem é relativa, já que a diferença está justamente na proporção de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, que alcança 31,6%.

Pelas características próprias de regiões metropolitanas, esperava-se que na RMS se concentrasse uma maior proporção de trabalhadores com carteira de trabalho assinada, entretanto mais de ¼ (26,1%)

* Ana Georgina E. Dias, Ana Margaret Silva Simões, Lavinia Maria de Moura Ferreira, Ranieri Muricy Barreto (Supervisor Técnico), Tiago Paixão Ramos (Estagiário) e Thaiz Silveira Braga.

¹ A Região Metropolitana de Salvador é composta de 10 municípios: Camaçari; Candeias; Dias D'Ávila; Itaparica; Lauro de Freitas; Madre de Deus; Salvador; São Francisco do Conde; Simões Filho e Vera Cruz.

Tabela 1
Distribuição dos ocupados por setor e ramo de atividade econômica: Brasil, Bahia e Região Metropolitana de Salvador, 2003
Em %

Setor e ramo de atividade	Brasil	Bahia	RMS
Agrícola	20,7	40,4	1,9
Indústria	14,4	7,6	10,0
Construção	6,5	5,5	8,5
Comércio e reparação	17,7	14,7	22,2
Alojamento e alimentação	3,6	3,7	7,0
Transporte, armazenagem e comunicação	4,6	3,6	6,5
Administração pública	5,0	4,3	5,8
Educação, saúde e serviços sociais	8,9	7,1	10,6
Serviços domésticos	7,7	5,9	10,5
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,7	3,1	5,7
Outras atividades	6,9	3,8	10,8
Atividades mal definidas ou não declaradas	0,2	0,4	0,6
Total	100,0	100,0	100,0
Total de Ocupados (valores absolutos)	80.163.481	6.039.272	1.354.951

Fonte: PNAD - IBGE

Elaboração: DIEESE - Escritório Regional da Bahia

dos ocupados na construção civil nesta região não estão registrados. A condição de assalariado sem carteira de trabalho assinada resulta em uma série de prejuízos ao trabalhador, deixando-o à margem de todas as garantias previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e nas convenções coletivas de trabalho.

A expressiva proporção de trabalhadores ocupados por conta própria foi outra característica observada nos três âmbitos geográficos. Este fato torna-se mais relevante quando se verifica a reduzida proporção dos ocupados que contribuem com previdência social (Tabela 3). Como não contribuem para a previdência social, estão à margem dos mecanismos de seguridade social vigentes no país, ou seja, estão longe de al-

Tabela 2
Distribuição dos ocupados no setor da Construção Civil por posição na ocupação: Brasil, Bahia e Região Metropolitana de Salvador, 2003
Em %

Setor e ramo de atividade	Brasil	Bahia	RMS
Empregados	47,1	52,0	57,4
c/ carteira	20,3	20,2	30,8
s/ carteira	26,6	31,6	26,1
Não remunerados	0,9	1,0	0,4
Conta própria	45,5	42,6	39,3
Empregadores	4,2	2,0	1,4
Auto construção	2,3	2,4	1,4
Total	100,0	100,0	100,0
Total de Ocupados (valores absolutos)	5.219.775	330.452	115.433

Fonte: PNAD - IBGE

Elaboração: DIEESE - Escritório Regional da Bahia

Tabela 3
Distribuição dos ocupados no setor da Construção Civil segundo a contribuição à previdência social: Brasil, Bahia e Região Metropolitana de Salvador, 2003

Em %

Setor e ramo de atividade	Brasil	Bahia	RMS
Contribuintes	28,0	23,0	35,0
Não contribuintes	72,0	77,0	65,0
Total	100,0	100,0	100,0
Total de Ocupados (valores absolutos)	5.219.775	330.452	115.433

Fonte: PNAD - IBGE

Elaboração: DIEESE - Escritório Regional da Bahia

cançar benefícios, tais como: salário-desemprego, no caso dos trabalhadores assalariados; auxílios doença e acidente; e aposentadoria por tempo de serviço.

Perfil do emprego formal na construção civil na Bahia e na RMS

Uma outra fonte de dados utilizada na análise do perfil dos trabalhadores do setor foi a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)², do Ministério do Trabalho e Emprego, que capta o comportamento do emprego assalariado formal.

De acordo com a RAIS, em 2003, existiam 56.736 mil empregos formais no setor da construção civil do estado da Bahia (Tabela 4). Apesar da redução

verificada em 2003, comparativamente ao ano de 2000, em que o setor obteve o seu melhor desempenho desde 1994, observa-se, em relação a este ano, que o saldo foi positivo, pois foram criados 17.500 empregos formais. O mesmo comportamento pode ser observado na RMS. Esta região responde por 38.142 mil empregos formais no setor, 67,2% do total do Estado.

A significativa participação da RMS no total dos empregos no setor reflete a concentração, nesta região, das principais atividades econômicas do estado da

² A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), criado para fins operativos. As estatísticas geradas não foram criadas originalmente para levantamento de informações relativas ao mercado de trabalho, mas representa um censo anual do emprego formal no Brasil, uma vez que devem apresentar declaração anual da RAIS todos aqueles que, independente da organização empresarial, tenham mantido como empregadores alguma relação de emprego, em algum momento do ano a que se referem as informações. Conforme informações do Ministério do Trabalho e Emprego, a RAIS cobre 97% do universo do mercado formal brasileiro.

Tabela 4
Evolução do emprego formal no setor da Construção Civil, segundo sexo: Brasil, Bahia e RMS, 1994/2000/2003

Regiões Geográficas	1994	2000	2003	2003 / 2000 %	2003 / 1994 %
Brasil (absoluto)	1.105.432	1.094.528	1.048.251	-4,2	-5,2
Feminino (%)	7,0	7,6	7,1	-	-
Masculino (%)	93,0	92,4	92,9	-	-
Bahia (absoluto)	40.782	61.269	56.736	-7,4	39,1
Feminino (%)	8,3	6,5	6,4	-	-
Masculino (%)	91,7	93,5	93,6	-	-
RMS (absoluto)	31.587	43.928	38.142	-13,2	20,8
Feminino (%)	8,4	6,9	6,8	-	-
Masculino (%)	91,56	93,1	93,2	-	-

Fonte: RAIS / MTE - 1994, 2000 e 2003

Elaboração: DIEESE - Escritório Regional da Bahia

Bahia³. Acrescente-se o fato de que parcela expressiva da renda gerada no Estado circula nessa área. Esses dois fatores em conjunto são responsáveis pela configuração espacial e pela dinâmica do setor da construção civil no Estado.

Apesar desta característica, de natureza estrutural, durante o período analisado não foi na RMS que os empregos do setor obtiveram o maior crescimento: nesta região a evolução do emprego no setor, entre 1994 e 2003, foi de 20,8%, o que não deixa de ser um crescimento expressivo, porém bem aquém daquele observado para o Estado (39,1%).

O melhor desempenho do Estado na geração de empregos formais no setor, frente à RMS, pode ser resultado, de um lado, dos investimentos industriais direcionados a outras regiões, de outro, também pode ser reflexo de maior formalização dos empregos nesse setor, historicamente caracterizado pela forte presença de empregos informais e precários, sobretudo nas regiões fora do eixo metropolitano. Uma fiscalização mais intensa das relações de trabalho por parte dos órgãos competentes, assim como maior presença e atuação das representações dos trabalhadores também são elementos explicativos do comportamento do emprego formal nesse setor no estado da Bahia.

Além do comportamento do emprego, outros indicadores foram analisados com base na RAIS, apenas para o Estado da Bahia, conforme exposto a seguir.

Em relação à escolaridade, houve um melhora no período compreendido entre 1994 e 2003, com o aumento da participação dos empregos com maior grau de escolaridade. Os resultados apontam para uma redução na proporção de analfabetos no período: de 4,0% para 1,3%. A participação dos empregos com 8ª série completa (ensino fundamental) que era 9,5% em 1994, eleva-se para 19,8%, em 2003. Neste mesmo período, aqueles que alçaram o 2º grau (atual ensino médio) atingiram o percentual de participação de 18,0%. Em 1994, os empregos com este perfil não alcançavam 11% do total existente no Estado.

A melhora no perfil da escolaridade dos empregos no setor da construção civil na Bahia pode ser resultado da tendência de evolução dos indicadores educacionais do país como um todo. Pode também estar acontecendo um movimento perverso de substituição dos menos escolarizados pelos mais escolarizados, principalmente se levarmos em conta a significativa e

rápida melhora. Caso tenha sido esta a razão, este fato torna-se ainda mais grave, tendo em vista que este setor, tradicionalmente, é responsável por absorver a parcela menos escolarizada da força de trabalho excluída dos demais setores.

No período de 1994 a 2003, percebeu-se uma diminuição relativa dos empregos no setor da construção civil do estado da Bahia daqueles com mais tempo de casa, em comparação com aqueles com menos tempo. Ao mesmo tempo, vem aumentando a parcela dos empregos com até 3 meses de vínculo, que representou, em 2003, mais de um quarto (25,9%) do total de empregos formais do setor no Estado, contra 22,0% em 1994. Os dados mostram também que, ao longo do período, a reestruturação produtiva no setor tratou de eliminar os empregos mais estáveis. Deste modo, aqueles entre 5 e 10 anos de casa e aqueles com mais de 10 anos reduziram em muito as suas respectivas participações.

Uma análise mais detalhada concluiria que convivem hoje no setor os empregos com maior estabilidade, cujo limite de permanência está no patamar entre 2 a 5 anos de casa, e aqueles que correspondem à parcela mais significativa (61,2%), cujo tempo de casa não ultrapassa 1 ano.

O outro indicador do perfil do emprego analisado pelo estudo é a remuneração, cuja média no setor da construção civil é sabidamente menor do que a média dos demais setores da economia. Em 2003, os empregos na construção civil estavam concentrados nas menores faixas de remuneração. A faixa entre 1 e 1,5 salários mínimos concentravam 31,2% dos empregos; entre 1,5 e 2,0, 16,4%. As duas faixas juntas (entre 1 e 2 salários mínimos) somaram 47,6%, enquanto a faixa entre 2 e 3 salários mínimos concentrava cerca de 25% do total de empregos na construção civil no Estado. As faixas acima de 5 salários mínimos era responsável por apenas 9,6% do total.

A alta concentração dos empregos nas menores faixas de salariais, próximas ao piso salarial fixado para a categoria em convenções coletivas, reflete uma política salarial extremamente conservadora por parte das empresas do setor, que têm praticado como teto aquele salário que deveria ser tomado como piso.

³ A RMS respondia, em 2002, por 50,65% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado da Bahia. O setor da construção civil representou 6,9% do PIB baiano em 2004, estimado em 89,5 bilhões de reais (SEI, 2005).

É evidente que a alta rotatividade caracterizada pelo pouco tempo de permanência no emprego – triste marca do setor – juntamente com outros fatores como as altas taxas de desemprego, observadas para a RMS, são os grandes aliados do setor empresarial para a manutenção desta política.

O trabalhador da construção civil na RMS

A elaboração do perfil dos trabalhadores do setor da Construção Civil se completa com o estudo das informações captadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a RMS, cujo objetivo foi investigar a inserção da população ocupada no setor da Construção Civil, segundo características individuais e do posto de trabalho, em dois períodos: 1997/1999, primeiro triênio da pesquisa; e 2002/2004, último triênio em que há disponibilidade dos dados. Entre os atributos pessoais estão: sexo, cor, idade, posição na família, condição de migração e instrução. No tocando ao posto de trabalho, os dados referem-se a: posição na ocupação, previdência social, jornada de trabalho, tempo de permanência no emprego, tamanho médio da empresa e rendimento.

A análise da distribuição dos ocupados na RMS, conforme o setor de atividade, em 2004, constatou que as

maiores proporções de ocupação foram registradas pelo setor de Serviços (59,3%) e Comércio (16,5%); os setores da Indústria e Construção Civil responderam por apenas 8,5% e 4,6% da ocupação na RMS, respectivamente, evidenciando a pouca capacidade dos setores produtores de bens e de infra-estrutura na geração de oportunidades de trabalho.

Em valores absolutos, em 2004, o setor de Serviços respondeu pelo maior número de pessoas ocupadas; foram 748 mil pessoas alocadas nesse setor. Em seguida, aparece o Comércio, com 208 mil postos de trabalho, os Serviços Domésticos, com 122 mil ocupações, e a Indústria, com 107 mil postos de trabalho. A Construção Civil responde por 58 mil postos de trabalho, perdendo apenas para o agregado “Demais Setores”, com 18 mil ocupações na RMS (Tabela 5).

Conforme a evolução, embora o nível de ocupação apresentasse, em 2004, uma elevação de 18,9%, significando, em relação a 1997, um aumento de 200 mil novas ocupações, o setor de Serviços liderou a criação de ocupações (26,8%), com 158 mil novos postos de trabalho. Em seguida aparecem a Indústria (20,2%) e o Comércio (9,5%), com 18 mil novas ocupações cada um, os Serviços Domésticos (6,1%), significando mais 7 mil ocupações e por fim a Construção Civil, (1,8%) com apenas 1.000 novos postos de trabalho. O agregado “Demais Setores” foi o único que apresentou redução do número de ocupados (-2 mil postos de trabalho).

Tabela 5
Estimativas dos ocupados, segundo setor de atividade econômica: Região Metropolitana de Salvador, 1997-2004

Em
1.000
pessoas

Setor de Atividade	Anos								Variação (2004/1997)	
	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Absoluta	Relativa (%)
Total de Ocupados	1.061	1.046	1.038	1.098	1.122	1.171	1.203	1.261	200	18,9
Indústria	89	85	84	89	90	98	106	107	18	20,2
Construção Civil ¹	57	58	57	61	65	61	59	58	1	1,8
Comércio	190	179	165	180	186	191	192	208	18	9,5
Serviços	590	598	607	639	650	691	710	748	158	26,8
Serviços Domésticos	115	107	108	115	121	118	122	122	7	6,1
Demais Setores ²	20	20	17	13	10	12	13	18	-2	-10,0

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração: DIEESE

¹ O setor da Construção Civil corresponde aos sub-setores: Construção de Edificações e Obras de Infra-Estrutura; Reformas e Reparções de Edificação.

² Demais Setores refere-se aos subsetores de atividade econômica: agricultura, pecuária e extração vegetal; outros setores: embaixadas, consulados, representações oficiais e políticas, outras atividades não classificadas.

Tabela 6
Distribuição dos ocupados, total e na construção civil¹, segundo sexo, cor, faixa etária, posição no domicílio e migração: Região Metropolitana de Salvador, 1997/99 - 2002/04

Em %

Atributos pessoais	1997/99		2002/04	
	Total	Construção Civil	Total	Construção Civil
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo				
Homens	54,3	95,1	53,6	94,9
Mulheres	45,7	4,9	46,4	5,1
Cor²				
Negra	80,4	88,4	85,3	90,6
Não-Negra	19,6	11,6	14,7	9,4
Faixa Etária				
10 a 15 anos	2,5	³	1,0	³
16 a 24 anos	22,9	21,8	20,5	19,3
25 a 39 anos	42,5	40,7	42,7	40,4
40 anos ou mais	32,2	36,5	35,8	40,0
Posição no Domicílio				
Chefe	43,2	65,7	44,8	65,6
Demais	56,8	34,3	55,2	34,4
Cônjuge	18,2	2,4	18,8	4,2
Filho	25,6	21,6	25,1	19,9
Outros	13,0	10,3	11,4	10,3
Migração				
Migrante	48,2	55,0	46,0	53,5
Não Migrante	51,8	45,0	54,0	46,5

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração: DIEESE

¹ O setor da Construção Civil corresponde aos sub-setores: Construção de Edificações e Obras de Infra-Estrutura; Reformas e Reparações de Edificação.

² Para esta tabela foram considerados: negros = pretos e pardos; não-negros = brancos e amarelos.

³ A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

A análise da distribuição dos trabalhadores na Construção Civil, segundo atributos pessoais, verificou que, na RMS, no período entre 2002 e 2004, este trabalhador era principalmente homem (94,9%), de cor negra (90,6%), com idade superior a 25 anos (80,4%), chefe de família (65,6%), migrante (53,5%) (Tabela 6).

A investigação da evolução da ocupação na Construção Civil, no período em estudo, mostra crescimento da participação das mulheres (de 4,9% no triênio 1997/1999 para 5,1%, em 2002/2004) e dos cônjuges no setor (de 2,4% no primeiro triênio, para 4,2% no segundo período, quando verificada a posição na família).

Entre os dois períodos analisados, 1997/1999 e 2002/2004, verificou-se também uma maior participação dos indivíduos com mais de 40 anos de idade (de 36,5%, para 40,0%), incremento da participação dos negros (de 88,4% para 90,6%), e menor importância do trabalho na Construção Civil para os migrantes, apesar do setor ainda empregar uma grande quantidade de migrantes: a participação dos migrantes no setor cai de 55,0% para 53,5%.

Ainda no que diz respeito às características pessoais, houve mudança no perfil do trabalhador da Construção Civil, no que se refere à escolaridade, entre os triênios analisados. Há uma participação maior daque-

les com escolaridade mais elevada (2º grau completo + 3º grau completo: de 16,3% para 22%) e, ao mesmo tempo, uma diminuição relativa dos trabalhadores com grau de instrução menor (Analfabetos + 1º grau incompleto: de 72,3%, para 61,2%, entre 1997/1999 e 2002/2004). Em outras palavras, ocorreu melhora significativa na escolaridade média dos ocupados na Construção Civil, embora a baixa escolarização continue representando uma característica marcante do setor. Cabe ressaltar que este movimento é resultado principalmente da exclusão dos menos escolarizados do mercado de trabalho, cuja causa é grande número de desempregados.

Quanto à posição na ocupação, os trabalhadores da Construção Civil estão basicamente na condição de assalariados no setor privado (57,1%). Desta parcela assalariada, a maioria possui carteira de

trabalho assinada (41,0%). Contudo, uma parcela significativa da população ocupada (16,1%) está fora do âmbito dos benefícios garantidos pelo vínculo empregatício regularizado (ou seja, sem carteira de trabalho assinada). Os ocupados autônomos, por sua vez, são responsáveis por 38,6% do total da ocupação no setor da Construção Civil. Estas duas últimas formas de ocupação alcançam a proporção de 55% do total de ocupados. Dada a condição legal de inserção dessas ocupações, constata-se um alto nível de vulnerabilidade dos postos de trabalho ocupados pelos trabalhadores do setor, conforme os dados da PED.

Conforme revelam os dados, a jornada semanal média dos ocupados na Construção Civil é maior do que a do total dos ocupados (44 e 42 horas / semana, respectivamente). A partir da análise da jornada de traba-

Tabela 7
Rendimento real médio dos ocupados ¹, total e na construção civil ², segundo sexo, cor, faixa etária e posição no domicílio: Região Metropolitana de Salvador, 1997/99 - 2002/04
Em Reais de maio de 2005

Atributos pessoais	1997/99		2002/04	
	Total	Construção Civil	Total	Construção Civil
Total	838	738	726	631
Sexo				
Homens	1.024	714	863	623
Mulheres	629	1.182	578	790
Cor ³				
Negra	689	627	627	568
Não-Negra	1.471	1.540	1.322	1.277
Faixa Etária				
10 a 15 anos	104	(4)	87	(4)
16 a 24 anos	363	319	355	324
25 a 39 anos	858	694	709	616
40 anos ou mais	1.195	1.062	986	820
Posição no Domicílio				
Chefe	1.170	868	947	716
Demais	578	476	544	464
Cônjuge	742	1.126	675	783
Filho	525	422	486	397
Outros	439	420	440	461

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Elaboração: DIEESE

¹ Inflator utilizado IPC da SEI. Exclui os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

² O setor da Construção Civil corresponde aos subsetores: Construção de Edificações e Obras de Infra-Estrutura; Reformas e Reparações de Edificação.

³ Para esta tabela foram considerados: negros = pretos e pardos; não-negros = brancos e amarelos.

⁴ A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

lho legal⁴, que é de, no máximo, 44 horas semanais, observou-se que na Região Metropolitana de Salvador, no segundo triênio, cerca de 53% dos trabalhadores na Construção Civil exerceram jornada de trabalho superior à constitucional.

O tempo médio de permanência dos trabalhadores no emprego/ocupação (uma aproximação do grau de rotatividade) é bem menor na Construção Civil do que em outros setores. A análise dos dados revelou que a quase metade (48,3%) dos ocupados na Construção Civil está no seu emprego há, no máximo, 6 meses. Para os assalariados, a proporção é de 44,4%. Em síntese, a grande maioria dos trabalhadores do setor encontrava-se no limite de “até 6 meses”, quando considerada a permanência média no atual emprego.

Os rendimentos dos ocupados na Construção Civil são, em geral, inferiores aos rendimentos observados para o total da população ocupada. De acordo com os dados da PED, no segundo período deste estudo (triênio 2002/04), o rendimento médio dos trabalhadores da Construção Civil na Região Metropolitana de Salvador era de R\$ 631⁵, e correspondia a, aproximadamente, 87% dos rendimentos da população ocupada total (R\$ 726) (Tabela 7).

Vale ressaltar que a Construção Civil é o único setor em que as mulheres ganham mais que os homens: os homens (R\$ 623) receberam em média o correspondente a cerca de 79% dos rendimentos da população ocupada feminina (R\$ 790). A diferença de rendimentos entre homens e mulheres remete necessariamente para a discussão das formas de inserção e de contratação no mercado de trabalho, que vão determinar em última instância a composição da remuneração. Como ponto de partida, apesar de representar a minoria entre os ocupados na Construção Civil, as mulheres detêm maior escolaridade que os homens, ao mesmo tempo em que apresentaram formas de inserção mais formalizadas que os homens incorporados ao setor.

Os pedreiros e serventes, em conjunto, representam mais da metade (52,7%) dos trabalhadores ocupados na Construção Civil, na Região Metropolitana de Salvador. Os demais trabalhadores se distribuem entre as seguintes ocupações: pintores, carpinteiros, mestres-de-obras, operadores de máquinas auxiliares de escritório, arquitetos/engenheiros, encarregados ime-

diatos, eletricitistas, gerentes, faxineiros, estagiários, encanadores, armadores de concreto, dentre outros.

Considerações finais

O perfil dos trabalhadores na Construção Civil, traçado a partir da análise das informações contidas na PNAD/IBGE, RAIS/MTE, PED/DIEESE/SEADE, se complementam independente dos seus objetivos, limitações e alcance.

Estas informações revelaram, em linhas gerais, que os trabalhadores da Construção Civil no Brasil e, particularmente, na Bahia e RMS compõem, junto com os trabalhadores da agricultura e os trabalhadores domésticos, o segmento cujas relações de trabalho são as mais precarizadas do país. Este segmento é caracterizado pelo número expressivo de trabalhadores que não possuem carteira de trabalho assinada ou figuram como trabalhadores por conta própria.

Mesmo quando a análise é feita apenas para o emprego formal, a partir das informações captadas na RAIS observa-se que os empregos são de curta duração e com baixos rendimentos: a grande maioria dos ocupados não consegue permanecer no emprego por mais de um ano e uma grande parcela dos postos de trabalho possuem uma remuneração média próxima ao salário mínimo.

Os trabalhadores da Construção Civil cumprem habitualmente longas jornadas de trabalho. Esta longa jornada, porém, não garante um rendimento que satisfaça as necessidades mínimas para uma sobrevivência digna, uma vez que os baixos rendimentos são característicos do setor.

A construção civil ocupa prioritariamente chefes de famílias, cuja renda é responsável pela sobrevivência de uma parcela significativa da população. Isto significa que qualquer alteração nas condições de renda do trabalhador desse setor reflete direta e indiretamente nas condições de vida da base social do país. ■

⁴ Após a promulgação da Constituição de 1988, a jornada de trabalho no Brasil, que era de 48 horas / semana, foi reduzida para 44 horas / semana, com flexibilidade para aquelas atividades específicas, que exigem regulamentação especial (digitação, atividades com equipamento radioativo, etc.).

⁵ Valores atualizados em Reais (R\$) de maio de 2005.

Vulnerabilidade externa brasileira e conjuntura internacional¹

Bruno Rodrigues Pinheiro*

O setor externo brasileiro manteve a sua trajetória positiva no que se refere principalmente à Balança Comercial, o que, em tese, conduziria o país a uma menor vulnerabilidade externa. Este será o foco principal deste texto. Analisará, portanto, se, efetivamente, está ou não ocorrendo uma diminuição da vulnerabilidade externa do país.

A decisão tomada pelo governo brasileiro no início de fevereiro de 2006 – recompra de parte dos títulos da dívida externa e concessão de incentivos fiscais aos investidores estrangeiros para aquisição de títulos da dívida pública interna – não constitui um caso isolado. Medidas semelhantes foram tomadas por outros países, a exemplo do México e Colômbia, que melhoraram os indicadores tradicionais de liquidez e, principalmente, de solvência externa, acarretando queda do risco-país e da dívida externa.

Segundo o senador Aloísio Mercadante do PT: “o Brasil fez uma reversão completa das suas contas externas, (...)”, pois está alongando o perfil da dívida e reduzindo a fragilidade fiscal, além de reduzir a vulnerabilidade externa do país” (MERCADANTE, 2006). Semanalmente, o governo anuncia crescimento das exportações e saldos comerciais recordes. De fato, os números são significativos. No conjunto das transações correntes, os dados também mostram mudan-

ças importantes: *déficit* de US\$ 7,6 bilhões em 2002; *superávit* de US\$ 4,2 bilhões em 2003 e de US\$ 11,7 bilhões em 2004. Em 2005, o *superávit* alcançou a cifra de US\$ 14,2 bilhões.

Análise do comportamento recente do setor externo brasileiro

O Brasil bateu o seu recorde de exportações em março, com vendas de US\$ 11,366 bilhões. O melhor resultado era o de agosto de 2005 (US\$ 11,346 bilhões). Os dados do primeiro trimestre, entretanto, revelam duas tendências: aumento das exportações de produtos básicos em detrimento dos manufaturados e crescimento maior das importações que das exportações.

O governo já está prevendo saldo comercial me-

¹ O artigo foi escrito sob a orientação de Celeste Maria Philigret Baptista, professora da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE/UFBA) e coordenadora do NEC.

* Graduando em Economia pela FCE/UFBA e bolsista do NEC.

Tabela 1
Balança Comercial (FOB) : Brasil, 2002 - Março/2006

(US\$ milhões)

Período	Exportação de bens	Importação de bens	Saldo da balança comercial (FOB)
2002	60.361,79	-47.240,49	13.121,30
2003	73.084,14	-48.290,22	24.793,92
2004	96.475,24	-62.834,70	33.640,54
2005	118.308,27	-73.551,42	44.756,85
jan/06	9.271,00	-6.427,00	2.844,00
fev/06	8.750,00	-5.928,00	2.822,00
mar/06	11.366,00	-7.686,00	3.680,00

Fonte: BACEN

nor neste ano, após as importações terem crescido 24,1% no trimestre, contra 20,2% de aumento das exportações. Ao que tudo indica, o câmbio já afeta a composição dos embarques. No primeiro trimestre, o crescimento das exportações de produtos básicos ficou bem acima do aumento dos embarques dos manufaturados, revertendo o quadro de 2005, o melhor ano para as exportações de maior valor agregado.

De janeiro a março de 2005, a venda de manufaturados cresceu 39,7%, enquanto a de semimanufaturados subiu 31,6%, e a de produtos básicos, 3,4%, o que ajudou a elevar a participação dos manufaturados de 54,9% para 55,5% da pauta exportadora. Neste ano, porém, a exportação de produtos básicos cresceu 30,9%, enquanto a de manufaturados subiu 12,8%, e a de semimanufaturados, 3,2%. Manufaturados ainda dominam a pauta exportadora, com 56,6% até fevereiro. Os básicos tinham 26,8% até aquele mês.

Para o secretário de Comércio Exterior, Armando Meziat, a diferença ocorre porque, neste ano, o aumento das exportações de manufaturados acontece sobre uma base já elevada. O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) e a Associação Brasileira de Comércio Exterior (AEB), por sua vez, atribuem a culpa ao câmbio. Com o dólar desvalorizado, a remuneração do exportador, em reais, diminui. Para reduzir perdas, os exportadores, muitas vezes, têm que reajustar os preços em dólar, segundo o vice-presidente da AEB, José Augusto de Castro. Além disso,

A rivalidade entre as empresas existentes, atua quando os rivais sentem-se pressionados ou identificam um modo de melhorar a sua posição na indústria

para ele: “Muitas vezes os importadores não aceitam o reajuste, e o exportador fica com o prejuízo ou deixa de exportar” (FOLHA, 2006). Para Júlio Gomes de Almeida, do IEDI: “Embora haja exportadores de produtos básicos que também perdem com câmbio, os grandes exportadores brasileiros de commodities, como ferro, café, açúcar e petróleo, recuperam no preço, que estão altos, o que perdem com o câmbio”. Assim, há risco de haver uma “desindustrialização” da pauta exportadora. O aumento de preços do petróleo e do minério de ferro, itens importantes da pauta de exportação, também contribuiu para o salto nas exportações de básicos.

Essa melhora das contas externas do Brasil deve-se à interação de um conjunto de fatores: fraco desempenho da economia doméstica e conseqüente menor ritmo de crescimento da absorção interna; extraordinário crescimento do comércio internacional; elevação dos preços das *commodities*; e condições relativamente estáveis de liquidez internacional.

Gráfico 1 – Evolução da balança comercial: Brasil, Março/2004 - Março/2006

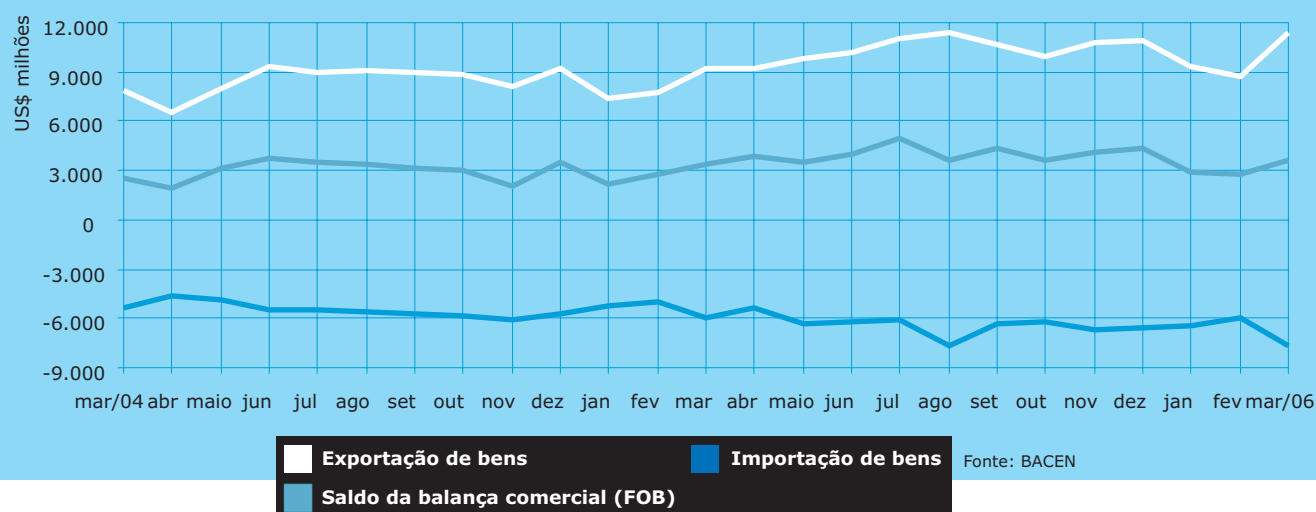
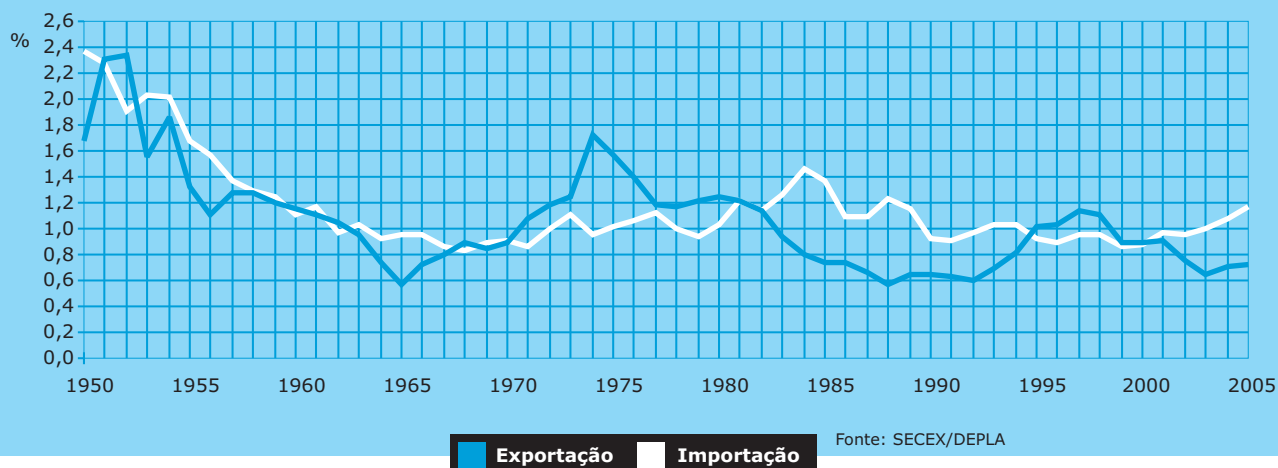


Gráfico 2 – Participação nas exportações e importações mundiais: Brasil, 1950-2005

A ausência da pressão de demanda interna leva as empresas a orientar a produção para o mercado externo. Este fato, aliado aos demais fatores citados anteriormente, tem levado a economia brasileira a uma tendência de aumento da propensão a exportar. Para ilustrar, a relação entre a exportação de bens e serviços e o PIB aumentou continuamente, saindo de 10% em 1999 para 18% em 2005. Esses números, porém, não vêm conduzindo, de forma consistente, a uma melhora da competitividade nacional nem a uma maior participação no comércio internacional, dado que o crescimento deste foi maior que o crescimento brasileiro.

O comércio internacional teve um crescimento extraordinário entre 2003 e 2005. Segundo dados das Nações Unidas, a expansão do valor das exportações mundiais foi de 16,3% em 2003 e 18,5% em 2004. No entanto, em 2005, houve um arrefecimento desse ritmo e o crescimento do valor das exportações mundiais foi de 10,3%.

Outro fato a ser ressaltado é que pode estar ocorrendo um processo de reprimarização das exportações brasileiras. Em 2003, o valor total das exportações cresceu 21,1%, enquanto o das exportações de produtos básicos cresceu 24,9%. As taxas correspondentes para 2004 foram 32,0% e 34,7%. Em 2005, esses valores foram de 22,63% e 24,1%. Essa reprimarização aumenta a vulnerabilidade externa da economia brasileira na esfera comercial, conforme os ensinamentos da Cepal desde o final dos anos de 1940.

O aumento dos preços das *commodities* agrícolas foi importante no crescimento das exportações brasileiras. Algumas das *commodities* exportadas pelo Brasil tiveram uma elevação significativa de preços como, por exemplo, o farelo de soja, cujo preço da tonelada passou de US\$ 167 em dezembro de 2002 para US\$ 318 em março de 2006. O conjunto das *commodities* teve crescimento dos preços em dólares de 24,3% no mercado internacional em 2004. Entretanto

Tabela 2
Crescimento das exportações e importações em preço e quantum: Brasil, 1º Tri/2005 - 1º Tri/2006

Período	Exportações						Importações	
	Total		Básico		Manufaturado		Total	
	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum	Preço	Quantum
I Trimestre/05	10,9	13,3	4,4	-2,0	11,7	22,9	11,7	8,4
II Trimestre/05	11,2	10,3	9,3	4,3	10,6	12,6	12,3	6,3
III Trimestre/05	12,1	9,3	17,6	11,4	10,5	10,4	11,5	6,3
IV Trimestre/05	14,4	5,3	25,5	11,1	10,7	1,7	9,2	1,2
I Trimestre/06	12,1	7,2	19,9	12,6	9,0	6,7	8,3	14,5

Fonte: FUNCEX

Tabela 3
Crescimento das exportações e importações em valor: Brasil, 1º Tri/2005 - 1º Tri/2006

Período	Exportações			Importações
	Total	Básico	Manufaturado	Total
I Trimestre/05	25,7	1,7	37,5	21,2
II Trimestre/05	22,5	13,4	24,6	19,2
III Trimestre/05	22,5	30,3	22,3	18,5
IV Trimestre/05	20,6	38,8	12,9	10,6
I Trimestre/06	20,2	36,9	16,8	24,2

Fonte: MDIC/SECEX

as previsões a respeito dos preços das *commodities* no mercado mundial não são favoráveis em um futuro próximo. As Nações Unidas, por exemplo, projetam uma queda de 3,9% no preço médio das *commodities* (exceto petróleo) em 2006.

Será que diminuiu a vulnerabilidade externa da economia brasileira?

As condições de liquidez internacional se mantiveram favoráveis nos últimos dois anos. O ingresso líquido de capitais privados nos países em desenvolvimento aumentou de US\$ 61 bilhões em 2002 para US\$ 120 bilhões em 2005. Como resultado desse aumento de liquidez internacional, houve uma redução generalizada dos prêmios de risco dos mercados emergentes. O crescimento extraordinário do comércio internacional e as condições favoráveis de liquidez internacional permitiram que os países em desenvolvimento experimentassem uma significativa elevação do nível de reservas internacionais. Para ilustrar, no período 1996-2002, o aumento médio anual das reservas internacionais dos países em desenvolvimento foi da ordem de US\$ 110 bilhões. Em 2004, esse aumento foi de US\$ 367 bilhões. Esse número é, provavelmente, um recorde histórico.

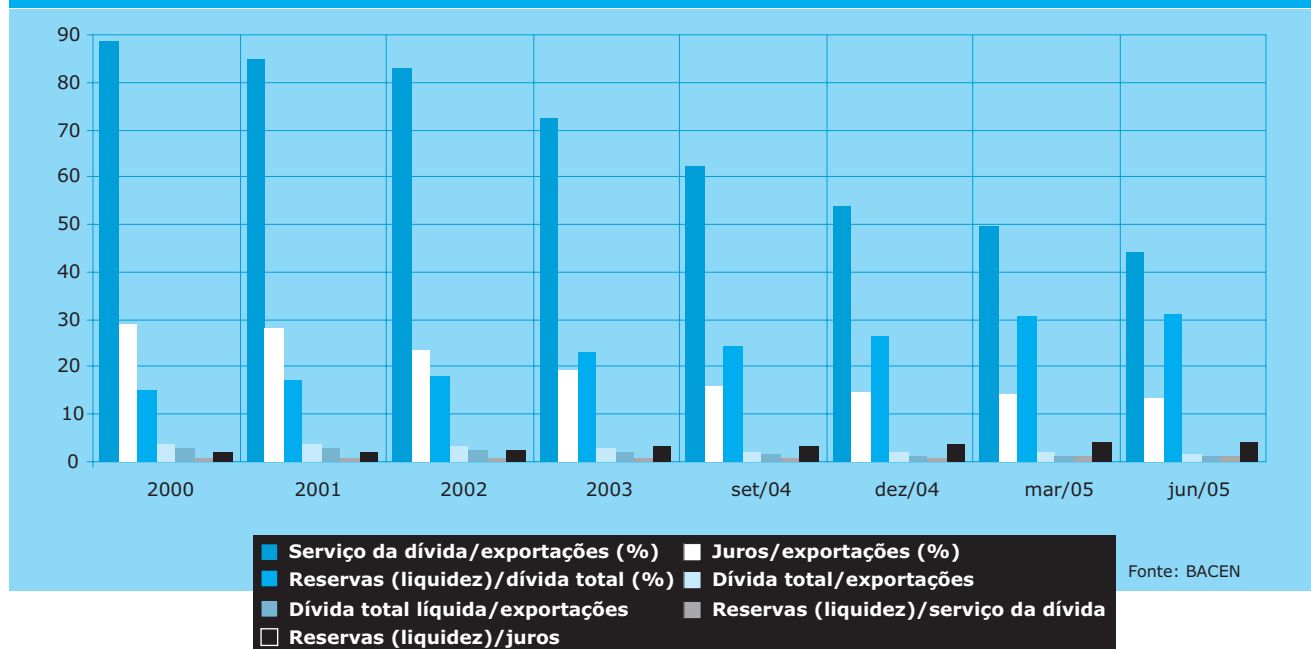
Em 2005, houve uma redução do ingresso líquido de capitais privados nos países em desenvolvimento para US\$ 82 bilhões. As estimativas do FMI para 2006 mostram também uma queda (ingresso estimado de US\$ 48 bilhões).

Essas observações indicam que a conjuntura internacional foi extraordinariamente favorável em 2003-2005. No entanto, as previsões disponíveis apon-

tam, tanto no sistema mundial de comércio como no sistema financeiro internacional, uma tendência de desaceleração. Ou seja, o Brasil deverá enfrentar maiores obstáculos na sua inserção econômica internacional.

Essa posição não é consenso entre os economistas. Alguns defendem que está ocorrendo uma blindagem da economia brasileira via redução da vulnerabilidade econômica externa do país. Alguns indicadores, como, por exemplo, a relação pagamento de juros/exportações, que foi reduzida de 23,6% em 2002 para 13,2% em setembro de 2005, corroboram essa idéia. Há ainda a razão dívida externa total/exportações, que caiu de 3,5 em 2002 para 1,6 em setembro de 2005. Ademais, a dívida externa total diminuiu de US\$ 211 bilhões em 2002 para US\$ 183 bilhões em setembro de 2005 (em fevereiro de 2006, o valor total da dívida externa foi de US\$ 169 bilhões). Todos esses indicadores mostram claramente uma melhora da situação brasileira, quando se toma como denominador dos coeficientes o valor das exportações, que deu um "salto quantitativo" nos últimos três anos (crescimento acumulado superior a 50%). Essa melhora nos índices de solvência

O crescimento extraordinário do comércio internacional e as condições favoráveis de liquidez internacional permitiram que os países em desenvolvimento experimentassem uma significativa elevação do nível de reservas internacionais

Gráfico 3 – Variação dos principais indicadores de solvência externa - Brasil, 2000 - 2005

expressa, na realidade, uma tendência que já vem se manifestando desde a crise cambial de 1999.

Alguns analistas chamam a atenção para o aumento das reservas internacionais nos últimos dois anos. De fato, as reservas elevaram-se de US\$ 38 bilhões em 2002 para US\$ 50 bilhões em 2003 e US\$ 53 bilhões em 2005. Em março de 2006, houve novo incremento, e as reservas atingiram quase US\$ 60 bilhões.

Por outro lado, alguns economistas vêem este aumento de reservas como passivo, apenas respondendo às pressões dos exportadores, para que as compras governamentais de dólares segurem a queda da taxa de câmbio. Para reforçar esse argumento, pode-se acrescentar que o acúmulo total de reservas dos países em desenvolvimento, no período 2003-2005, foi de US\$ 717 bilhões, ou seja, o Brasil respondeu por somente 1,5% desse acúmulo de reservas. Esse número é expressivo quanto à ausência de estratégia, quando se considera que, no conjunto de 146 países em desenvolvimento, o Brasil responde por 6,2% do PIB, 3,4% das exportações de bens e serviços e 3,3% da população (BACEN, 2006).

Considerando-se a importância relativa da economia brasileira, ratificada pelos números acima e, principalmente, a extraordinária vulnerabilidade externa do país, era de se esperar que uma estratégia ativa de blindagem envolvesse um aumento de reservas bem

acima daquele observado nos últimos dois anos. Contudo pode-se levantar o seguinte ponto: a redução do passivo externo líquido (US\$ 16,5 bilhões) foi equivalente à soma do saldo de transações correntes em 2003 (US\$ 4,2 bilhões) e em 2004 (US\$ 11,7 bilhões). Portanto não haveria maior margem de acumulação de reservas e de redução do estoque da dívida. No entanto, juntamente com as transações correntes, deve-se levar em conta os fluxos de capitais internacionais. É neste ponto que se revela mais uma fragilidade da política econômica atual. Mais especificamente, não houve qualquer medida de controle de fluxo de capitais internacionais. O governo tem mantido a liberalização cambial e financeira que está na origem da enorme vulnerabilidade externa do país. Na realidade, a evidência mais recente indica que as atitudes tomadas pelo governo têm avançado nessa liberalização, que é um dos pontos mais frágeis da economia brasileira.

Deste modo, as atitudes do governo, no começo de 2006 – recompra de dívida externa e isenção para o capital internacional –, merecem ser melhor explicadas. Cabe interrogar se a melhora dos indicadores corresponde a uma efetiva redução da vulnerabilidade externa dos países e, particularmente, do Brasil. Essa vulnerabilidade só teria sido reduzida se essa melhora não viesse acompanhada da ocorrência de outros fatores responsáveis pela instabilidade gerada nos mercados financeiros internacionais para as economias

periféricas. Pode estar surgindo uma nova dimensão da vulnerabilidade externa do país, em decorrência da expressiva participação desse capital internacional na economia interna, principalmente, comprando os títulos da dívida pública interna.

A supremacia desse tipo de relação manifesta-se de forma distinta nas economias periféricas, no que se refere ao seu poder de determinar as curvas de taxas de juros e de câmbio. Dessa forma, essa vulnerabilidade depende, essencialmente, do grau de abertura financeira da economia: fica-se vulnerável às mudanças bruscas do “humor” dos investidores internacionais, quando se tem um grau de abertura elevado. Quanto mais as economias avançam na liberalização financeira, mais forte se torna a sua vinculação aos ciclos de liquidez internacional e, assim, mais intenso o impacto desses ciclos nos momentos de euforia e de reversão. Logo, as súbitas mudanças desse “humor”, sem nenhuma vinculação com a realidade da dinâmica interna, podem contaminar as variáveis do mundo real.

Um fato marcante da conta financeira do balanço de pagamentos reflete a falta de estratégia e controle. Trata-se do aumento dos fluxos de saída de investimento brasileiro direto. Esse fluxo foi de US\$ 2,5 bilhões em 2002, caiu para US\$ 250 milhões em 2003 e saltou para US\$ 9,5 bilhões em 2004, permanecendo no mesmo valor em 2005. Analisando-se o ano de 2006, só em janeiro, verifica-se uma saída de mais de US\$ 1,5 bilhão. Não há como negar que o Brasil tem um enorme passivo externo, baixas reservas internacionais, elevada vulnerabilidade externa e o ajuste externo tem significado um grande sacrifício para o seu povo. Destarte, neste país, o que se verifica, é que se permite que os residen-

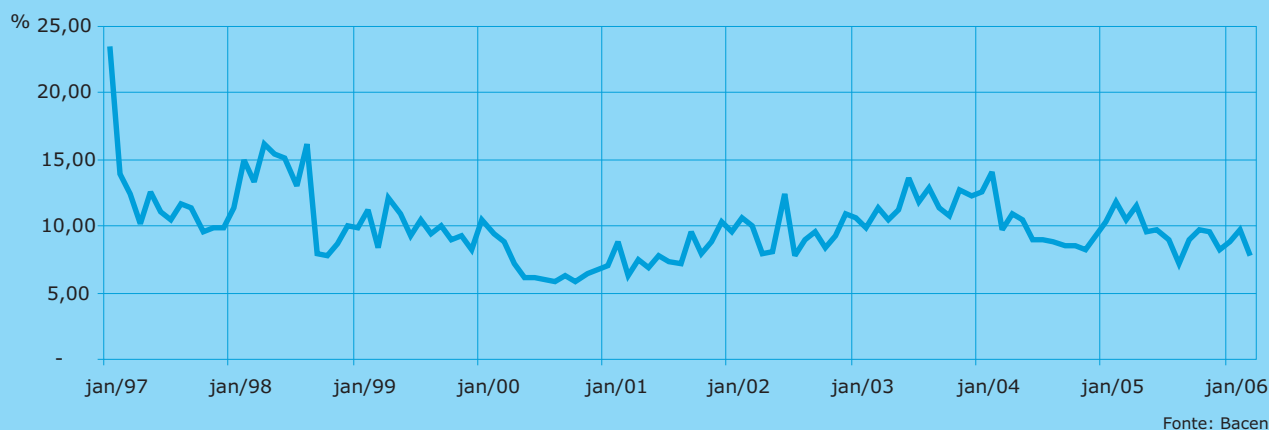
Quanto mais as economias avançam na liberalização financeira, mais forte se torna a sua vinculação aos ciclos de liquidez internacional

tes invistam no exterior o equivalente a, praticamente, dois terços do saldo de transações correntes.

Naturalmente, alguns economistas, que são defensores dessa política, argumentam que o investimento de empresas brasileiras no exterior terá conseqüências positivas em termos de remessa de lucros e dividendos e de abertura de novos canais de exportação. Essa leitura otimista parte da premissa que a empresa brasileira que investe no exterior tem estratégias de inovação tecnológica e de acumulação de capital que exigem operações em escala global, como se elas fossem verdadeiras empresas transnacionais. A realidade, entretanto, parece indicar que boa parte do investimento externo direto dos grandes grupos econômicos brasileiros (principalmente, os de origem familiar) reflete estratégias de diversificação de risco e, muito freqüentemente, de fuga de capitais.

No que se refere ao efeito do acúmulo de reservas internacionais sobre a dívida pública, deve-se chamar atenção para o fato de que esse argumento despreza dois possíveis resultados advindos da mudança na política macroeconômica. O primeiro é que o acúmulo de reservas deveria ser acompanhado por controles de fluxos de capitais e redução significativa da taxa de juros, impactando numa redução do *déficit* público. O

Gráfico 4 – Razão entre as reservas internacionais e importações: Brasil, Janeiro/1997 - Janeiro/2006



segundo é que a redução da taxa de juros e a desvalorização cambial poderiam acarretar um efeito expansionista sobre a economia. O maior nível de renda é fonte de crescimento da receita fiscal, sem necessidade de aumento da carga tributária. Esse aumento de receita fiscal seria fonte de recursos para um uso definido, a saber, a compra de divisas internacionais para a recomposição das reservas.

Nesse ponto, vale mencionar como indicador da fragilidade da situação das contas externas a razão entre as reservas internacionais e as importações. Esse é um tradicional indicador de análise da robustez da situação das contas externas de qualquer país. Nos anos 1995-1997, esse indicador era da ordem de 15, ou seja, as reservas internacionais cobriam 15 meses de importações de bens. Nos anos de grave crise cambial (1999 e 2002) esse indicador ficou entre 9 e 10. Em 2003 e até meados de 2004, esse indicador aproximou-se de 12, refletindo o fraco desempenho das importações e o pequeno aumento das reservas internacionais (vale mencionar que esse indicador já ficou abaixo de 9 nos meses pós-crise cambial). Com a expansão da economia, a partir de meados de 2004 e o conseqüente aumento das importações, esse indicador caiu para 10. Dessa forma, em 2006, evidenciase um indicador de vulnerabilidade externa no mesmo nível dos anos de grave crise cambial.

Conclusão

Em síntese, a conjuntura internacional extraordinariamente favorável beneficiou o Brasil, principalmente via aumento da demanda pelas exportações brasileiras e da oferta de liquidez internacional. Por outro lado, a condução da política cambial, a troca da dívida externa do setor público pela dívida interna e a ausência de uma estratégia ativa de formação de reservas indica a fragilidade da macroeconomia atual. Contrariamente ao que afirmou o senador Mercadante, não houve uma reversão completa das contas externas do país. Essa fragilidade poderá ficar evidente quando houver uma reversão das atuais condições favoráveis do sistema mundial de comércio e do sistema financeiro internacional. No entanto, há um consolo: as previsões disponíveis não indicam qualquer mudança abrupta, mas um retorno a uma situação menos favorável do que aquela observada nos últimos dois anos.

Referências

DIANNI, Claudia. Câmbio piora composição das exportações. *Folha de São Paulo*, 4 abr. 2006, B1.

MERCADANTE, Aloísio. Blindagem do Setor Externo. Lições Contemporâneas. *Folha de São Paulo*, 23 abr. 2006, B2.

BACEN. *Banco Central*. Disponível em: www.bacen.gov.br Acesso em: 28 abr. 2006.

IEDI. *Carta de Conjuntura*. Disponível em: www.iedi.org.br Acesso em: 28 abr. 2006.

FOLHA ONLINE. Disponível em: www.folha.com.br Acesso em: 27 abr. 2006. ■



Reacender a luta é preciso: lições que vêm da França

Lívia S. Santos*
Ranieri Muricy**

Antecedentes

A economia mundial mostrou-se robusta no período do pós-segunda guerra, com lucros crescentes e acelerados até meados dos anos 70 do século passado. Esse período foi marcado pelas políticas econômicas propostas por um economista chamado John Maynard Keynes, que previam a participação do Estado na economia como um ente capaz de gerar despesas com o intuito de aumentar a demanda agregada e assim ampliar o nível de emprego. Ao mesmo tempo, ele previa que os sindicatos seriam agentes importantes na definição do salário real dos trabalhadores, posto que estes não admitissem queda nos salários reais.

No final dos anos setenta, ganha força uma outra escola econômica, que tem como pressuposto básico a idéia de que o Estado, ao se endividar para gerar demandas e, ao mesmo tempo, atendê-las, permitiu uma série de avanços no campo trabalhista e um grande fortalecimento dos sindicatos e dos trabalhadores. Segundo essa corrente do pensamento econômico, conhecida como escola clássica ou neoliberal, esse era o diagnóstico para a crise que se anunciava com um crescimento decrescente das taxas de lucro. Assim, as empresas começam a se reestruturar, para tentar reduzir custos, ampliar a lucratividade e enfrentar os sindicatos.

Esse processo se inicia no Brasil tardiamente. Em alguns setores, a exemplo do metalúrgico e petroquímico, a reestruturação produtiva nasce mais cedo, já na primeira metade da década de 1980. É no início dos anos noventa, entretanto, que o país passa a conviver mais fortemente com esse processo, possibilitado pela radical abertura da economia. Essa abertura se expressa por uma acelerada liberalização do comércio externo e uma supervalorização da moeda, sem que houvesse uma política industrial bem definida para resguardar o parque industrial brasileiro contra um possível sucateamento e desestruturação em face da concorrência internacional.

Economia brasileira e reestruturação produtiva

O impacto imediato da abertura da economia foi a exposição do mercado interno brasileiro à concorrência dos produtos importados, que passaram a ser taxados com alíquotas muito reduzidas, além de contar com um processo facilitado para a realização das importações. O Governo Collor de Mello inicia, Itamar Franco dá prosseguimento e Fernando Henrique Cardoso (FHC) sacramenta esse processo, que resultou em impactos negativos para a economia brasileira e para toda a sociedade.

A implementação das políticas econômicas adotadas a partir do Governo Collor (desregulamentação dos mercados, liberalização financeira e comercial, entre outras), fez com que aparecessem novas formas de gestão da produção, as quais se materializaram em duas ações: reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho. A principal consequência dessas políticas foi o aparecimento de elevadas taxas de desemprego e intensificação da precariedade na estrutura ocupacional do país.

Desde o final dos anos oitenta, as empresas brasileiras vêm passando por uma intensa reestruturação produtiva e flexibilização das relações de trabalho. Desde então, as demissões têm estado sempre presentes no cotidiano dos trabalhadores, que têm presenciado uma acelerada redução nos postos de trabalho. Além disso, amarras foram impostas aos sindicatos e aos movimentos sociais, na tentativa de mantê-los inertes diante de uma brutal retirada de direitos trabalhistas e de um ataque feroz à presença do Estado

* Economista, Mestranda em Economia pela UFBA e Pesquisadora da SEI/ COPES. liviaeco@yahoo.com.br

** Economista, Mestre em Economia pela UFBA, Professor da UCSAL e da UNIFACS e Supervisor Técnico do DIEESE-BAHIA. ranieri@dieese.org.br

Os autores agradecem a importante contribuição do Economista Antônio de Pádua, cujas críticas possibilitaram grandes discussões.

na economia. Isto tem ocorrido em face da adesão à política econômica neoliberal, às inovações tecnológicas, sobretudo organizacionais, sob o argumento de que as empresas precisam estar preparadas para enfrentar a política de abertura comercial e financeira da economia.

Assim, a chamada reestruturação produtiva pode ser definida como o processo de mudanças tecnológicas e organizacionais, com o objetivo de alcançar maior flexibilidade e integração da atividade econômica (produção e distribuição). Como resultados da reestruturação produtiva esperavam-se o aumento da produtividade, da lucratividade e envergadura para suportar a competitividade sempre crescente. Nas palavras de David Harvey (1993),

A acumulação flexível [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (p.140).

Esse processo de abertura comercial e financeira foi acompanhado por um brutal apelo para se desregular a legislação trabalhista. As empresas se insurgiram contra as organizações sindicais, e o governo promoveu ações no sentido de expor os trabalhadores ao ataque das empresas. Houve uma grande ofensiva do capital contra as organizações dos trabalhadores, no sentido de retirar conquistas obtidas durante anos de lutas sindicais. Essa foi a tônica dos anos FHC: a economia não reagiu, o crescimento econômico foi medíocre e as taxas de desemprego explodiram, enfraquecendo os sindicatos e esvaziando as suas trincheiras de luta.

Desde o final dos anos oitenta, as empresas brasileiras vêm passando por uma intensa reestruturação produtiva e flexibilização das relações de trabalho

A concorrência acirrada fez com que as empresas inovassem para aumentar os seus lucros. Novos produtos e serviços foram introduzidos no processo de produção. Essas novidades, aliadas às novas formas de gestão, aumentaram muito a força produtiva do trabalhador, diminuindo custos e aumentando a qualidade do serviço.

Não se pode esquecer o processo de privatização que fora iniciado em meados da década de 1990, pelo governo FHC, fruto da assimilação das políticas econômicas de matiz neoclássica. Os trabalhadores resistiram a esse ataque, mas o resultado final foi a ampliação do desemprego, do sobre-trabalho, da perda de conquistas e o avanço do trabalho precário e temporário, acompanhado de um brutal aumento da informalidade. Além disso, houve redução dos gastos do governo. O que era investimento público tornou-se investimento privado e, mais tarde, também foi reduzido em razão das avassaladoras taxas de juros impostas pelo Comitê de Política Monetária (COPOM).

Como visto, a economia brasileira, vem passando por um processo significativo de reestruturação produtiva nos últimos anos. Embora a velocidade e o ritmo de adoção dessas mudanças seja bastante diferenciado nas diversas regiões do país, é inegável que, mais recentemente, um grande número de empresas passou a adotar novos métodos de organização, calcados na utilização de novas tecnologias e de novas formas de gestão da força de trabalho.

Já foi dito anteriormente que o processo de reestruturação produtiva envolve mudanças tecnológicas e também novas formas de gerir e organizar a força de trabalho. A busca pela flexibilização dos contratos de trabalho e da jornada – entendida como redução de direitos e maior poder empresarial sobre o uso da força de trabalho – tornou-se elemento fundamental do discurso e da prática das empresas na última década. Associadas à crescente precarização das relações de trabalho e emprego, a subcontratação e a terceirização estão presentes na grande maioria dos locais de trabalho, redefinindo as relações entre o capital e o trabalho no interior das empresas.

No Brasil, essa transformação na forma de organizar e gerenciar a mão-de-obra chega enviesada e reduz a idéia de terceirização à mera redução de custos. A grande empresa contrata os *subempreiteiros* para deixar de pagar os custos sociais e terceirizar o risco do

A concorrência acirrada fez com que as empresas inovassem para aumentar os seus lucros

passivo trabalhista. Sob a ótica dos trabalhadores, o processo de terceirização se coloca não mais como tendência, mas como realidade no setor, significa precarização – sob o eufemismo da “flexibilização” das condições de trabalho –, perda de renda e dificuldades de fiscalização por parte do sindicato.

Lições que vêm da França

A revogação da lei que permitiria a demissão sem justa causa dos jovens de até 26 anos durante os dois primeiros anos – Contrato de Primeiro Emprego (CPE) –, lançado pelo primeiro-ministro francês, Dominique de Villepin, em janeiro deste ano, significa, nesse contexto, mais que uma vitória unificada de trabalhadores e estudantes. Significa, fundamentalmente, a resposta para a alardeada “política neoliberal sem alternativas”.

Chegou o momento de fazer-se entender que só, e somente só, uma grande mobilização alterará o quadro político, econômico e social vigente. Aliás, está passando da hora. Quantos mais deverão sofrer as agruras da falta de condições dignas de vida? Quantos mais terão que morrer por fome, violência, guerra, para que se compreenda a necessidade latente de uma ampla mobilização social? Se for para fazer guerra, se a guerra está tão entranhada na consciência humana por meio das suas, cada vez mais astutas, práticas competitivas, por que não guerrear pela justiça social, pela igualdade, pela liberdade, pela sobrevivência humana?

Essa vitória do movimento sindical e estudantil na França traduz-se em um sinal concreto de mudança. Nesse momento, uma passagem do Manifesto Comunista salta como uma esperança premente. Nas palavras de Marx e Engels (1984):

Os comunistas não se rebaixam a dissimular suas opiniões e seus fins. Proclamam abertamente que seus objetivos só podem ser alcançados pela derrubada violenta

de toda a ordem social existente. Que as classes dominantes tremam à idéia de uma revolução comunista! Os proletários nada têm a perder a não ser suas algemas. Têm um mundo a ganhar. PROLETÁRIOS DE TODO O MUNDO, UNI-VOS! (p. 23)

Tal citação, que conclamava os trabalhadores à derrubada violenta das amarras que os oprimiam, hoje tem um sentido especial, do muito que o capitalismo produziu, pouco foi apropriado pelas classes operárias em todo o mundo. O apelo para a união de todos soa atualmente como a única forma de reverter a enorme assimetria de poder que existe entre os atores sociais. Se for levada em consideração a fidedigna união da classe dominante, que acaba por sobrepujar os sonhos, as necessidades e os direitos daquele segmento de tão extraordinária grandeza numérica, mas de consciência crítica ainda em formação, ver-se-á que essa classe é veementemente vilipendiada, humilhada e acusada como a única responsável pelo seu destino.

Surgem, então, as perguntas: Será que não teria essa classe grande culpa por esse mal que lhe aflige, única e exclusivamente, por deixar-se vencer ante a ausência de condições materiais para manutenção da sua luta? Será que não estaria a faltar-lhe uma sólida e aguerrida consciência de classe? É triste admitir que, no início de um novo século, uns lutem pela mera satisfação de necessidades fisiológicas, enquanto outros acumulem riqueza tão rapidamente sob o manto da globalização, da competitividade internacional, da acumulação e da produtividade – cada um no seu plano, mas como fenômenos amplamente assimétricos e dependentes entre si.

Até quando se viverá acomodado sob a órbita falso-democrática? O capital luta com as suas armas, os trabalhadores e o movimento social têm que lutar com as que possuem no momento. Não se pode subestimar a força da massa, a força do ressentimento causado pela impossibilidade de ter o que é seu por

O apelo para a união de todos soa atualmente como a única forma de reverter a enorme assimetria de poder que existe entre os atores sociais

direito: uma condição digna de existência no planeta. Não se pode permitir que a *barriga vazia* seja motivo, nas palavras de Oliveira (1999), para a destituição da fala e a anulação da prática política.

Precarização das relações trabalhistas no Brasil

No tocante à precarização das relações de trabalho no Brasil, os dois mandatos de FHC (1994-2002) foram palco de uma série de MP's que acabaram por solapar toda uma gama de direitos duramente conquistados pelos trabalhadores nos anos anteriores. Aqui, a grande classe trabalhadora foi, aos poucos, dizimada e expropriada de toda a ideologia que a fez, durante muitos anos, lutar por uma sociedade diferente. Cada vez mais apática e enquadrada à lógica dominante do capital, passou a resistir menos e avançou rumo a uma submissão que a impede de ampliar os seus horizontes de classe.

Dentre Leis, Decretos, Portarias e MP's já são 22, desde 1994, que incluem desde o fim da indexação dos salários, com a implantação do Real, até uma Medida Provisória editada em dezembro de 2000, que dificultaria o acesso de advogados ao pagamento, em processo judicial, da dívida trabalhista relativa ao FGTS (POCHMANN; BORGES, 2002)¹.

O processo de precarização das relações trabalhistas apresentou, portanto, uma trajetória contínua e desmoralizante, que diferentemente do que se presenciou na França, não teve como resposta mobilizações concretas por parte dos trabalhadores. Muito pelo contrário, a título de ilustração, veja-se uma passagem de Pochmann e Borges (2002), que dizem:

A Gafisa e os sindicatos dos trabalhadores na construção civil de São Paulo e do Rio de Janeiro, ambos filiados à Força Sindical, fecharam acordo abrindo mão da reposição salarial em troca do PLR. [...] Já a indústria TDB fechou acordo com o Sindicato dos Têxteis de São Paulo (também filiado à FS) ampliando a jornada dos 1.050 operários de 8 para 12 horas diárias. A medida fere a CLT, que permite jornada de 8 horas com mais duas horas extras, e a própria lei do banco de horas. [...] Caso o acordo não fosse firmado, a empresa ameaçava demitir 150 operários – poucas semanas antes, já havia dispensado 100 funcionários da confecção (p. 79).

Felizmente, esse comportamento não se generalizou. Em um plano mais geral, os sindicatos resistiram ao ataque neoliberal e mantiveram grande parte das suas conquistas, além de ampliarem o seu raio de atuação. Passaram a formular um conjunto de propostas como forma de interferir na vida econômica do País, ampliando o horizonte de vida dos trabalhadores. Exemplo disso foi a recente mobilização das Centrais Sindicais, que resultou na formação de uma comissão quadripartite (Executivo, Legislativo, Centrais Sindicais e Empresários) para formular e implementar uma política capaz de criar mecanismos que minimizem os impactos dos aumentos do salário mínimo sobre a previdência social e os orçamentos dos municípios e que possa, ao mesmo tempo, valorizar permanentemente o poder de compra do salário mínimo.

Considerações finais

A despeito do aumento da produtividade e da lucratividade, o que se viu foi a precarização das relações trabalhistas em âmbito mundial, que seguiu uma trajetória permanentemente ascendente desde a década de 1970, quando da “passagem” do regime de acumulação fordista para o modelo “japonês”. O discurso é o mesmo em toda sociedade capitalista: deve-se flexibilizar o mercado de trabalho para que o problema do desemprego seja resolvido. Afinal, o custo da força de trabalho é muito elevado. Seria cômico se não fosse trágico, mas esse é o fato.

No Brasil, a extensa precarização das relações de trabalho vem acontecendo de forma tão casual – e coagida pelo medo da perda do emprego –, que ne-

¹ Algumas dentre a lista dos retrocessos:

- Decreto 2.100, de dezembro de 1996. O governo denunciou a Convenção 158 da OIT, retirando do direito brasileiro a norma mundial que limita a demissão imotivada.
- MP nº 1.539, renumerada para 1.619 e 1.698 e convertida na Lei nº 10.101. Reeditada desde o final de 1994, regulamentou a Participação nos Lucros e Resultados (PLR). A PLR não é incorporada aos salários e benefícios, sendo um meio eficaz de flexibilização da remuneração. Permitiu ainda o trabalho dos comerciários aos domingos.
- Lei nº 9.601 de 1998. Aprovada em dezembro de 1997, esta PL do Executivo instituiu o “contrato por tempo determinado”, o conhecido “contrato temporário”. O trabalhador contratado por este mecanismo não tem direito ao aviso prévio e à multa de 40% sobre o FGTS quando da sua demissão. Além disso, o valor do depósito do FGTS foi reduzido de 8% para 2%. A lei também permitiu a jornada semanal superior às 44 horas previstas na Constituição, sem o pagamento das horas extras. Criou a figura do “banco de horas”.
- MP nº 1.709, renumerada para 1.779 e 2.168. Vigorando desde 1998, criou a figura do contrato parcial de trabalho. Permite a jornada semanal de no máximo 25 horas, com redução proporcional do salário e do tempo de férias – que pode ser de oito dias (p. 67-71).

nhuma medida mais ousada é tomada, mesmo por parte das instituições sindicais. Deve-se mencionar ainda o fato da atual representatividade sindical estar cada vez menos atrelada à grande maioria dos trabalhadores, em razão da enorme transformação por que passou o mundo do trabalho no período recente, caracterizado por uma ampla parcela dos trabalhadores em condições precárias e, portanto, sem nenhum tipo de proteção.

Há quem diga que a história de mobilização social na França, e na Europa de um modo geral, se deu de maneira muito distinta da que ocorreu por aqui. Verdade. Entretanto o que não se pode admitir é que a *não-mobilização* se torne uma marca histórica, pois, ao contrário do que alardeiam os “grandes economistas” neoclássicos, o individualismo está longe de ser o propulsor do bem-estar geral. Cada vez mais, a saída desse quadro de exclusão social se delineia, como não poderia deixar de ser, pela via de uma ampla mobilização social.

Por essas razões, faz-se premente a unificação da luta dos diversos segmentos da sociedade – sejam trabalhadores, estudantes, empregados, subempregados ou desempregados – como forma de pôr fim à sanha neoliberal e descortinar um “céu de brigadeiro” para todos aqueles que são alvos do ataque que vem sendo implementado.

Referências

ALVES, Giovanni. *O Novo (e precário) Mundo do Trabalho – Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? – Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 4ª ed. São Paulo: Global, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do Público, Destituição da Fala e Anulação da Política: o totalitarismo neoliberal. In: *Os Sentidos da Democracia: Políticas do dissenso e a hegemonia global*. Org. pela equipe de pesquisadores do Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania – NEDIC – Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

POCHMANN, Marcio; BORGES, Altamiro. *Era FHC – A Regressão do Trabalho*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002. ■

Comércio eletrônico no Brasil: uma breve avaliação

Joseanie Mendonça*

A despeito dos resultados instáveis obtidos pelo comércio tradicional, dada a sua correlação com a taxa de juros vigente no país, entre outros fatores, o comércio eletrônico (*e-commerce*) vem experimentando o “espetáculo do crescimento” nos últimos três anos. Segundo informações da *E-bit* Consultoria, que realiza pesquisas desde o ano 2000 através do sistema *bitRat*¹, o comércio eletrônico deve obter um crescimento de 30% no volume de vendas no ano de 2005. Enquanto isso, segundo dados do IBGE, o comércio tradicional obteve expansão de 4,76%, no acumulado do ano em 2005.

Ressalvadas as diferenças metodológicas das pesquisas que tratam do comércio eletrônico e do varejo tradicional, as peculiaridades de cada segmento e a dinâmica própria da Internet e do *e-consumer*², os relatórios *Webshoppers* da *E-bit* apresentam os números alcançados pelo segmento de comércio eletrônico ao consumidor final (*e-commerce B2C*) e revelam uma significativa expansão deste, a análise desses dados constitui-se no objetivo desse artigo.

no Brasil, haja vista o crescimento de cerca de 70% no número de *e-consumers*, por conta do aumento do número de internautas (crescimento de 16% entre 2001 e 2002), e o aumento do volume do faturamento (aumento de 50% no período 2001-2002 e 31% no período 2002-2003) (Tabela 1).

O *boom* do acesso gratuito de Internet em 2003, a competição acirrada entre os provedores de acesso pago e gratuito e a evolução dos serviços de banda larga, foram os fatores que influenciaram positivamente o desenvolvimento do comércio eletrônico no país. Além das ações do governo e de entidades não-governamentais no intuito de ampliar o acesso às tecnologias de informação e a redução/eliminação da exclusão digital.

Por outro lado, apesar das expressivas taxas de crescimento do segmento de *e-commerce B2C* (*Business To Consumer*, em linhas gerais, comércio como consumidor final), o Comitê Gestor da Internet no Brasil estima que existem cerca de 130 milhões de brasilei-

Da consolidação à expansão

O ano de 2002 foi considerado pelos especialistas como o ano de consolidação do comércio eletrônico

* Economista e pesquisadora da SEI.

¹ Este sistema conta com cerca de 400 sites brasileiros de vendas (exceto venda de passagens aéreas, veículos e leilões), os questionários *on-line* são respondidos pelos e-consumidores logo após o processo de compra, cujos resultados compõem relatórios mensais, trimestrais e anuais (*Webshoppers*). Além disso, a *E-bit* realiza pesquisas trimestrais de hábitos e tendências de consumo em parceria com o Instituto PROVAR (FIA/USP) e *PricewaterhouseCoopers*.

² Ou e-consumidor, aquele que realiza compras pela internet.

Tabela 1
Evolução do comércio eletrônico: Brasil, 2001-2003

	E-consumidores	Internautas (mil pessoas)	Tíquete médio (R\$)	Faturamento*
2001	800 mil	12.000	200	600 milhões
2002	1,4 milhão	14 .000	230	900 milhões
2003	2,5 milhão	...	300	1,18 bilhão

Fonte: E-bit

* Não inclui venda de passagens aéreas, sites de leilão e automóveis.

Tabela 2
Evolução do comércio eletrônico: Brasil, 2003-2005

	<i>E-consumers</i> (nº pessoas)	Internautas (mil pessoas)	Tíquete médio (R\$)	Faturamento* (R\$)
2003	2,5 milhões	17.400	305	1,2 bi
2004	3,2 milhões	30.000**	315	1,8 bi
2005	4,7 milhões	...	320	2,3 bi

Fonte: E-bit

* Não inclui venda de passagens aéreas, sites de leilão e automóveis.

** Os internautas domiciliares maiores de 15 anos foram estimados em 13,2 milhões de pessoas, neste ano.

ros que ainda não participam da chamada nova economia, ou seja, são os "excluídos digitais". A mudança desse cenário envolve variáveis como o crescimento econômico do país, e a conseqüente melhor distribuição de renda; decréscimo dos preços dos produtos e serviços de informática, e a conseqüente melhoria do acesso a esses produtos; e a melhor oferta dos insumos de informática (computador, linha telefônica, outras tecnologias de conexão, etc).

Contudo, dados preliminares divulgados pela Consultoria *E-bit*, apontam 2005 como um melhor ano para o comércio eletrônico no Brasil. Nesse ano, estimou-se um faturamento de cerca de R\$2,3 bilhões, aumento de 30% no volume das vendas, crescimento de 20% no número de *e-consumers*, tíquete médio de R\$320 e uma participação de 1,5% dentro do setor de varejo (Tabela 2).

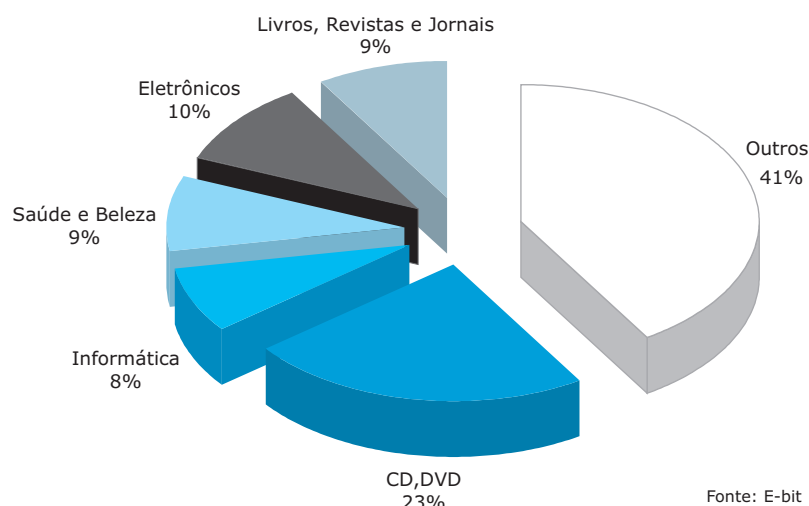
O aumento do volume de vendas do comércio eletrônico, foi acompanhado de uma maior grau de satisfação dos clientes e da compra e venda de produtos de maior valor agregado. No ano de 2005, a *E-bit* estimou

que a categoria CDs e DVDs, que ocupou o primeiro lugar do ranking por quatro anos consecutivos, cedeu lugar para Eletrônicos e Livros no ranking dos produtos mais vendidos (Gráfico 1).

Essa mudança no ranking de produtos vendidos acontece num momento de disseminação do *download* de músicas e CD's pelo internauta domiciliar ou não, que se deu devido ao surgimento de *softwares* que realizam a pesquisa e *download* domiciliarmente (este termo entendido aqui como gravação em mídias fora de estúdio fonográfico) que, por sua vez, foi influenciado pelo pacote de incentivos do governo federal que incluiu reduções de tributos e resultou em redução dos preços dos equipamentos e peças de computador para o consumidor final. Assim, com a facilidade de obter um CD customizado, a busca pelos descontos dos *web sites* para esses produtos sofreu uma redução e o *e-consumer* estabeleceu novas prioridades para as suas compras por meio eletrônico.

Dessa forma, os produtos eletrônicos representaram 10% entre os mais vendidos, CDs e DVDs 23%, Li-

Gráfico 1 – Produtos mais vendidos pelo comércio eletrônico: Brasil, 2005



vros 9%, Informática 8%, Saúde e beleza 9% e os demais produtos responderam por 41% das vendas do comércio eletrônico em 2005. Esse dado é relevante levando-se em consideração que, em 2003, 33% dos produtos comercializados na Internet eram CDs e DVDs, 8% Eletrônicos. Vale ressaltar que em 2001 cerca de 96% dos produtos negociados via Web eram CDs.

O perfil do e-consumer

Comparando-se os dados da pesquisa para os anos 2001 (primeiro ano da pesquisa) e 2005, verifica-se que não houve mudança significativa no perfil dos *e-consumers*. Ou seja, em 2001 61% das pessoas que compravam via Web eram homens, com idade média de 39 anos e renda familiar de R\$ 3.900.

Em 2005, a renda média continua a mesma (R\$ 3.900), os homens respondem por 58% das compras eletrônicas, e a faixa etária predominante situa-se entre 25 e 49 anos (72%). Segundo o nível de escolaridade, os *e-consumers* em sua maioria têm curso superior completo (57%).

O alto poder aquisitivo dos *e-consumers* é apontado, além do baixo valor unitário dos produtos negociados, como justificativa para a expansão do comércio eletrônico independente de qualquer arrefecimento do nível de atividade da economia brasileira. Além disso, deve-se acrescentar ainda a forte demanda reprimida nesse segmento do Comércio, haja vista as possibilidades de crescimento do número de internautas no Brasil, uma vez que, dentre os cerca de 158 milhões de brasileiros residentes no país, estima-se que existem 30 milhões de internautas, ou seja, 18,9% da

população. Dados do Comitê Gestor de Internet no Brasil, de novembro de 2005, revelaram que 88,7% dos brasileiros que pertencem à classe A e 55,5% dos que pertencem à classe B possuem computadores em casa, contra apenas 16,1% da classe C e 2% das classes D e E. É esperada uma reversão de tendência nos próximos anos, dados os diversos esforços governamentais e não-governamentais para diminuir a exclusão digital no país.

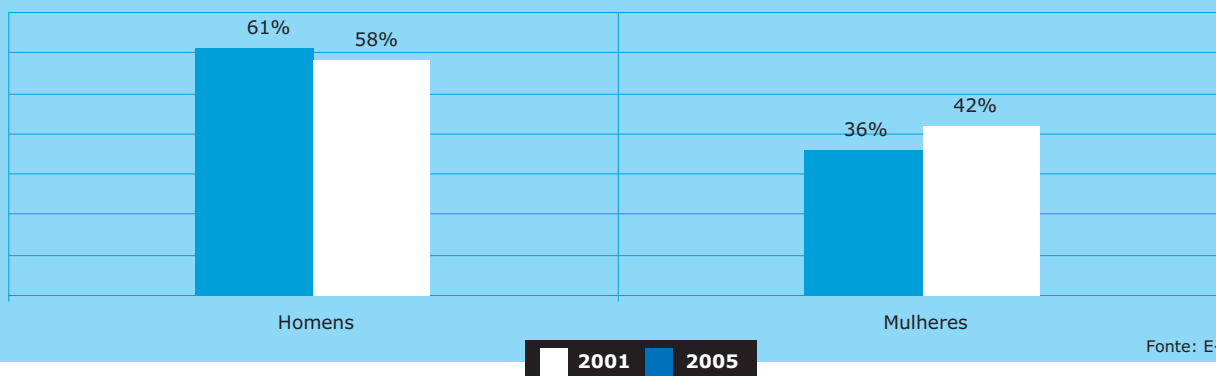
Regionalmente, 36% das transações via comércio eletrônico foram realizados no estado de São Paulo em 2005, a Grande São Paulo respondeu por 19%, o Rio de Janeiro 19%, Minas Geras com 6,5%. Entre os estados nordestinos a Bahia ocupa o primeiro lugar nesse tipo de transação com participação de 3%, Recife com 1,3%, Ceará com 1% e os demais estados nordestinos juntos somam 2,3%.

2006: potencialidades

Segundo dados da *E-bit*, espera-se para 2006 um crescimento de 56% no faturamento do comércio eletrônico brasileiro resultando num volume de vendas de R\$ 3,9 bilhões. Esse desempenho refere-se ainda ao crescimento do número de internautas, por conta da liberação de R\$ 7 milhões do FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) em abril desse ano.

Mesmo que as ações voltadas para a inclusão digital se multipliquem nesse ano com o início da liberação do FUST, o impacto no varejo virtual não será imediato, até porque os projetos aprovados beneficiarão portadores de deficiências visuais e auditivas e, além

Gráfico 2 – Perfil dos e-consumers por gênero: Brasil, 2001/2005



disso, os recursos desse Fundo são voltados para as escolas públicas. Ademais, calcula-se que um novo internauta leve dois anos para realizar sua primeira compra por esse canal.

Acrescente-se ainda que o conceito de “inclusão digital” não se restringe ao acesso a computador ou a Internet, abrange também o uso das novas tecnologias como ferramenta de empregabilidade e de exercício da cidadania. Portanto, a evolução desse segmento de comércio está atrelada muito mais à renda do usuário do que à mera acessibilidade à tecnologia. Nesse aspecto, dentre os fatores determinantes do crescimento do comércio eletrônico pode-se dizer que a logística tem papel fundamental.

Acredita-se que os problemas logísticos em sua maioria possam ser revertidos pelo aumento da demanda nesse segmento, que justificará o surgimento de redes de distribuição, etc.. Entretanto, existem questões relacionadas à segurança nas grandes cidades brasileiras que se tornam óbices a esse desenvolvimento, como também a insegurança na rede mundial de computadores (segundo o Comitê Gestor de Internet no Brasil, em 2005 o número de tentativas de fraude no país aumentaram 579%). Além disso, o varejo virtual ainda representa um nicho para pequenas e médias empresas, uma vez que cerca de 90% das operações on-line são realizadas por 20 grandes lojas, segundo a Câmara-e.net.

Assim, o fortalecimento das transações comerciais via Internet como importante seguimento do setor de Comércio no Brasil, perpassa pelo equacionamento de graves problemas sociais enfrentados pelo Brasil, apesar de a sua sobrevivência não depender da solução desses problemas. E, a despeito desses problemas, a sua expansão poderá continuar nos próximos anos.

Referências

CUNHA, Daniel. Além do acesso grátis à Internet. *Gazeta Mercantil*, 27 abr. 2004 p. A3

SILVA, Daniella. Comércio eletrônico a todo vapor. *A Tarde*, 02 jan. 2005 p. 20.

GARATONI, Bruno; NEVES. Rômulo. Vírus transmitido por e-mail causa alerta mundial. *Folha de São Paulo*, 28 jan. 2003, p. A8.

Raio X – 2002. Relatório Webshoppers. Disponível em: www.webshoppers.com.br, acesso em: 22 jul. 2004.

Raio X – 2003. Relatório Webshoppers. Disponível em: www.webshoppers.com.br, acesso em: 22 jul. 2004.

Raio X – 2004. Relatório Webshoppers. Disponível em: www.webshoppers.com.br, acesso em: 18 maio 2006.

Raio X – 2005. Relatório Webshoppers. Disponível em: www.webshoppers.com.br, acesso em: 18 maio 2006.

Tentativas de fraudes pela Internet crescem em 2005. Disponível em: <http://www.cgi.br/releases/2006/rl-2006-01.htm>, Acesso em: 18 maio 2006.

História da Internet e do Computador. Disponível em: <http://www2.ufpa.br/dicas/net1/int-his.htm>, Acesso em: 15 maio 2006.

Internet gratuita: argumentos e contra-argumentos. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd050220032.htm>, Acesso em: 18 maio 2006. ■

Segundo dados da E-bit, espera-se para 2006 um crescimento de 56% no faturamento do comércio eletrônico brasileiro resultando num volume de vendas de R\$ 3,9 bilhões



Investimentos na Bahia

Eixo metropolitano concentra 56% dos investimentos industriais previstos

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período de 2006 a 2010, totalizaram um volume da ordem de R\$ 18,0 bilhões, agregando 466 projetos. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

No que tange à localização, indicada pelos eixos de desenvolvimento, o eixo Metropolitano responde por cerca de 56% dos investimentos previstos, concentrados num volume de aproximadamente R\$ 10,2 bilhões, além de alocar 54% dos projetos. Os demais agregam volume na ordem de R\$ 7,8 bilhões, com destaque para o eixo Extremo Sul, que detém 23% do total de investimentos em R\$ 4,1 bilhões e 13 projetos.

Em relação ao complexo de atividade econômica, 65% encontram-se alocados nos complexos Madeireiro (28%), de Transformação Petroquímica (19%) e Químico-Petroquímico (18%), totalizando R\$ 11,8 bilhões em 188 projetos. Os demais complexos são responsáveis por um volume de R\$ 6,2 bilhões distribuídos em 278 projetos, particularmente no complexo de Atividade mineral e beneficiamento, com participação de 12% dos investimentos.

Quanto à situação, 61,8% dos investimentos estão em implantações de novas unidades industriais, representando um volume de aproximadamente R\$ 11,1 bilhões em 374 projetos; 38,0% encontram-se em ampliações e 0,1% em reativações, somando recursos na ordem de R\$ 6,9 bilhões em 92 projetos.

No tocante ao número de empregos previstos, a expectativa é que os empreendimentos industriais gerem cerca de 72.212 postos de trabalho, sendo que os eixos Metropolitano (42%) e Grande Recôncavo (21%) concentram 63% dos empregos, ou 45.404 postos de trabalho. Os restantes são responsáveis por 37% dos empregos, destacando-se o eixo Mata Atlântica, respondendo por 10% dos empregos ou 7.327 novos postos.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Esses programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998, o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica, além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2006, encontra-se a Brinquedos Rosita Indústria e Comércio Ltda., a Indústria de Injetados Santo Antonio e a Nissin – Ajinomoto Alimentos Ltda.

Tabela 1
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Complexo de Atividade 2006 - 2010

Complexo	Volume (R\$1.000,00)	Nº. Projetos
Agroalimentar	1.435.883	76
Atividade mineral e beneficiamento	2.103.739	22
Calçados/Têxtil/Confecções	1.653.574	54
Complexo madeireiro	5.114.208	12
Eletroeletrônico	237.971	63
Metal-mecânico	625.028	52
Químico-petroquímico	3.276.394	90
Reciclagem	2.156	2
Transformação petroquímica	3.404.838	86
Outros	174.599	9
Total	18.028.390	466

Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: CAC-SEI

Nota: Dados preliminares, sujeitos a alterações. Coletados até 31/03/06.

Tabela 2
Investimentos Industriais Previstos para a Bahia
Volume de Investimento e Número de Empresas por Eixo de Desenvolvimento 2006 - 2010

Eixo	Volume (R\$1.000,00)	Nº. Projetos
Baixo Médio São Francisco	97.684	8
Centro Leste do São Francisco	22.193	2
Chapada Norte	180.608	9
Chapada Sul	16.730	6
Extremo Sul	4.099.546	13
Grande Recôncavo	1.580.110	67
Mata Atlântica	402.877	53
Médio São Francisco	2.300	1
Metropolitano	10.163.320	250
Nordeste	131.951	8
Oeste do São Francisco	300.048	7
Planalto Central	292.103	1
Planalto Sudoeste	191.845	31
A Definir	547.076	10
Total	18.028.391	466

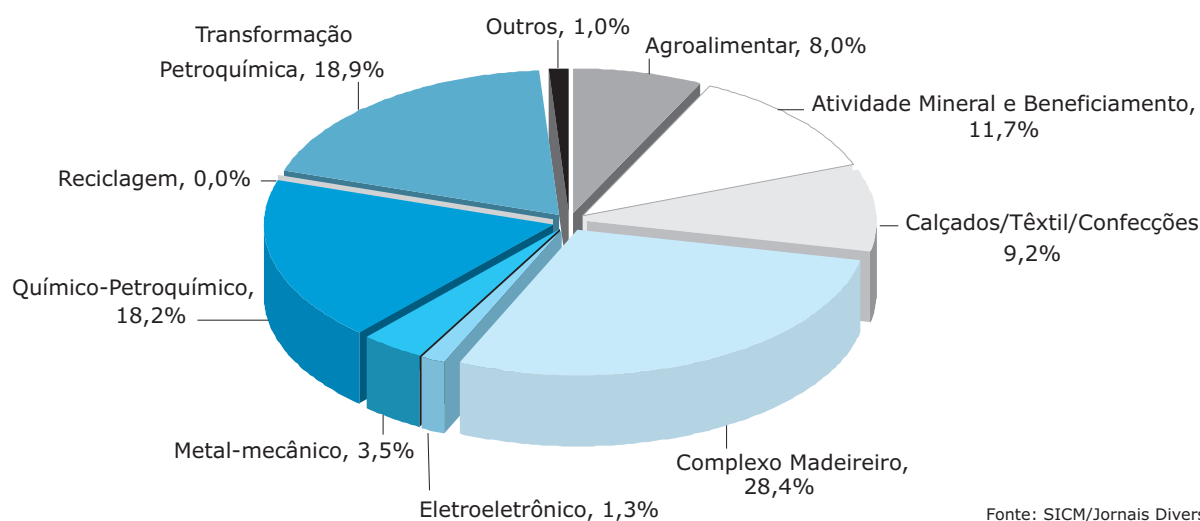
Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: CAC-SEI

Nota: Dados preliminares, sujeitos a alterações. Coletados até 31/03/06.

Investimentos previstos para a Bahia - 2005/2009

Participação por complexo de atividade

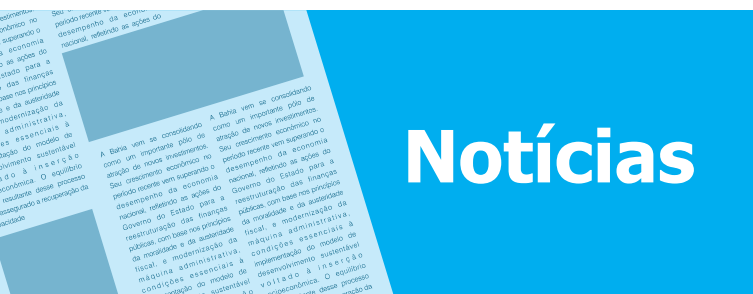


Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. Esses dados também são obtidos junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM), nos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem. Depois de consistidos, os dados são apresentados sob a forma de tabelas e gráficos, contendo o volume e a participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e por número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados são disponibilizados e atualizados mensalmente no site desta instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.



Notícias

Negócios

Empresa promete dobrar produção de gás

A Bahia deve dobrar a sua produção de gás natural e se tornar auto-suficiente até o final do ano. A expectativa vem da inauguração do Projeto Campo de Manati, prevista para o início do segundo semestre, segundo dados fornecidos ao governador Paulo Souto e pelo presidente da Queiroz Galvão Perfurações S/A, José Augusto Fernandes Filho – a empresa detém 55% do projeto.

Segundo José Augusto, o investimento é de US\$460 milhões e vai possibilitar uma produção de 6 milhões de metros cúbicos de gás por dia. “Hoje, a comercialização diária na Bahia é de cerca de 3 a 4 milhões de metros cúbicos e vamos disponibilizar o gás necessário para suprir esta demanda e também a reprimida, que é de cerca de mais de 2 milhões de metros cúbicos”. Ele afirmou que, quando o campo passar a produzir, a Bahia será responsável por 50% de toda a produção do Nordeste.

O diretor-geral da Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (Sudic), Emerson Simões, ressaltou as vantagens da exploração do gás na Bahia. “O gás natural tem uma grande importância para a matriz energética do estado, porque esse combustível representa uma alternativa viável, ecologicamente correta e bastante atrativa para que possam ser implementados novos investimentos no setor. O gás natural, inclusive, é um dos fatores que têm ajudado o nosso estado na atração de novos empreendimentos, já que o empresariado encontra nessa fonte energética uma maneira de reduzir seus custos de produção e maximizar sua lucratividade sem agredir o meio ambiente”.

Empresa promete dobrar produção de gás. Diário Oficial, 03/03/2006.

Projeto Manati terá primeiro poço produtor perfurado

O primeiro dos sete poços produtores de gás natural do Projeto Manati será perfurado nos próximos dias. A licença prévia para perfuração no Campo de Manati foi concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). Com a meta de dobrar a produção de gás natural na Bahia até o final de 2006, com um volume diário de seis milhões de metros cúbicos, o Projeto Manati, que consumirá, no total, investimentos da ordem de US\$460 milhões, teve mais uma etapa concluída, com a implantação da base de sustentação da futura plataforma fixa de produção. A previsão do consórcio, formado pelas empresas Petrobras, Queiroz Galvão e Petroserv, é de que cada um dos sete poços que vão entrar em operação este ano seja construído em 60 dias, e que o gás natural já seja disponibilizado a partir de julho.

Inicialmente, a perfuração dos poços acontecerá apenas com a plataforma PA-29, mas a partir do final de março serão duas plataformas perfurando simultaneamente. A expectativa é de que até setembro os sete poços já estejam sendo explorados. Situado na bacia sedimentar de Camamu, na costa do município de Cairu, a cerca de 10 km da costa, numa profundidade entre 35 e 50 metros, as reservas totais de gás deste campo são de cerca de 24 bilhões de metros cúbicos e correspondem a aproximadamente 40% da reserva de gás da Bahia.

A oferta atual de gás na Bahia é de 5,2 milhões de metros cúbicos por dia e, em consequência do declínio natural, essa oferta seria de 4,4 milhões em julho de 2006. Com o início da produção do Campo de Manati, mais três milhões de metros cúbicos por dia serão adicionados à oferta do mercado, a partir de dezembro deste ano. A produção de gás natural do Campo de Manati atenderá ao mercado baiano e aos outros estados nordestinos, principalmente no setor industrial.

Projeto Manati terá primeiro poço produtor perfurado. Correio da Bahia, 16/3/2006.

Produtores de sisal buscam ampliar mercado

Os produtores de sisal da Bahia querem ampliar o mercado mundial e agregar maior valor ao produto, que é responsável pelo sustento de mais de 500

mil pessoas no norte do estado. Um projeto de marketing, com 16 itens, está sendo desenvolvido pelo Sindicato das Indústrias de Fibras Vegetais da Bahia (Sindifibras), com apoio da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), órgão do Ministério do Desenvolvimento. Somente este ano, o programa receberá investimentos da ordem de R\$ 1,6 milhão. Com o estímulo à cultura, a expectativa é que a produção salte das atuais 150 mil toneladas anuais para 220 mil, um incremento de cerca de 50%, até 2010.

A Bahia é responsável por cerca de 90% da produção brasileira e 40% do volume mundial do sisal, proporcionando ao estado um PIB da ordem de US\$ 130 milhões, cerca de R\$ 300 milhões. O projeto pretende fortalecer toda a cadeia produtiva local. No campo, além de melhorar a qualidade da fibra, a meta é incrementar a produtividade, aumentando de 700 quilos para 1,2 mil quilos por hectare, proporcionando uma elevação de renda, principalmente para o pequeno produtor. Além do incremento das exportações, busca-se, diversificar os mercados consumidores, com a utilização da fibra na fabricação de novos produtos. Cerca de 80% da produção está sendo exportada, o preço do produto está valorizado. O quilo da fibra, que entre 2000 e 2003 valia R\$ 0,40, hoje está situado entre R\$ 1 a R\$ 1,20.

No pacote de incentivos, o Grupo de Fibras Duras da FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, está disponibilizando recursos da ordem de US\$3 milhões (R\$6,9 milhões), não reembolsáveis, a serem investidos em pesquisa na área de sisal no Brasil. Diante do fato, o sindicato está convocando algumas instituições com a finalidade de formatar e elaborar projetos cooperativos para encaminhamento ao Fundo de Commodities da FAO.

Produtores de sisal buscam ampliar mercado. Correio da Bahia, 16/3/2006.

Pólo calçadista atrai nova empresa

Dentro de quatro meses, deve estar tudo pronto para a entrada em operação de uma unidade industrial da Killing, fabricante de adesivos para calçados, na Região Metropolitana de Salvador (RMS). A previsão foi anunciada na Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), pelo diretor da empresa, Cláudio

Luís Maines, durante reunião em que foi assinado o protocolo de intenções para a instalação da fábrica no Centro Industrial de Aratu (CIA).

Para o secretário José Luiz Pérez Garrido, as empresas de componentes são estratégicas para o setor calçadista estadual, que estará recebendo ainda este ano novas unidades nesse segmento, "como é o caso da Rui Barbosa Componentes, Artefatos e Calçados Ltda., primeira empresa do Nordeste a produzir peças de metal para calçados, que estará instalando os equipamentos até o fim do mês em Riachão do Jacuípe."

Em nome do governador Paulo Souto, Pérez Garrido reafirmou o compromisso com o desenvolvimento do setor industrial e agradeceu a confiança depositada pelos empresários na economia baiana. A Killing é mais uma empresa inscrita no Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (Desenvolve), que tem obtido grande êxito na atração de novos investimentos, desde a sua instituição, em 2002.

Pólo calçadista atrai nova empresa. Diário Oficial, 16/3/2006.

Indicadores

Gás Natural na Bahia

O volume de vendas de gás natural estimado em todo o ano de 2005 foi de 1,3 bilhão de metros cúbicos, produzindo um faturamento de R\$ 615 milhões e um lucro líquido de R\$ 52 milhões. Dos 5,7 milhões de metros cúbicos diários, 3,5 milhões foram distribuídos pela Bahiagás e 2,2 milhões representaram o consumo estimado das unidades da Petrobrás no estado. A Bahia representa cerca de 50% de todo o consumo de gás do Nordeste.

O estado, é o terceiro maior consumidor de gás natural do Brasil, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. Mas, proporcionalmente, a indústria baiana é a que mais utiliza o produto no país, com participação de 33% na matriz energética industrial e consumo de mais de 3,3 milhões de metros cúbicos diários, cerca de 93% do volume distribuído pela Bahiagás. Em seguida, os setores que mais consomem são o automotivo (6,3%), térmicas (1,3%), comercial (0,23%) e residencial (0,01%).

A Bahiagás vai investir R\$ 77 milhões, em 2006, na continuidade da expansão da rede de gasodutos e na complementação das obras para aquisição do gás de Manati. Além do fornecimento à indústria, a empresa quer ampliar o atendimento ao setor comercial, automotivo e residencial. A construção do gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene), pela Petrobrás, deverá garantir o fornecimento de mais 20 milhões de metros cúbicos de gás natural para o Nordeste, com a ligação entre o Espírito Santo e a Bahia. A expectativa é que as obras, que ainda não começaram, sejam concluídas em 2010. Elas vão demandar investimentos de mais de US\$ 1,5 bilhão, ou R\$ 3,5 bilhões, e possibilitará a ligação das linhas das duas regiões.

Mas, até o momento, os recursos estão direcionados apenas para o trecho entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, e não há indicação quanto ao início das obras no trecho até Catu (BA). O aumento nos custos, principalmente do aço, teria atrasado o andamento do projeto. Mas, para alguns técnicos, o problema no fornecimento de gás da Bolívia para o Brasil também pode estar atrapalhando, momentaneamente, os planos da Petrobrás. O Gasene é considerado parte da solução para garantia do suprimento de gás no Nordeste, que já sofre com um déficit expressivo na oferta do produto.

Gás Natural na Bahia. Diário Oficial, 16/3/2006.

Expectativas favoráveis para a indústria baiana em 2006

A Federação das Indústrias do Estado da Bahia, Fieb acredita que em 2006, o desempenho do setor continue crescendo acima da média nacional. As expectativas para este ano são favoráveis ao setor industrial baiano. Embora ainda não tenham sido concluídas as pesquisas dos primeiros meses de 2006. A indústria baiana, segundo a Fieb, fechou o ano de 2005 com expansão de 4,5% na produção física, superando a média nacional de 2,8%. Dos oito setores pesquisados no ano passado, apenas o de produtos químicos e petroquímicos, que representa 23% do PIB industrial baiano, teve uma leve retração de 0,3% com relação a 2004. O segmento de veículos automotores, com expansão de 30%, foi um dos destaques.

A entrada em operação da Veracel, em outubro, deu um incremento de 30,8% no setor de papel e celu-

lose. O segmento de refino de petróleo e produção de álcool, que corresponde a 30% da produção industrial, também expandiu a produção, ampliando-a em 3%. Além desses setores tiveram desempenho positivo: minerais não-metálicos (10,9%), alimentos e bebidas (8%), borracha e plástico (7,7%) e metalurgia básica (0,7%).

O ritmo de crescimento deve continuar com a maturação de importantes investimentos que foram e estão sendo realizados na Bahia nos últimos anos. Dentre os projetos relevantes, que estão impactando o desenvolvimento industrial da Bahia, ele destaca consolidação do pólo automotivo (Ford, Continental, Bridgestone, Columbian Chemicals), a ampliação do setor de celulose e papel (Veracel, Bahia Sul e Bahia Pulp) e a densificação do pólo petroquímico (Braskem, pólo têxtil integrado e Monsanto). Evidentemente que o desempenho da economia baiana vai depender dos fundamentos econômicos do País. Em virtude de 2006 ser um ano eleitoral, a perspectiva é de que este seja um ano de melhor desempenho econômico do que 2005, seja com o aumento dos gastos públicos, seja com os investimentos emergenciais como a operação tapa-buracos.

Além disso, a continuidade do processo de redução da taxa básica de juros (Selic) deverá favorecer a recuperação da atividade econômica do país. Até porque o ambiente externo continua favorável, em virtude do crescimento ainda robusto da economia e do comércio mundial.

Expectativas favoráveis para a indústria baiana em 2006. Gazeta Mercantil, 16/3/2006.

Ação Governamental

Projeto já beneficiou mais de 17 mil famílias de pequenos agricultores em 13 municípios do sudoeste da Bahia

A Unidade Comunitária de Beneficiamento de Mandioca do Povoado de Bela Vista, no município de Belo Campo. O empreendimento é um dos resultados do Pró-gavião, projeto que aplicou US\$ 40 milhões (cerca R\$ 100 milhões) entre os anos de 1997 e 2005, beneficiando mais de 17 mil famílias de pequenos agricultores que moram em 210 comunidades localizadas em 13 municípios do sudoeste da Bahia.

A unidade de beneficiamento visitada teve um custo de R\$ 290 mil e é composta por prédio, maquinário e poço artesiano. Trabalham no local 15 pessoas que utilizam a mandioca produzida por 21 famílias da região, todas participantes do projeto. Somente no Prógavião, são nove unidades como esta, com capacidade de produção de 900 quilos de farinha por dia. Além da mandioca, são incentivadas pelo projeto as produções de mel, couro, laticínios, cachaça, rapadura, açúcar mascavo e cerâmica, de acordo com as características de cada povoado ou município.

Outro grande benefício do Prógavião é o fomento da participação da mulher na produção. Antes do projeto, as mulheres da zona rural do sudoeste cuidavam quase que exclusivamente do serviço doméstico e passaram a ocupar cargos nas associações e nas unidades produtivas. É o caso da vice-presidente da Unidade de Beneficiamento de Mandioca da Comunidade de Bela Vista, Clarisse Santos. Outra comunidade onde as mulheres tiveram uma grande melhora na qualidade de vida foi a de Malhada de Areia, em Piripá. No local, o projeto possibilitou a organização comunitária e a implantação da infra-estrutura, valorizando a atividade e a autoconfiança das microempreendedoras de cerâmica.

Ainda na região de Malhada de Areia, o projeto construiu uma barragem de 110 mil metros cúbicos, beneficiando também a comunidade de Mandassaia, uma lavanderia comunitária e um sistema de abastecimento de água em todas as 40 moradias. Em 33 casas, o projeto construiu unidades sanitárias com fossas sépticas e sumidouro. O serviço de água, com seu tratamento, é administrado pela própria comunidade. A esses equipamentos somam-se 16 cisternas comunitárias, também construídas pelo projeto.

Através de financiamento concedido pelo Prógavião, uma nova unidade para o microempreendimento foi construída e equipada e é utilizada coletivamente para produzir, embalar e armazenar as peças de cerâmica. Os artesãos contam agora com um forno com capacidade de 32 metros cúbicos, dois tornos manuais, móveis e utensílios que servem para facilitar a produção, dispor e expor as peças. Os recursos empregados na unidade foram de US\$ 20,542, dos quais 30% devem ser ressarcidos em cinco anos para aplicação na própria localidade.

Souto e presidente do Fida visitam Prógavião. Diário Oficial, 11/03/2006.

Desenbahia impulsiona trabalho através do crédito

O CrediFácil, que financia investimento fixo e capital de giro para micro e pequenas empresas, com volume de financiamentos, ampliou-se em nada menos que 94% no período, o equivalente a R\$ 7,4 milhões, fruto de uma série de ações que tornaram a linha bastante competitiva. Em uma dessas ações, no primeiro semestre de 2005, o programa foi desvinculado do Simbahia para beneficiar todos os micros e pequenos empresários contribuintes do ICMS em dia com o fisco.

Ao mesmo tempo, os juros da linha de giro foram reduzidos de 1,8% para 1,5% ao mês, com até 12 meses para pagar, dos quais três meses de carência. A par disso, acrescentaram-se novas vantagens para os que pagam pontualmente todas as prestações: estes passaram a ter o prazo de pagamento dilatado para 18 meses no financiamento seguinte, e o teto do empréstimo ampliado de 15% para 20% da receita com operações mercantis da empresa. Aqueles que, além disso, comprovam a geração de pelo menos um novo emprego no período de fruição do financiamento têm a taxa do empréstimo subsequente reduzida para 1% ao mês. Esta, por sinal, é a mesma taxa adotada para os empréstimos destinados a investimentos fixos.

Seguindo a mesma diretriz de facilitar o crédito aos empresários que, por seu porte, dificilmente têm acesso ao mercado financeiro convencional, foi financiado R\$ 1,5 milhão aos pequenos industriais e lojistas do Arranjo Produtivo Local (APL) de Confecções do bairro do Uruguai, por intermédio do programa CrediAPL, criado especialmente pela agência baiana de fomento, num crescimento de 25,5% na comparação com o ano de 2004. Junto com outras instituições, a Desenbahia integra a Rede Baiana de Arranjos Produtivos Locais, que é coordenada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti).

Na área dos microempreendedores, o CrediBahia, programa de microcrédito cresceu 84 %, financiando cerca de R\$ 6 milhões em dezenas de municípios espalhados por todo o estado. Dentre os programas que contribuem mais diretamente para a inclusão social via crédito, só o Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, com recursos repassados do BNDES – registrou queda de 38,4%, o que se deveu à necessidade de adequação dos proje-

tos relativos aos Programas Terra Fértil e BahiaCitros. O problema, no entanto, já foi sanado, tanto que em janeiro último já estava em processo de aprovação R\$ 1,4 milhões em financiamentos para agricultores contemplados pelo Terra Fértil no município de Morro do Chapéu. No cômputo geral, os investimentos nos programas de inclusão social tiveram uma elevação de quase 47%, saindo de R\$ 22 milhões em 2004, para pouco mais de R\$ 32 milhões em 2005.

Desenbahia impulsiona trabalho através do crédito. Diário Oficial, 10/2/2006.



UNIÃO

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 5.738, de 30 de março de 2006 - Dispõe sobre a execução da Decisão nº 37/05 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, que aprova a regulamentação transitória da Decisão CMC 54/04 "Eliminação da Dupla Cobrança e Distribuição de Renda Aduaneira", adotada em Montevideu, em 8 de dezembro de 2005.

Decreto nº 5.730, de 20 de março de 2006 - Regula o art. 110 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que trata do regime fiscal adotado nas operações realizadas em mercados de liquidação futura pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Decreto nº 5.712, de 2 de março de 2006 - Regula o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, instituído pelos arts. 1º a 11 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005

Decreto nº 5.713, de 2 de março de 2006 - Dispõe sobre os bens e serviços amparados pelo Regime Es-

pecial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, na forma dos arts. 4º, § 4º, e 5º, § 3º, da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Leis

Lei de nº 11.289, de 30 de março de 2006 - Autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Medidas provisórias

Medida provisória nº 285, de 6 de março de 2006 - Dispõe sobre as operações de crédito rural contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, e não renegociadas, nos termos da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e dá outras providências.

Medida provisória nº 288, de 28 de março de 2006 - Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006.

Secretaria da Receita Federal

Instruções Normativas

Instrução Normativa nº 633, de 22 de março de 2006 - Dispõe sobre o regime fiscal adotado nas operações realizadas em mercados de liquidação futura.

Instrução Normativa nº 634, de 24 de março de 2006 - Estabelece requisitos e condições para a atuação de pessoa jurídica importadora em operações procedidas para revenda a encomendante predeterminado.

Instrução Normativa nº 635, de 24 de março de 2006 - Dispõe sobre a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins, cumulativas e não-cumulativas, devidas pelas sociedades cooperativas em geral.

Instrução Normativa nº 636 de 24 de março de 2006

– Dispõe sobre a suspensão da exigibilidade da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a venda de produtos agropecuários e sobre o crédito presumido decorrente das aquisições desses produtos.

Instrução Normativa nº 640, de 30 de março de 2006

– Aprova o programa e as instruções de preenchimento da Declaração Simplificada das Pessoas Jurídicas – Simples, relativa ao exercício de 2006.

Instrução Normativa nº 641, de 31 de março de 2006

– Altera a Instrução Normativa SRF nº 346 de 28 de julho de 2003, que dispõe sobre procedimento simplificado de despacho aduaneiro de exportação em consignação de pedras preciosas ou semi-preciosas e de jóias.

Banco Central do Brasil

Circulares

Circular nº 3.317 de 29 de março de 2006 – Dispõe sobre procedimentos a serem observados na formalização de pleitos para participação ou aumento de participação estrangeira no capital de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em complemento às disposições da Circular 3.179, de 2003, bem como para instalação, no País, de agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior.

Circular nº 3.318, de 31 de março de 2006 – Dispõe sobre o fornecimento de informações para a apuração da Taxa Básica Financeira – TBF e da Taxa Referencial – TR, de que trata a Resolução 3.354, de 2006.

Circular nº 3.319, de 31 de março de 2006 – Ajusta o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI) ao disposto na Resolução 3.356, de 2006.

Carta circular nº 3.230, de 29 de março de 2006

– Esclarece sobre a comercialização de pêssego e de maçã ao amparo da Linha Especial de Crédito (LEC).

Resoluções

Resolução nº 3.354, de 31 de março de 2006 – Altera e consolida as normas relativas à metodologia de cálculo da Taxa Básica Financeira – TBF e da Taxa Referencial – TR.

Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006 – Altera a Resolução 3.059, de 2002, que dispõe sobre o registro contábil de créditos tributários das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Resolução nº 3.356 de 31 de março de 2006 – Altera a Resolução 3.265, de 2005 que dispõe sobre o Mercado de Câmbio e dá outras providências.

ESTADO

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 9.953 de 27 de março de 2006 – Procede à Alteração nº 76 ao Regulamento do ICMS, altera o Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000, e estabelece o limite dos recursos disponibilizados para novas operações no âmbito do AGRINVEST para o exercício de 2006.

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 124 de 30 de março de 2006 – Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas administradoras de cartões de crédito ou de débito quando do fornecimento de informações relativas às operações transacionadas por contribuintes do ICMS. ■

ANÚNCIOS

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos

Índices de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC¹ - Salvador: Mar/2006

Grandes Grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	mar/05	mar/06	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Abr/92=100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	0,21	0,66	0,98	3,21	353214,3	236,79
Habitação e encargos	2,00	2,13	6,64	24,78	746480,2	596,95
Artigos de residência	0,80	0,44	1,20	-0,48	282072,5	235,75
Vestuário	1,23	-1,81	-3,13	1,04	307216,3	180,30
Transporte e comunicação	-0,66	1,85	4,01	12,98	631650,0	683,58
Saúde e cuidados pessoais	0,49	0,93	2,16	6,37	607108,7	323,45
Despesas pessoais	-0,02	0,20	2,02	4,42	657728,2	377,15
Geral	0,42	0,56	1,61	6,34	465176,2	324,15

Fonte: SEI

¹ O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica

Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras: Mar/2006

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano ²	12 meses ³	
Aracaju	136,22	2,11	-6,25	1,98	49,17
Belém	146,29	0,96	-6,68	-5,43	52,8
Belo Horizonte	164,98	1,37	-6,73	4,77	59,55
Brasília	173,29	-0,49	-2,21	3,59	62,55
Curitiba	161,61	1,51	-8,65	-2,83	58,33
Florianópolis	158,28	-1,65	-8,31	-2,14	57,13
Fortaleza	125,03	-1,94	-6,02	-1,88	45,13
Goiânia	149,67	-0,12	0,37	-4,35	54,02
João Pessoa	134,25	3,58	-7,16	1,09	48,46
Natal	132,26	-0,39	-2,69	-0,69	47,74
Porto Alegre	164,1	-1,26	-14,22	-6,57	59,23
Recife	133,46	4,86	-4,88	1,73	48,17
Rio de Janeiro	168,68	-2,28	-5,28	0,99	60,88
Salvador	134,03	4,61	-1,59	1,08	48,38
São Paulo	177,28	0,99	-3,35	0,8	63,99
Vitória	160,61	0,75	-3,02	0,85	57,97

Fonte: DIEESE

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2005/2006

Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2005 ²	2006 ³	Variação (%)	2005 ²	2006 ³	Variação (%)
Lavouras temporárias						
Abacaxi ⁴	119.132	128.084	7,5	24.914	25.444	2,1
Algodão herbáceo	816.977	796.762	-2,5	3.184	3.351	5,3
Alho	7.432	7.432	0,0	6.939	6.939	0,0
Amendoim	7.042	7.042	0,0	1.150	1.150	0,0
Arroz total	92.683	30.026	-67,6	2.376	1.756	-26,1
Arroz sequeiro	74.832	26.295	-64,9	2.156	1.624	-24,7
Arroz irrigado	17.851	3.731	-79,1	4.161	4.100	-1,5
Batata-inglesa	177.150	177.150	0,0	31.578	31.578	0,0
Cana-de-açúcar	5.636.887	5.779.028	2,5	58.761	58.832	0,1
Cebola	121.631	121.631	0,0	20.428	20.428	0,0
Feijão total	460.505	402.995	-12,5	670	650	-2,9
Feijão 1ª safra	122.830	65.320	-46,8	482	349	-27,5
Sequeiro	61.912	39.109	-36,8	434	362	-16,6
Irigado	5.520	5.340	-3,3	2.667	3.456	29,6
Caupi	55.398	20.871	-62,3	503	269	-46,5
Feijão 2ª safra	337.675	337.675	0,0	781	781	0,0
Sequeiro	302.735	302.735	0,0	749	749	0,0
Irigado	23.947	23.947	0,0	2.241	2.241	0,0
Caupi	10.993	10.993	0,0	629	629	0,0
Fumo	11.021	11.021	0,0	923	923	0,0
Mamona	135.394	74.496	-45,0	734	705	-4,0
Mandioca	4.512.817	4.188.931	-7,2	12.840	12.336	-3,9
Milho total	1.614.899	1.094.956	-32,2	2.067	1.597	-22,7
Milho 1ª safra	1.206.621	686.678	-43,1	3.020	2.260	-25,2
Sequeiro	1.155.660	636.198	-44,9	2.966	2.144	-27,7
Irigado	50.961	50.480	-0,9	5.176	7.070	36,6
Milho 2ª safra	408.278	408.278	0,0	1.070	1.070	0,0
Sequeiro	406.946	406.946	0,0	1.068	1.068	0,0
Irigado	1.332	1.332	0,0	3.149	3.149	0,0
Soja	2.401.200	1.991.160	-17,1	2.760	2.283	-17
Sorgo granífero	104.196	69.929	-32,9	1.798	1.740	-3,2
Tomate	204.599	220.051	7,6	38.927	41.402	6,4
Trigo	1.915	1.915	0,0	5.583	5.583	0,0
Lavouras permanentes						
Banana ⁵	865.221	865.221	0,0	13.880	13.880	0,0
Cacau	142.240	142.240	0,0	255	255	-0,2
Café	140.339	153.180	9,1	962	1.024	6,5
Castanha-de-cajú	5.964	5.964	0,0	289	289	0,1
Coco-da-baía ⁴	723.600	723.600	0,0	8.873	8.873	0,0
Dendê	nd	nd	-	-	nd	-
Guaraná	1.293	1.293	0,0	209	209	0,2
Laranja ⁵	800.852	800.852	0,0	15.877	15.877	0,0
Mamão ⁵	679.083	679.083	0,0	50.429	50.429	0,0
Maracujá ⁴	nd	nd	-	-	nd	-
Pimenta-do-reino	3.224	3.224	0,0	2.457	2.457	0,0
Sisal	195.680	205.755	5,1	887	861	-3,0
Uva	86.338	86.338	0,0	25.230	25.230	0,0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996

² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2005 (dados sujeitos a retificação)

³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), março/2006 (dados sujeitos a retificação)

⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare

⁵ Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2005/2006

Produtos do LSPA ¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) ⁴	
	2005 ²	2006 ³	Variação (%)	2005 ²	2006 ³	Variação (%)	2005 ²	2006 ³
Lavouras temporárias								
Abacaxi	4.805	5.034	4,8	4.805	5.034	4,8	0	0
Algodão herbáceo	257.567	238.384	-7,4	257.567	237.784	-7,7	0	600
Alho	1.071	1.071	0,0	1.071	1.071	0,0	0	0
Amendoim	6.122	6.122	0,0	6.122	6.122	0,0	0	0
Arroz total	39.004	17.100	-56,2	39.004	17.100	-56,2	0	0
Arroz sequeiro	34.714	16.190	-53,4	34.714	16.190	-53,4	0	0
Arroz irrigado	4.290	910	-78,8	4.290	910	-78,8	0	0
Batata-inglesa	5.610	5.610	0,0	5.610	5.610	0,0	0	0
Cana-de-açúcar	96.319	98.522	2,3	95.929	98.230	2,4	390	292
Cebola	5.954	5.954	0,0	5.954	5.954	0,0	0	0
Feijão total	775.368	707.694	-8,7	687.440	619.718	-9,9	87.928	87.976
Feijão 1ª safra	342.929	275.255	-19,7	255.001	187.279	-26,6	87.928	87.976
Sequeiro	230.147	180.875	-21,4	142.717	108.077	-24,3	87.430	72.798
Irrigado	2.070	1.545	-25,4	2.070	1.545	-25,4	0	0
Caupi	110.712	92.835	-16,1	110.214	77.657	-29,5	498	15.178
Feijão 2ª safra	432.439	432.439	0,0	432.439	432.439	0,0	0	0
Sequeiro	404.273	404.273	0,0	404.273	404.273	0,0	0	0
Irrigado	10.687	10.687	0,0	10.687	10.687	0,0	0	0
Caupi	17.479	17.479	0,0	17.479	17.479	0,0	0	0
Fumo	11.939	11.939	0,0	11.939	11.939	0,0	0	0
Mamona	185.521	107.566	-42,0	184.346	105.712	-42,7	1.175	1.854
Mandioca	380.078	350.129	-7,9	351.473	339.570	-3,4	28.605	10.559
Milho total	808.761	745.784	-7,8	781.121	685.427	-12,3	27.640	60.357
Milho 1ª safra	427.140	364.163	-14,7	399.500	303.806	-24,0	27.640	60.357
Sequeiro	417.295	357.023	-14,4	389.655	296.666	-23,9	27.640	60.357
Irrigado	9.845	7.140	-27,5	9.845	7.140	-27,5	0	0
Milho 2ª safra	381.621	381.621	0,0	381.621	381.621	0,0	0	0
Sequeiro	381.198	381.198	0,0	381.198	381.198	0,0	0	0
Irrigado	423	423	0,0	423	423	0,0	0	0
Soja	870.000	872.100	0,2	870.000	872.100	0,2	0	0
Sorgo granífero	57.945	40.413	-30,3	57.945	40.192	-30,6	0	22
Tomate	5.256	5.135	-2,3	5.256	5.315	1,1	0	-18
Trigo	343	343	0,0	343	343	0,0	0	0
Lavouras permanentes								
Banana	62.424	62.424	0,0	62.336	62.336	0,0	88	8
Cacau	556.727	556.727	0,0	556.727	556.727	0,0	0	0
Café	145.957	152.260	4,3	145.957	149.592	2,5	0	2.66
Castanha-de-cajú	20.779	20.779	0,0	20.660	20.660	0,0	119	11
Coco-da-baía	81.604	81.604	0,0	81.547	81.547	0,0	57	5
Dendê	nd	nd	-	nd	nd	-	-	-
Guaraná	6.197	6.197	0,0	6.197	6.197	0,0	0	0
Laranja	50.593	50.593	0,0	50.441	50.441	0,0	152	15
Mamão	13.611	13.611	0,0	13.466	13.466	0,0	145	14
Maracujá	nd	nd	-	nd	nd	-	-	-
Pimenta-do-reino	1.312	1.312	0,0	1.312	1.312	0,0	0	0
Sisal	226.458	238.849	5,5	220.558	238.849	8,3	5.900	0
Uva	3.422	3.422	0,0	3.422	3.422	0,0	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2005 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), março/2006 (dados sujeitos a retificação)⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Jan/2006				%
Classes e Gêneros	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Indústria Geral	-3,1	6,6	6,6	4,1
Extrativa Mineral	0,4	4,6	4,6	-2,5
Indústria de Transformação	-3,3	6,7	6,7	4,5
Alimentos e Bebidas	-7,3	-6,7	-6,7	5,2
Celulose, papel e produtos de papel	-3,0	28,9	28,9	24,0
Refino de petróleo e álcool	6,2	17,1	17,1	5,7
Produtos químicos	-2,6	-0,3	-0,3	-1,5
Borracha e plástico	-0,8	-0,5	-0,5	6,2
Minerais não metálicos	-2,5	19,8	19,8	11,6
Metalurgia básica	-4,9	10,4	10,4	3,1
Veículos automotores	nd	-6,2	-6,2	24,7

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC-SEI

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Jan/2005 - Jan/2006				%
Períodos	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Janeiro 2005	0,1	7,7	7,7	11,4
Fevereiro	-0,4	4,5	6,1	10,8
Março	1,1	-0,4	3,8	9,6
Abril	3,0	6,1	4,4	9,7
Maio	-3,2	0,3	3,5	8,6
Junho	6,3	-1,8	2,5	6,6
Julho	-1,2	9,2	3,5	6,9
Agosto	3,2	11,4	4,5	7,3
Setembro	-4,5	4,7	4,5	7,3
Outubro	-2,1	1,9	4,3	6,8
Novembro	1,6	1,1	4,0	4,6
Dezembro	6,9	10,4	4,5	4,5
Janeiro 2006	-3,3	6,7	6,7	4,5

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC-SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Jan/2006				%
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁶
Rural/Irrigação	35,7	8,7	15,1	-3,1
Residencial	4,2	1,0	4,9	6,3
Industrial ¹	-7,4	-9,1	-9,1	-3,9
Comercial	2,9	-0,7	9,3	6,6
Utilidades públicas ²	1,3	3,4	2,6	4,7
Setor público	-11,8	-1,8	7,9	6,9
Concessionária	-1,1	-3,6	2,0	4,5
Total	2,6	-0,6	7,1	3,2

Fonte: COELBA/CO-CGM. Elaboração: CAC-SEI

¹ Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF, COPENE e MERCADO LIVRE

² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Variação no volume de vendas no varejo ¹ - Bahia: Jan/2006				%
Classes e Gêneros	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	Acumulado 12 meses ⁵
Comércio Varejista	0,3	5,1	5,1	6,5
Combustíveis e Lubrificantes	-0,9	-14,4	-14,4	-15,0
Hipermercados, Supermercados, produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	1,4	4,1	4,1	6,6
Hipermercados e Supermercados	0,8	5,6	5,6	5,5
Tecidos, Vestuário e Calçados	-3,9	8,3	8,3	16,9
Móveis e Eletrodomésticos	4,0	34,1	34,1	38,7
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	nd	9,2	9,2	11,7
Livros, jornais, revistas e papelaria	nd	-16,3	-16,3	2,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	nd	102,0	102,0	78,5
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	nd	19,7	19,7	12,6
Veículos, Motos e Peças	-2,3	5,7	5,7	7,9
Material de construção	nd	-3,5	-3,5	nd

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Consultas e inadimplências junto ao Serviço de Proteção ao Crédito
Salvador: Set/2002 – Set/2003

%

Períodos	Consultas			Inadimplências ¹		
	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴
Setembro 2002	-25,5	-45,0	4,2	48,5	-94,8	-51,4
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
Janeiro 2003	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maio	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC. Elaboração: SEI

¹ Novos Registros² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
Total de cheques compensados - Bahia: Fev/2005 - Fev/2006

%

Períodos	Quantidade			Valor		
	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³
Fevereiro 2005	-9,7	-0,6	-3,8	-12,9	13,6	6,8
Março	10,8	-10,3	-6,1	8,0	-7,9	5,7
Abril	-12,5	-11,1	-7,3	-12,0	-8,7	4,8
Maio	12,6	-2,3	-6,3	11,9	-2,6	4,3
Junho	-7,4	-7,9	-6,6	-5,6	-6,2	3,7
Julho	-2,7	-11,9	-7,3	-2,9	-11,4	2,9
Agosto	14,0	-2,7	-6,7	13,0	-3,5	2,5
Setembro	-8,5	-0,1	-6,1	-7,6	-5,8	2,1
Outubro	0,8	-1,3	-5,6	1,1	-8,6	1,6
Novembro	-1,5	-10,1	-6,0	0,6	0,0	1,5
Dezembro	1,5	-9,0	-6,3	5,0	-11,3	0,9
Janeiro	6,3	-0,8	-0,8	3,3	-2,1	-4,9
Fevereiro 2006	-26,7	-19,5	-9,7	-23,3	-13,8	-7,5

Fonte: Banco Central do Brasil

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador - Fev/2006

Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios
Desemprego Total	23,8	23,2	26,0
Desemprego aberto	14,1	13,8	15,6
Desemprego oculto	9,6	9,4	10,4
Participação (PEA/PIA)	61,8	62,3	59,7

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Fev/2006

Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Janeiro 2005	14,0	13,9	61,0	61,8
Fevereiro	13,4	12,8	60,5	60,9
Março	14,0	13,0	60,4	60,6
Abril	14,9	13,7	60,3	60,7
Maio	15,5	14,4	60,7	61,2
Junho	15,1	13,9	60,7	61,5
Julho	14,5	13,3	61,1	61,7
Agosto	14,3	13,0	61,1	61,5
Setembro	14,1	13,2	61,5	61,7
Outubro	14,1	13,1	61,4	61,7
Novembro	13,9	13,0	61,7	62,0
Dezembro	13,6	12,9	61,8	62,3
Janeiro 2006	13,9	13,4	61,8	62,3
Fevereiro	14,1	13,8	61,8	62,3

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Fev/2006

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total ¹
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
Janeiro 2005	1.693	129,0	1.273	121,7	420	157,7	1.083	118,3	61,0	24,8	3.287
Fevereiro	1.683	128,3	1.269	121,3	414	155,5	1.099	120,1	60,5	24,6	3.293
Março	1.684	128,4	1.256	120,1	428	160,7	1.104	120,6	60,4	25,4	3.298
Abril	1.685	128,4	1.252	119,7	433	162,6	1.109	121,2	60,3	25,7	3.304
Maio	1.700	129,6	1.261	120,6	439	164,9	1.101	120,3	60,7	25,8	3.310
Junho	1.704	129,9	1.270	121,4	434	163,0	1.103	120,5	60,7	25,5	3.316
Julho	1.719	131,0	1.291	123,4	428	160,7	1.094	119,5	61,1	24,9	3.321
Agosto	1.723	131,3	1.299	124,2	424	159,2	1.096	119,8	61,1	24,6	3.327
Setembro	1.738	132,5	1.328	127,0	410	154,0	1.088	118,8	61,5	23,6	3.333
Outubro	1.739	132,5	1.334	127,5	405	152,1	1.093	119,4	61,4	23,3	3.339
Novembro	1.751	133,5	1.352	129,3	399	149,9	1.088	118,8	61,7	22,8	3.345
Dezembro	1.758	134,0	1.350	129,1	408	153,2	1.086	118,7	61,8	23,2	3.350
Janeiro 2006	1.762	134,3	1.344	128,5	418	157,0	1.089	119,0	61,8	23,7	3.356
Fevereiro	1.766	134,6	1.346	128,7	420	157,7	1.091	119,2	61,8	23,8	3.362

Variação mensal

Fev-06/Jan-06	0,2	0,1	0,5	0,2	0,0	0,4
----------------------	------------	------------	------------	------------	------------	------------

Variação no ano

Fev-06/Dez-05	0,5	-0,3	2,9	0,5	0,0	2,6
----------------------	------------	-------------	------------	------------	------------	------------

Variação anual

Fev-06/Fev-05	4,9	6,1	1,4	-0,7	2,1	-3,3
----------------------	------------	------------	------------	-------------	------------	-------------

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000² Base: Dezembro 1996 = 100

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Fev/2006

%

Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2005	8,6	4,9	16,3	32,3	26,4	10,0	1,5
Fevereiro	8,7	5,5	16,3	32,9	25,2	9,8	1,6
Março	8,8	5,4	15,9	33,7	25,6	9,1	1,5
Abril	8,9	5,7	16,4	32,5	26,3	8,9	1,3
Maio	9,1	5,1	16,0	31,5	27,7	9,2	1,4
Junho	9,2	4,8	16,2	31,2	27,5	9,6	1,5
Julho	9,3	4,1	16,2	31,8	27,4	9,7	1,5
Agosto	9,2	4,3	16,1	32,8	26,4	9,6	1,6
Setembro 2005	9,3	4,3	16,0	33,2	26,2	9,4	1,6
Outubro	9,1	4,3	15,7	33,3	26,5	9,4	1,7
Novembro	9,6	4,2	16,1	32,1	27,1	9,3	1,6
Dezembro	9,7	4,6	16,2	31,5	26,8	9,4	1,8
Janeiro 2006	9,4	5,0	16,3	31,4	26,8	9,3	1,8
Fevereiro	8,9	5,4	16,6	31,6	26,3	9,6	1,6

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, Forças Armadas e polícia; Crédito e financeiros; Comunicação; diversão, radiodifusão, e teledifusão; Comércio, administração de valores mobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza.

² Incluem serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Fev/2006

%

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros ¹
	Total	Ass. priv. c/carteira	Ass. priv. s/carteira	Ass. público	Total	Aut. trab. p/público	Aut. trab. p/empresa			
Janeiro 2005	60,3	35,7	11,5	13,1	23,4	19,2	4,2	4,2	10,0	2,1
Fevereiro	60,5	36,0	11,2	13,3	23,3	19,3	4,0	4,4	9,8	2,0
Março	61,7	37,2	11,0	13,5	22,8	19,0	3,8	4,5	9,1	1,9
Abril	61,6	37,3	11,2	13,1	22,8	18,9	3,9	4,6	8,9	2,1
Maio	60,8	36,2	11,6	13,0	23,5	19,8	3,7	4,3	9,2	2,2
Junho	60,8	35,8	12,1	12,9	23,7	19,6	4,1	3,7	9,6	2,2
Julho	61,8	36,0	12,2	13,6	22,6	18,9	3,7	3,8	9,7	2,1
Agosto	62,1	36,5	12,0	13,6	22,3	18,4	3,9	3,9	9,6	2,1
Setembro 2005	62,2	36,7	11,4	14,1	22,0	18,4	3,6	4,2	9,4	2,2
Outubro	62,1	36,6	11,3	14,1	22,3	18,7	3,5	3,8	9,4	2,4
Novembro	62,6	37,2	11,2	14,1	22,0	18,4	3,5	3,6	9,4	2,4
Dezembro	62,4	37,7	11,6	13,2	22,6	19,0	3,7	3,2	9,5	2,3
Janeiro 2006	61,8	37,5	11,8	12,4	23,2	19,4	3,9	3,6	9,2	2,1
Fevereiro	62,2	38,2	11,8	12,1	22,5	19,0	3,5	3,5	9,6	2,2

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Jan/2006							R\$
Períodos	Rendimento médio real						
	Ocupados ¹			Assalariados ²			
	Valor Absoluto ³		Índice ⁴	Valor Absoluto ³		Índice ⁴	
	Média	Mediana		Média	Mediana		
Janeiro 2005	729	393	79,7	839	484	80,0	
Fevereiro	756	414	82,6	860	503	81,9	
Março	784	413	85,7	889	505	84,8	
Abril	755	400	82,5	861	475	82,1	
Maio	743	389	81,2	846	467	80,7	
Junho	725	398	79,3	834	471	79,5	
Julho	734	414	80,2	850	498	81,0	
Agosto 2005	742	414	81,1	859	518	81,9	
Setembro	741	413	81,0	859	513	81,8	
Outubro	739	411	80,8	843	508	80,4	
Novembro	729	406	79,7	841	506	80,1	
Dezembro	727	407	79,4	823	504	78,5	
Janeiro 2006	741	405	81,0	841	503	80,2	
Variação mensal							
Jan-06/Dez-05	1,9	-0,5	1,9	2,2	-0,1	2,2	
Variação no ano							
Jan-06/Dez-05	1,9	-0,5	1,9	2,2	-0,1	2,2	
Variação anual							
Jan-06/Jan-05	1,7	3,1	1,7	0,2	3,9	0,2	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

¹ Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

² Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

³ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em Reais de janeiro - 2006.

⁴ Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 =100.

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução ¹ Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Jan/2006						R\$
Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução					
	Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo	
Janeiro 2005	251	359	435	783	2.255	
Fevereiro	268	366	460	796	2.233	
Março	284	365	463	804	2.300	
Abril	285	357	465	768	2.260	
Maio	280	364	459	756	2.292	
Junho	261	371	442	744	2.275	
Julho	271	376	445	768	2.254	
Agosto	290	383	444	781	2.217	
Setembro	286	371	441	782	2.157	
Outubro	261	362	443	787	2.171	
Novembro	246	345	448	770	2.153	
Dezembro	272	357	477	771	2.169	
Janeiro 2006	285	370	498	765	2.170	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de janeiro de 2006

Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador ¹ Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Jan/2006							R\$
Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado						
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada	
Janeiro 2005	712	965	536	718	801	413	
Fevereiro	723	964	538	730	809	419	
Março	753	1097	571	727	841	444	
Abril	727	1041	551	695	813	442	
Maio	716	1006	557	690	804	443	
Junho	687	889	555	679	769	424	
Julho	691	906	585	674	774	423	
Agosto	697	956	566	676	775	428	
Setembro	705	1041	561	669	784	436	
Outubro	702	1029	538	668	782	425	
Novembro	705	1028	577	664	787	424	
Dezembro	692	987	577	662	778	409	
Janeiro 2006	708	987	583	696	790	428	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de janeiro de 2006

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal ¹
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Jan/2006
R\$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados ²					Assalariados ³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2005	127	276	393	755	1.604	276	321	484	899	1.722
Fevereiro	139	275	414	845	1.604	275	321	503	952	1.799
Março	158	275	413	843	1.698	274	318	505	952	1.911
Abril	136	274	400	800	1.587	273	316	475	943	1.851
Maio	126	272	389	750	1.581	272	315	467	842	1.869
Junho	125	272	398	734	1.573	272	311	471	839	1.760
Julho	124	310	414	788	1.557	310	311	498	921	1.852
Agosto	124	311	414	828	1.606	311	331	518	932	1.811
Setembro	123	309	413	823	1.646	309	341	513	933	1.851
Outubro	153	305	411	804	1.553	305	331	508	925	1.759
Novembro	152	304	406	762	1.542	304	325	506	911	1.784
Dezembro	151	302	407	800	1.526	302	323	504	896	1.627
Janeiro 2006	151	300	405	800	1.600	300	334	503	906	1.785

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de janeiro de 2006

² Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego Bahia: Jan/2005 - Fev/2006

Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2005	63.952	10.810	9.507	15.552	28.003
Janeiro	4.882	1.133	1.455	1.269	1.299
Fevereiro	3.112	786	-640	717	1.111
Março	6.426	1.665	1.418	-154	2.847
Abril	9.387	1.334	1.061	1.001	4.806
Maio	9.511	810	1.093	1.557	1.488
Junho	9.807	1.576	787	2.348	2.720
Julho	7.377	540	2.454	735	3.458
Agosto	6.047	464	1.961	1.465	3.713
Setembro	5.975	2.354	1.616	1.604	2.322
Outubro	4.564	1.448	-577	1.785	3.166
Novembro	2.655	-374	211	2.360	2.539
Dezembro	-5.791	-926	-1.332	865	-1.466
2006	9.443	249	1.765	1.681	4.743
Janeiro	6.994	569	1.592	1.074	2.890
Fevereiro	2.449	-320	173	607	1.853
Mar/05 - Fev/06	65.401	9.140	10.457	15.247	30.336

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Flutuação Mensal do Emprego
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Fev/2006

Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2005	36.057	3.555	6.414	5.322	21.610
Janeiro	-175	389	760	450	783
Fevereiro	974	-174	-343	358	1.199
Março	3.358	547	785	-199	1.959
Abril	4.514	647	516	256	2.882
Maio	1.713	-39	562	293	479
Junho	3.253	425	543	611	1.615
Julho	5.217	563	1.883	-69	2.702
Agosto	5.547	252	1.429	419	3.203
Setembro	5.145	725	1.119	876	2.325
Outubro	4.419	481	-66	859	2.832
Novembro	2.932	-2	-350	1.147	2.098
Dezembro	-840	-259	-424	321	-467
2006	4.686	836	1.453	629	1.776
Janeiro	3.315	610	1.356	327	986
Fevereiro	1.371	226	97	302	790
Mar/05 - Fev/06	39.944	4.176	7.450	5.143	21.404

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan/2006 R\$ 1.000

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas		Saldo a realizar (a-b)
			Jan/2006 (b)	% (b/a)	
Receitas Correntes	-	-	49.673.214	-	(49.673.214)
Receita Tributária	-	-	14.009.186	-	(14.009.186)
Receita de Contribuições	-	-	25.677.213	-	(25.677.213)
Receita Patrimonial	-	-	4.380.086	-	(4.380.086)
Receita Agropecuária	-	-	1.805	-	(1.805)
Receita Industrial	-	-	38.554	-	(38.554)
Receita de Serviços	-	-	3.478.106	-	(3.478.106)
Transferências Correntes	-	-	11.030	-	(11.030)
Outras Receitas Correntes	-	-	2.077.234	-	(2.077.234)
Receitas de Capital	-	-	31.765.425	-	(31.765.425)
Operações de Crédito	-	-	27.459.739	-	(27.459.739)
Alienação de Bens	-	-	427.086	-	(427.086)
Amortizações de Empréstimos	-	-	1.351.302	-	(1.351.302)
Transferências de Capital	-	-	4.287	-	(4.287)
Outras Receitas de Capital	-	-	2.523.011	-	(2.523.011)
Subtotal das Receitas (I)	-	-	81.438.639	-	(81.438.639)
Operações de Crédito - Refinanciamento (II)	-	-	25.108.041	-	(25.108.041)
Operações de Crédito Internas	-	-	22.824.041	-	(22.824.041)
Operações de Crédito Externas	-	-	2.284.000	-	(2.284.000)
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	-	-	106.546.680	-	(106.546.680)
Déficit (IV)	-	-	-	-	-
Total (V)=(III+IV)	-	-	106.546.680	-	(106.546.680)
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Receitas da União							
Orçamentos fiscal e da Seguridade Social: Jan/2006							
R\$ 1.000							
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)=(a+b)	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	% (e/c)	Saldo a liquidar (c-e)
				Jan/2006 (d)	Jan/2006 (e)		
Despesas Correntes	603.412.611	89.563	603.502.174	368.761.280	46.448.116	7,7	557.054.058
Pessoal e Encargos Sociais	101.932.680	(1)	101.932.679	64.711.906	9.373.050	9,2	92.559.629
Juros e Encargos da Dívida	179.525.234	-	179.525.234	178.475.378	12.100.303	6,7	167.424.931
Outras Despesas Correntes	321.954.697	89.564	322.044.261	125.573.996	24.974.763	7,8	297.069.498
Transf.a Estados, DF e Municípios	112.234.160	-	112.234.160	90.425.322	8.625.923	7,7	103.608.237
Benefícios Previdenciários	155.642.887	-	155.642.887	11.607.053	11.603.459	7,5	144.039.428
Demais Despesas Correntes	54.077.650	89.564	54.167.214	23.541.621	4.745.381	8,8	49.421.833
Despesas de Capital	104.566.443	335.001	104.901.444	96.951.701	12.844.066	12,2	92.057.378
Investimentos	228.999	335.001	564.000	-	-	-	564.000
Inversões Financeiras	11.844.395	-	11.844.395	11.811.305	687.352	5,8	11.157.043
Amortização da Dívida	92.493.049	-	92.493.049	85.140.396	12.156.714	13,1	80.336.335
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal das Despesas (I)	707.979.054	424.564	708.403.618	465.712.981	59.292.182	8,4	649.111.436
Amortização da Dívida - Refinanciamento (II)	834.588.711	0	834.588.711	830.358.433	39.546.295	4,7	795.042.416
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	826.884.493	0	826.884.493	822.654.215	39.539.179	4,8	787.345.314
Refinanciamento de Outras Dívidas	7.704.218	0	7.704.218	7.704.218	7.116	0,1	7.697.102
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	1.542.567.765	424.564	1.542.992.329	1.296.071.414	98.838.477	6,4	1.444.153.852
Superávit (IV)	-	-	-	-	7.708.203	-	-
Total (III+IV)	1.542.567.765	424.564	1.542.992.329	1.296.071.414	106.546.680	-	1.444.153.852

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Estado

Balço Orçamentário - Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan-Dez/2005

R\$ 1.000

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Nov-Dez	%	No exercício	%	
			(a)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Receitas Correntes	13.382.064	14.343.488	2.643.370	18,41	13.918.445	97,04	425.042
Receita Tributária	7.760.919	7.466.667	1.351.124	18,10	7.649.954	102,45	(183.287)
Impostos	7.556.067	7.256.368	1.315.984	18,14	7.417.260	102,22	160.893
Taxas	204.852	210.299	35.140	16,71	232.694	110,65	(22.395)
Receita de Contribuições	1.133.301	1.549.176	322.557	20,82	1.499.133	96,77	50.038
Contribuições Sociais	1.133.301	1.549.176	322.557	20,82	1.499.133	96,77	50.038
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	207.269	222.318	29.333	13,19	176.929	79,53	45.389
Receitas Imobiliárias	24.962	28.378	1.413	4,98	6.271	22,10	22.107
Receitas de Valores Mobiliários	174.026	185.659	27.241	14,67	167.437	90,13	18.223
Receitas de Concessões e Permissões	3.266	3.266	604	18,51	3.143	96,22	123
Outras Receitas Patrimoniais	5.015	5.015	74	1,48	78	1,55	4.937
Receita Agropecuária	1.213	1.213	8	0,66	21	1,73	1.192
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	1.007	1.007	5	-	18	1,79	989
Outras Receitas Agropecuárias	206	206	3	1,46	3	1,46	203
Receita Industrial	94	94	-	-	-	-	94
Receita da Indústria de Transformação	94	94	-	-	-	-	94
Receita de Serviços	72.751	93.287	13.806	14,80	57.336	61,46	35.951
Receita de Serviços	72.751	93.287	13.806	14,80	57.336	61,46	35.951
Transferências Correntes	4.937.920	5.037.961	980.321	19,46	4.796.592	95,21	241.370
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	4.782.853	4.868.487	957.232	19,66	4.725.408	97,06	143.079
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	11.067	3.609	-	-	2.352	65,17	1.257
Transferências de Convênios	144.000	165.866	23.089	13,92	68.832	41,50	97.034
Outras Receitas Correntes	488.408	1.192.583	175.925	14,75	955.881	80,15	236.701
Multas e Juros de Mora	117.525	118.096	28.481	24,12	162.222	137,36	(44.126)
Indenizações e Restituições	31.845	32.595	1.595	4,89	17.035	52,26	15.560
Receita da Dívida Ativa	6.600	6.600	3.007	45,56	19.650	297,73	(13.050)
Receitas Correntes Diversas	332.438	1.035.291	142.842	13,80	756.975	73,12	278.316
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(1.219.811)	(1.219.811)	(229.705)	18,83	(1.217.405)	99,80	(2.405)
Receitas de Capital	1.126.855	1.131.152	322.482	28,51	528.547	46,73	923.850
Operações de Crédito	799.782	799.782	95.162	11,90	253.844	31,74	545.937
Operações de Crédito Internas	414.645	414.645	58.421	14,09	134.153	32,35	280.492
Operações de Crédito Externas	385.137	385.137	36.741	9,54	119.691	31,08	265.446
Alienação de Bens	145.615	149.102	212.458	142,49	245.447	164,62	(96.345)
Alienação de Bens Móveis	141.970	143.414	210.686	146,91	241.473	168,37	(98.059)
Alienação de Bens Imóveis	3.645	5.688	1.772	31,15	3.974	69,87	1.714
Amortização de Empréstimos	3.000	3.229	367	-	2.712	83,99	517
Amortização de Empréstimos Imobiliários	3.000	3.229	367	11,36	2.712	83,98	517
Transferências de Capital	175.008	175.589	14.487	8,25	26.536	15,11	149.053
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	72	72	-	-	-	-	72
Transferências do Exterior	160	160	-	-	-	-	160
Transferências de Convênios	174.776	175.357	14.487	8,26	26.536	15,13	148.821
Outras Receitas de Capital	3.450	3.450	8	0,23	8	0,23	3.442
Outras Receitas	3.450	3.450	8	0,23	8	0,23	3.442
Subtotal das Receitas (I)	14.508.919	15.474.640	2.965.852	19,17	14.446.993	93,36	1.027.647
Operações de Crédito - Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III)=(I+II)	14.508.919	15.474.640	2.965.852	19,17	14.446.993	93,36	1.027.647
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III+IV)	14.508.919	15.474.640	2.965.852	19,17	14.446.993	93,36	1.027.647
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	233.266	-	-

Balço Orçamentário - Despesa
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Dez/2005

R\$ 1.000

Despesas	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo
				Bim. Nov-Dez	No exercício	Bim. Nov-Dez	No exercício	
Despesas Correntes	11.851.823	973.964	12.825.788	2.871.784	12.385.059	3.041.086	12.385.059	440.729
Pessoal e Encargos	5.736.607	600.019	6.336.626	1.533.932	6.300.491	1.543.264	6.300.491	36.135
Juros e Encargos da Dívida	778.269	(176.205)	602.064	126.848	598.150	126.948	598.150	3.915
Outras Despesas Correntes	5.336.947	550.150	5.887.097	1.211.004	5.486.418	1.370.875	5.486.418	400.679
Despesas de Capital	2.625.596	22.740	2.648.336	499.530	1.963.084	519.383	1.963.084	685.252
Investimentos	1.544.975	146.763	1.691.738	385.304	1.009.579	441.988	1.009.579	682.159
Inversões Financeiras	216.460	(121.213)	95.247	13.999	94.084	14.117	94.084	1.163
Amortização da Dívida	864.161	(2.810)	861.351	100.227	859.421	63.279	859.421	1.930
Reserva de Contingência	31.500	(30.983)	517	-	-	-	-	517
Subtotal das Despesas (VIII)	14.508.919	965.721	15.474.640	3.371.315	14.348.143	3.560.469	14.348.143	1.126.497
Amortização da Dívida-Refinanciamento (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (X)=(VIII+IX)	14.508.919	965.721	15.474.640	3.371.315	14.348.143	3.560.469	14.348.143	1.126.497
Superávit (XI)	-	-	-	-	-	-	98.850	-
Total (XII)=X+XI	14.508.919	965.721	15.474.640	3.371.315	14.348.143	3.560.469	14.446.993	1.126.497

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Receita tributária mensal - Bahia: Jan/2005 - Jan/2006

R\$ 1.000

Mês	ICMS		Outras		Total	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Janeiro	636.043	617.773	30.157	52.834	666.200	670.607
Fevereiro	525.513		63.017		588.530	
Março	486.953		48.790		535.743	
Abril	526.342		67.908		594.250	
Maio	601.883		66.249		668.132	
Junho	616.439		65.828		682.267	
Julho	514.707		85.607		600.314	
Agosto	490.534		82.891		573.425	
Setembro	625.826		77.998		703.824	
Outubro	634.026		52.120		686.146	
Novembro	618.966		49.475		668.441	
Dezembro	599.895		82.788		682.683	
Total	6.877.127		772.828		7.649.955	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais
Elaboração: SEI.

Arrecadação mensal da Receita Tributária¹ - Bahia: Jan/2005 - Jan/2006 **R\$ 1.000**

Mês	ICMS		Outras		Total	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Janeiro	646.337	617.773	30.645	52.834	676.982	670.607
Fevereiro	531.867	-	63.779	-	595.646	-
Março	488.025	-	48.897	-	536.922	-
Abril	524.849	-	67.715	-	592.564	-
Maio	601.704	-	66.229	-	667.934	-
Junho	619.038	-	66.106	-	685.144	-
Julho	518.971	-	86.316	-	605.287	-
Agosto	498.515	-	84.240	-	582.755	-
Setembro	636.850	-	79.372	-	716.222	-
Outubro	641.131	-	52.704	-	693.836	-
Novembro	623.839	-	49.865	-	673.704	-
Dezembro	604.223	-	83.385	-	687.609	-
Total	6.935.350	-	779.253	-	7.714.604	-

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração: SEI

¹ Valores atualizados a preços de janeiro/06 pelo IGP-DI/FGV

Transferências constitucionais da União para Bahia : Jan/2005 - Jan/2006 **R\$ 1.000**

Ano e Mês	Receitas											
	FPE		IPI-EXP		CIDE		FUNDEF UNIÃO		Outras		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
2005												
Janeiro	213.700	213.700	10.766	10.766	21.084	21.084	17.367	17.367	9.217	9.217	272.134	272.134
Fevereiro	187.072	400.772	9.167	19.933	-	21.084	15.236	32.603	9.217	18.433	220.692	492.826
Março	179.413	580.185	9.168	29.101	-	21.084	14.592	47.196	9.217	27.650	212.389	705.215
Abril	194.791	774.976	10.609	39.710	21.274	42.358	15.788	62.984	9.217	36.867	251.680	956.895
Maio	219.866	994.842	10.347	50.057	-	42.358	17.453	80.437	9.217	46.083	256.883	1.213.778
Junho	213.015	1.207.857	8.594	58.651	-	42.358	17.116	97.553	9.217	55.300	247.942	1.461.720
Julho	174.920	1.382.778	8.756	67.407	22.431	64.789	14.183	111.736	9.217	64.517	229.507	1.691.227
Agosto	179.965	1.562.743	10.832	78.239	-	64.789	14.653	126.389	9.217	73.733	214.666	1.905.894
Setembro	150.327	1.713.070	10.620	88.859	-	64.789	12.357	138.746	9.217	82.950	182.521	2.088.415
Outubro	174.078	1.887.148	11.491	100.350	22.385	87.175	14.224	152.970	9.217	92.167	231.395	2.319.810
Novembro	210.430	2.097.578	11.895	112.245	-	87.175	17.045	170.015	9.217	101.383	248.586	2.568.396
Dezembro	295.024	2.392.602	13.220	125.465	-	87.175	24.118	194.132	22.639	124.023	355.000	2.923.396
2006												
Janeiro	242.173	242.173	12.638	12.638	22.090	22.090	18.191	18.191	13.422	13.422	308.514	308.514

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração: SEI

Nota: A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15% (quinze por cento) destinada ao FUNDEF.

Município

Balço Orçamentário¹

Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Dez/2005

R\$ 1.000

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-c)
			Nov-Dez/2005 (b)	% (b/a)	Jan-Fev/2005 (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	1.590.281	1.596.476	276.121	17,3	1.432.390	89,7	164.086
Receita Tributária	559.548	559.548	81.591	14,6	507.665	90,7	51.883
Impostos	470.000	470.000	73.618	15,7	436.699	92,9	33.301
Taxas	89.548	89.548	7.454	8,3	69.585	77,7	19.963
Outras Receitas Tributárias	-	-	519	-	1.381	-	(1.381)
Receita de Contribuições	118.300	122.826	11.132	9,1	66.557	54,2	56.269
Contribuições Sociais	83.500	83.500	4.620	5,5	25.627	30,7	57.873
Contribuições Econômicas	34.800	39.326	6.512	16,6	40.930	104,1	(1.604)
Receita Patrimonial	50.602	50.602	6.303	12,5	31.621	62,5	18.981
Receitas Imobiliárias	2.320	2.320	231	10,0	1.123	48,4	1.197
Receitas de Valores Mobiliários	14.737	14.737	3.124	21,2	20.984	142,4	(6.247)
Receitas de Concessões e Permissões	32.495	32.495	2.948	9,1	9.512	29,3	22.983
Outras Receitas Patrimoniais	1.050	1.050	-	-	2	0,2	1.048
Receita de Serviços	15.912	17.581	2.261	12,9	3.305	18,8	14.276
Receita de Serviços	15.912	17.581	2.261	12,9	3.305	18,8	14.276
Transferências Correntes	807.949	807.949	170.834	21,1	810.673	100,3	(2.724)
Transf. Intergovernamentais	762.507	762.507	163.662	21,5	791.393	103,8	(28.886)
Transf. de Instituições Privadas	432	432	17	3,9	192	44,4	240
Transferências de Convênios	45.010	45.010	7.155	15,9	19.088	42,4	25.922
Outras Receitas Correntes	110.450	110.450	20.753	18,8	86.148	78,0	24.302
Multas e Juros de Mora	38.540	38.540	5.756	14,9	34.366	89,2	4.174
Indenizações e Restituições	4.310	4.310	783	18,2	4.487	104,1	(177)
Receita da Dívida Ativa	62.700	62.700	11.844	18,9	39.467	62,9	23.233
Receitas Correntes Diversas	4.900	4.900	2.370	48,4	7.828	159,8	(2.928)
Dedução da Receita p/FUNDEF	(72.480)	(72.480)	(16.753)	23,1	(73.579)	101,5	1.099
Receitas de Capital	74.918	74.918	7.275	9,7	15.372	20,5	59.546
Operações de Crédito	13.620	13.620	-	-	2.413	17,7	11.207
Operações de Crédito Internas	13.620	13.620	-	-	2.413	17,7	11.207
Alienação de Bens	100	100	68	68,0	68	68,0	32
Alienação de Bens Móveis	100	100	68	-	68	68,0	32
Transferências de Capital	61.098	61.098	7.207	11,8	12.891	21,1	48.207
Transf. Intergovernamentais	4.293	4.293	-	-	-	-	4.293
Transferências de Convênios	56.805	56.805	7.207	12,7	12.891	22,7	43.914
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	100
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	-	-	100
Subtotal das Receitas (I)	1.665.199	1.671.394	283.396	17,0	1.447.762	86,6	223.632
Déficit (II)	-	-	59.445	-	-	-	-
Total (III) = (I+II)	1.665.199	1.671.394	342.841	20,5	1.447.762	86,6	223.632
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

¹ Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

Balanco Orçamentário¹**Orçamentos fiscal e da seguridade social, Salvador: Jan - Dez/2005****R\$ 1.000**

Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas					Saldo a liquidar (c-g)
				empenhadas		liquidadas			
				Nov-Dez 2005 (d)	Jan-Dez 2005 (e)	Nov-Dez 2005 (f)	Jan-Dez 2005 (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	1.436.417	43.022	1.479.439	150.816	1.344.903	305.215	1.316.625	89,0	162.814
Pessoal e Encargos Sociais	572.365	(33.752)	538.613	64.337	510.286	119.516	506.824	94,1	31.789
Juros e Encargos da Dívida Interna	77.248	-	77.248	10.042	72.647	13.531	72.647	94,0	4.601
Outras Despesas Correntes	786.804	76.774	863.578	76.437	761.970	172.168	737.154	85,4	126.424
Despesas de Capital	223.282	(35.727)	187.555	22.696	132.144	37.626	130.029	69,3	57.526
Investimentos	146.887	(38.724)	108.163	16.930	69.918	23.939	67.803	62,7	40.360
Inversões Financeiras	3.530	2.997	6.527	1.489	6.320	1.648	6.320	96,8	207
Amortização da Dívida	72.865	-	72.865	4.277	55.906	12.039	55.906	76,7	16.959
Reserva de Contingência	5.500	-	5.500	-	-	-	-	-	5.500
Subtotal das Despesas (I)	1.665.199	7.295	1.672.494	173.512	1.477.047	342.841	1.446.654	86,5	225.840
Superávit (II)	-	-	-	-	-	-	1.108	-	-
Total (III) = (I+II)	1.665.199	7.295	1.672.494	173.512	1.477.047	342.841	1.447.762	86,6	225.840

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG.

¹ Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).